

DM

Ribeira Seca
Memória e identidade cultural

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Severino de Freitas Olim
MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

outubro | 2023

Ribeira Seca
Memória e identidade cultural
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Severino de Freitas Olim
MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

ORIENTAÇÃO
Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento



FACULDADE DE ARTES E HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS, LITERATURA E CULTURAS

Ano letivo: 2021/22

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Regionais e Locais

Ribeira Seca: memória e identidade cultural

Mestrando: Severino de Freitas Olim

Orientação: Professora Doutora Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do
Nascimento

Funchal, 2023



Figura 1: Vista parcial da Ribeira Seca, Machico. (Ft: Rosado, 1970, negativo de película, ABM)

I

“Nós somos da Noia
Desta linda joia
No vale escondida
Cantando e rezando
Sempre trabalhando
Toda a nossa vida

II

Os filhos que amamos
Já de nove anos
Não têm escola
Aprender cartilha
Nesta freguesia
Parece que é esmola.

III

A quem nos visita
Não temos a dita
De estrada oferecer
Ou não se merece
Ou alguém se esquece
Do que é o seu dever.

IV

Mas não desistimos
P’rá frente seguimos
Até se vencer
Igreja nós demos
Escola fizemos
P’rao Povo aprender.”

Canção de romagem do sítio da Noia - Ribeira Seca, 1972 “Vira da Tribulação”. Faixa nº 5, do CD “A Igreja é do povo o povo é de Deus”, editado pela CEFISA – RS, 2014.

Dedicatória

Dedico a duas mulheres que me foram importantes nos tempos primeiros do meu percurso de vida: a minha mãe, Francisca de Freitas, e à minha professora da 4ª Classe, Irene Teixeira Henle. À primeira, sem saber ler nem escrever escancarou-me a porta para a vida, incentivando-me a não desistir da escola, para ser “alguém na vida”. À segunda, por ter sido imprescindível na decisão dos meus pais em permitir, num tempo difícil de muitas carências familiares, que continuasse a estudar para além da 4ª. Classe. Às duas a minha merecida e sentida dedicatória.

Agradecimentos

Quando acordei com a orientadora, professora Maria Teresa Nascimento, em apresentar um trabalho sobre histórias de vida reivindicativas das gentes da Ribeira Seca, não tinha bem presente o tema, mas tinha a firme convicção que a investigação passaria pela problemática da identidade daquela população. Sabia, que neste lugar, as lutas pela abolição do regime da colônia conheceu acessos levantamentos populares. Que a primeira escola primária a ser construída na Madeira, logo após o 25 de Abril, tinha sido aqui à custa de reivindicações levadas a cabo pela comunidade educativa. Que a primeira estrada a ser lançada por estas bandas nos anos 70, após insistentes reclamações, veio a ser alcatroada 20 anos depois de ter sido rasgada no terreno cedido pelos residentes. E que, a par disto, sabia da existência de um cancionero de romagem com letras e músicas inspiradas nessas reivindicações, por gente do povo desta localidade.

Foi nesta amálgama de situações que decidi escolher o tema e assentar a minha pesquisa por entre entrevistas e inquéritos baseados em histórias e canções reivindicativas, partes constituintes do corpus do rigor e da autenticidade desta dissertação. Assim partilho o meu agradecimento com:

- Todas as professoras da antiga escola primária do Amparo e da Caçarola, representadas neste trabalho pelas docentes Juvelina Gomes e Irene Henle, pela relevância dos seus testemunhos aqui deixados sobre esses tempos difíceis.

- À paciência de todos os inquiridos do inquérito e à disponibilidade incondicional de todos os informantes da Ribeira Seca e de fora dela, pela transmissão dos seus testemunhos, com vista à realização deste estudo.

- A todos os docentes do meu mestrado, nomeadamente a minha diretora de curso, Dra. Helena Rebelo, pelas competências que me transmitiram e pelos gestos de estímulo por retornar à universidade, após o término da minha carreira profissional.

- À minha orientadora, pela colaboração na escolha do tema; pelo tipo e enquadramento da abordagem metodológica deste trabalho; pela indicação e cedência de bibliografia e, principalmente, pela disponibilidade, abnegação e amizade indispensáveis à superação de alguma fadiga.

- Ao meu amigo Eng.º Décio Alves, pelo apoio e incentivo; à minha esposa e aos meus filhos pelo estímulo e pelos momentos que não privamos juntos, ao longo desta caminhada académica.

A todos a minha gratidão.

Resumo

A Ribeira Seca é um dos sítios da freguesia de Machico com mais de 300 anos, cujas raízes populacionais se prendem ao povoamento que veio fixar-se nos arredores da antiga vila de Machico. O seu crescimento foi notório em número de famílias, infletindo-se na década de 80 do século passado, até atualidade. Segundo os censos de 2021, conta-se com cerca de 2600 habitantes, em que a maioria são idosos ainda com marcas das dificuldades dos tempos idos. Transportam como herança a memória de histórias reivindicativas, dissecadas ao longo da nossa investigação e que constituíram as linhas mestras dos nossos objetivos: a mudança da identidade cultural desta localidade.

A metodologia aqui traçada, sobretudo as entrevistas, é seguida pela Rede Internacional de Museus da Pessoa e do Center for Digital Storytelling do EUA, cujas atividades têm vindo a demonstrar a importância da preservação e valorização das histórias de vida no futuro da identidade das comunidades.

De menor alcance, mas igualmente importantes, têm sido os projetos a nível nacional orientados pelas bibliotecas municipais de Oeiras, Rio Maior e pelo Museu da Ruralidade de Castro Verde.

A linha de tempo considerada abarca estes últimos 60 anos, cruzando-se com a clandestinidade da emigração para França, com mobilização popular em torno do fim da colónia, da construção do caminho e da escola nova, da distribuição de eletricidade e de água canalizada.

Deste ambiente, irrompeu a vontade de mudança evidenciada particularmente pela imagética literária do cancionero de romagem, muito concorrido na animação das festas do Santíssimo Sacramento e da Senhora do Amparo.

Conscientes da existência dessa transformação cultural na história das gentes da Ribeira Seca, entendemos ser importante para a defesa da sua memória futura registar, analisar e divulgar o percurso destas seis décadas de mudança, testemunhadas por informantes residentes e por outros de fora da localidade.

Palavras chave:

Memória, Vivências, Ribeira Seca, Identidade, Cultura, Mudança.

Abstract

Ribeira Seca is a site in the parish of Machico with more than 300 years, whose settlement is related with its waves and descendancies in the captaincy of Tristão Vaz. With a decreasing population since the last decades, it currently has around 2600 inhabitants (in 2021), most of whom are elderly with life stories rooted in their daily lives and demands.

Their paths can be studied, as is done in the International Network of Museus da Pessoa and the Center for Digital Storytelling in the USA. Institutions which have been demonstrating a consistent validity of the methodology of life stories, as testimonies of individual and collective memory.

Of a lesser scope, but equally important, have been projects at a national level, such as those carried out by the municipal libraries of Oeiras, the Municipality of Rio Maior and the Museu das Ruralidades of Castro Verde.

The period under study covers the last 60 years, intersecting the experiences of a colonial regime with the memories of clandestine emigration and the precarious facilities of the primary school: Escola do Amparo and Escola da Caçarola – two old buildings with three classrooms operating different classes.

From these difficulties emerged the need for change through socio-cultural initiatives, reflected in the literary imagery present in religious songbooks and summer pilgrimages dedicated to the Santíssimo Sacramento and to Senhora do Amparo.

Aware of the presence of a cultural metamorphosis and the value of the testimonies of the unique stories of the people of Ribeira Seca, we believe it is important to record, analyze and divulge the knowledge of the six decades of this journey. An interest that we still want to highlight, by means of an observatory of convergent/divergent opinions from the outside, in order to better support the existence of a cultural identity in Ribeira Seca.

Keywords:

Memory, Experiences, Ribeira Seca, Identity, Culture, Change.

Abreviaturas

ALM: Assembleia Legislativa da Madeira

AN: António Nunes

CACMM: Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico

CEFISA: Comissão Executiva e Financeira da Igreja da Senhora do Amparo

CEHC IUL: Centro de Estudos de História Contemporânea – Instituto Universitário de Lisboa

CEPCEP: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa

CCCS-RS: Centro Cívico Cultural e Social – Ribeira Seca

CM: Carlos Martins

C. P: Coleção Particular

DRE: Diário da República Eletrónico

E: Entrevistador

FLAMA: Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira

GM: Gabriel Martins

IFLA: Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas

IC: Irene Catanho

IH: Irene Henle

JJ: João Joaquim

JGF: Junta Geral do Funchal

JG: Juvelina Gomes

JM: Josefina Melim

JNLM: Junta Nacional de Lacticínios da Madeira

JR: José Rodrigues

JR: Júlia Ribeiro

LC: Lília Fernandes

LF: Lurdes Freitas

MJ: Martins Júnior

PIDE: Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PIP-RS: Posto de Instrução Primária da Ribeira Seca

PSP: Polícia de Segurança Pública

PS: Partido Socialista

PVDE: Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

RIGO 23: Ricardo Gouveia

SG: Sandra Gouveia

SMO: Serviço Militar Obrigatório

TCM: Tuna de Câmara de Machico

UCIM: União dos Caseiros da Ilha da Madeira

UDP: União Democrática Popular

VF: Virgínia Franco

Vide: Verificar em.

Índice

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO.....	III
ABSTRACT	IV
ABREVIATURAS	V
ÍNDICE.....	VII
ÍNDICE DE TABELAS	XII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: A PROBLEMATIZAÇÃO DAS IDENTIDADES.....	9
1.1. Histórias de vida na construção de identidades.....	9
1.2. A identidade cultural na valorização de um lugar	10
1.3. O percurso da identidade cultural da Ribeira Seca	12
CAPÍTULO II: METODOLOGIA DE TRABALHO.....	15
2.1. Enquadramento da metodologia	15
2.2. Tipologia das práticas de pesquisa.....	17
2.3. Por forma de inquérito.....	18
2.4. Por forma de entrevista	23
CAPÍTULO III: MEMÓRIA DE VIVÊNCIAS REIVINDICATIVAS.....	25
3.1. Génese e aspetos relevantes do regime da colónia.....	25
3.2. A colónia criticada na literatura	27
3.3. Ribeira Seca, na história da colónia	31
3.4. A emigração clandestina na fuga da miséria das terras de Senhorios	36
3.5. Caseiros nos confrontos da Revolta do Leite.....	42
3.6. Do começo da Escola do Amparo à Escola do Salão.....	47
3.7. A Escola Nova da Ribeira Seca.....	52
3.8. Cancioneiro de romagem na rota da afirmação cultural	55
3.9. A suspensão “a Divinis”, um acelerador na mudança socio-cultural	58

CAPÍTULO IV: ABORDAGEM HISTÓRICO-RELIGIOSA NO CONTEXTO

DAS ENTREVISTAS..... 64

- 4.1. Da capela do Amparo à igreja do Salão (igreja da Ribeira Seca).....64
- 4.2. Trajeto religioso na afirmação da cidadania ativa.....70
- 4.3. Reportório religioso um ativo da identidade cultural.....74
- 4.4. O sino da igreja do Salão no eco dos relatos76

CAPÍTULO V: CENTRO CÍVICO CULTURAL E SOCIAL - RIBEIRA SECA 81

- 5.1. Centro Cívico na preservação e divulgação da identidade cultural.....81
- 5.2. A Juventude XXI na dinamização musical e educacional83
- 5.3. A biblioteca do padre Martins Júnior no exercício da cultura.....86
- 5.4. Murais – Uma aposta do Centro Cívico na transmissão da identidade.....88

CAPÍTULO VI: A VIRAGEM CULTURAL E A SUA VISÃO NO EXTERIOR. 91

- 6.1. Marcos de viragem cultural91
- 6.2. Convergência das entrevistas na mudança cultural.....92
- 6.3. Observatório de opiniões de fora.....93

CONCLUSÕES..... 97

BIBLIOGRAFIA 103

- Outras Fontes:105
- Referências online.....106

ANEXOS 107

- Anexo 1 - Entrevistas.....108
 - Anexo 1.1 – Entrevista com Josefina Melim, 66 anos.....108
 - Anexo 1.2 – Entrevista com João Joaquim, 89 anos.....113
 - Anexo 1.3 – Entrevista com António Nunes, 79 anos117
 - Anexo 1.4 – Entrevista a Juvelina Gomes, 73 anos.....120
 - Anexo 1.5 – Entrevista com Irene Henle, 68 anos.....122
 - Anexo 1.6 - Entrevista a Virgínia Vieira, 72 anos125
 - Anexo 1.7 – Entrevista com Lurdes Freitas, 73 anos.....128
 - Anexo 1.8 – Entrevista com Júlia Ribeiro, 81 anos.....134
 - Anexo 1.9 - Entrevista ao Pe. Martins Júnior, 85 anos.....138
 - Anexo 1.10 – Entrevista a Irene Catanho, 56 anos.....146

Anexo 1.11 – Entrevista a Carlos Diogo Gois Martins, 21 anos.....	151
Anexo 1.12 – Entrevista a Sandra Gouveia, 57 anos.	154
Anexo 1.13 – Entrevista a José Rodrigues, 53 anos.....	157
Anexo 1.14 – Entrevista a Gabriel Martins, 62 anos.	159
Anexo 1.15 – Entrevista a Lília Fernandes, 43 anos.....	161
ANEXO 2 – REGISTO DOS CANCIONEIROS DE ROMAGEM E RELIGIOSO	163
ANEXO 3 – MURAIIS: A ARTE URBANA NA TRANSMISSÃO DA IDENTIDADE.....	166
ANEXO 4 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE MINUTA: PROTEÇÃO DE DADOS E IMAGEM	167

Índice de figuras

Figura 1: Vista parcial da Ribeira Seca, Machico. (Ft: Rosado, 1970, negativo de película, ABM)	
Figura 2: Ribeira Seca - Inauguração do mural, RIGO 23, 2012.	16
Figura 3: Estrutura do inquérito por questionário. (ft. do próprio de 19/12/2021)	22
Figura 4: O jornal “O Caseiro”. (ft. Caseiros e Senhorios nos finais do século XX na Madeira)	35
Figura 5: Moinho do Abel, Maroços. (ft. Manuel Nicolau)	37
Figura 6: Apresentação de cumprimentos às autoridades pela legalização de vistos pra o Curaçau. (ft. Museu Vicentes)	39
Figura 7: Ruínas do Posto do Leite e Mercaria do António Ribeiro (ft. do próprio), de 05/03/2022)	45
Figura 8: Homenagem no sítio das Cruzinhas (Faial) ao Pe. Teixeira da Fonte. (ft. Diário de Notícias da Madeira)	47
Figura 9: Carteira em plano inclinado da Escola da Caçarola, 1972. (ft. Irene Henle) ...	50
Figura 10: A Escola da Caçarola. (ft. do próprio), de 28/09/2021.	50
Figura 11: Porta da Escola da Caçarola, 1972. (ft. Irene Henle)	51
Figura 12: Igreja do Salão (ft. Manuel Nicolau)	53
Figura 13: Escola Nova (ft do próprio)	55
Figura 14: Catecismo «Deus no Meio do Povo» (ft. arquivo particular de Irene Catanho)	56
Figura 15: Cadernos Escolares. (ft. arquivo particular de Júlia Ribeiro)	58
Figura 16: Momento da remissão da pena de suspensão a divinus Edifício do CCCS-RS. (ft. do próprio, 07/05/2022)	64
Figura 17: Paz selada após quase meio século. (ft. Diário de Notícias – Madeira, 15 de julho de 2019)	65
Figura 18: Capela de Nossa Senhora do Amparo	68
Figura 19: Igreja do Salão. (ft. ABM/ACF/A/004-003/000007, entre 1970 – 1980)	69
Figura 20: Igreja da Ribeira Seca. (ft. Jornalmadeira.com/2019/09/04)	71
Figura 21: Peça de teatro em verso: A terra do Senhorio para quem trabalha. (ft. O Jornal” A Voz do Trabalhador” Lisboa, outubro de 1974, C.P.)	75
Figura 22: O sino da memória. (ft. do próprio, de 21/02/2022)	79
Figura 23: Ocupação da igreja da Ribeira Seca. (ft. Funchal Notícias)	81

Figura 24: Panfleto de informação popular. (ft. Arquivo do CCCS-RS)	82
Figura 25: Edifício do CCCS-RS (ft. arquivo do CCCS-RS).....	83
Figura 26: Jornal - Domingo Jovem N°6, ed. CCCS-RS (ft. Arquivo do CCCS-RS)	85
Figura 27: Tuna de Câmara de Machico. (ft. Arquivo do CCCS-RS)	87
Figura 28: Mural – Divulgação da identidade. (ft. Arquivo do CCCS-RS)	92

Índice de tabelas

Tabela I: Quadro resumo do inquérito por amostragem (adultos e jovens) sobre a forma como percebem a identidade cultural local. Fonte: Elaborado pelo próprio, 2022	22
Tabela II: Quadro do número e nomes dos efetivos entrevistados. Fonte: Elaborado pelo próprio, 2023.....	25
Tabela III: Dados, por anos, de vinte anos de emigração portuguesa para a França – emigração clandestina. Fonte: Observatório da Emigração. Elementos extraídos do trabalho de investigação de Marinho Antunes (1970).	40

Índice de gráficos

Gráfico I: Amostra indicativa dos jovens e adultos sobre a identidade cultural.

Fonte: Tabela I.....23

Introdução

Como enfoque principal desta tese de mestrado em Estudos Regionais e Locais, propusemo-nos dissertar sobre a génese e a resiliência da identidade cultural do povo da Ribeira Seca, através de metodologias que consideramos adequadas e direcionadas para o resgatar da memória do passado desta população das bandas de cima da freguesia de Machico. De um passado ativo e parco de fontes documentais, nomeadamente, sobre a origem do tão desapropriado topónimo «Ribeira Seca», descaracterizado na sua essência pela existência de um conjunto de linhas de água, que cortam visivelmente as suas encostas e que se cruzam perpendicular no fundo do vale ao colo da ribeira. Outrora, respeitada e temida pelos seus íncolas durante dias de tempestade, que outrora arrastavam para o mar tudo o que lhe fazia frente, como aconteceu com a aluvião de 1956.

Da fundação da sua história poucos registos chegaram até os nossos dias, aos quais presumimos ter existido quotidianos de trabalhos árduos e reprimidos de cidadania e liberdade só possível séculos depois, com o 25 de Abril, uma data singular dentro da longa história de gerações, que nos deixaram uma diversidade de vivências, tornando o nosso trabalho, entre outras análises, mais prático em contexto de conhecimento antropológico de um lugar. Aliás, entendemos ser de importância relevante esse passado, quer na afirmação, quer na valorização cultural da gente local, como meios estratégicos da problemática da defesa da sua identidade condimentos que, entretanto, nos impuseram um compromisso sério com a investigação, principalmente, no que concerne ao campo da oralidade, nomeadamente na transmissão de formas de vida, registadas no Cancioneiro local.

Objetivamente, encaramos as histórias de vida de vários populares entrevistados desta localidade, como relatos de uma trajetória socio-existencial e cultural imprescindíveis ao desenvolvimento da nossa temática. Olhámo-los como fonte principal do nosso trabalho, abarcando um percurso de afirmação reivindicativa ao longo destes últimos 60 anos. Além do rigor académico, registamo-los com entusiasmo redobrado em todas as fases de preparação e realização, respeitando a metodologia aplicada, quer no âmbito da pesquisa, quer ainda no tratamento da informação recolhida, com vista à preservação e valorização da memória da população desta localidade.

O recurso às histórias de vida tem vindo a ganhar interesse no meio académico, mas segundo a nossa perspetiva, entendemos estar longe do desejável, como plataforma de

salvaguarda de um vasto património de heranças e lembranças individuais e coletivas que diferenciam culturalmente gentes e lugares. São exemplos as bibliotecas municipais de Oeiras e Rio Maior, como também o Museu da Ruralidade de Castro Verde tem vindo, desde a década de 90 do século passado, dinamizar projetos culturais sobre ‘Histórias de Vida’, associando a população idosa à revitalização da importância da História Oral, no contexto da valorização da memória, como esteira incontornável da identidade cultural.

A partilha de memórias destes projetos levados a efeito pelas bibliotecas do concelho de Oeiras e os projetos de recolha oral em Rio Maior e nos onze municípios da Lezíria do Tejo têm sido um contributo relevante para um novo olhar sobre a importância do passado, presente e do futuro na identidade das suas populações. Dentro desta conjuntura destacamos, ainda, o Museu da Ruralidade, com os seus núcleos de preservação e difusão do património material e imaterial das gentes de Castro Verde, nomeadamente, aqueles que incidem sobre as circunstâncias que envolveram os trajetos de vida, como os da «A Minha Escola», da «Aldeia Comunitária» e do «Polo da Tecelagem do Lombador» cujos estudos de investigação e divulgação mantêm viva a memória e a identidade dessas comunidades.

Registamos ainda, neste âmbito, a Rede Internacional de museus da Pessoa, concebida também no século passado, em inícios da década de 90 no Brasil, e mais tarde no Estados Unidos da América e Canadá, que possibilita espaços e meios para que cada pessoa tenha o direito e a oportunidade de relatar a sua história de vida, com base nas suas experiências e lugares das suas vivências, como meio de perpetuar o passado junto das gerações vindouras. Por seu turno, o Center for Digital Storytelling, um organismo também com representatividade internacional, funciona igualmente na recolha e salvaguarda de narrativas de vida, através de desenvolvimento de projetos, com vista a ajudar as pessoas a usar os media digital, como forma de contar e partilhar histórias marcantes das suas vidas. Contudo, encaramos ser realidades que a nível das nossas Universidades começam a dar os seus primeiros passos, especialmente na área dos Estudos Regionais e Locais, para a qual propusemo-nos com este estudo contribuir para o reconhecimento das narrativas de vida na afirmação da identidade das populações.

A transmissão de testemunhos de vida decorrente das nossas entrevistas reflete para nós esse reconhecimento, majorado por memórias dos nossos informantes, principalmente, por aqueles que mais se envolveram no processo reivindicativo local, iniciado mesmo antes do 25 de Abril de 1974 e que conduziu a mudança sociocultural da Ribeira Seca. Observamos ter sido um sistema baseado em várias frentes, como o da

denúncia do estado social e cultural por parte dos grupos de romagem¹ nos arraiais de verão, sobre as condições dramáticas em que vivia a população deste sítio. As suas experiências de vida relatadas pelos nossos informantes, sobressaem sobretudo das práticas repressivas do regime das terras de colónia, da falta de condições básicas da escola primária do Amparo, da ausência de estradas, de redes de água potável e de iluminação pública, as suas maiores causas, que tornaram em movimentos reivindicativos, e que marcaram o rumo da sua história e a natureza da sua identidade ao longo destas últimas seis décadas.

Pareceu-nos ter sido deste rol de necessidades básicas, que se gerou o palco da intuição poética de alguns populares, autores das muitas canções de carácter interventivo, que compõem o cancionero de romagem das festas dedicadas ao Santíssimo Sacramento e à Nossa Senhora do Amparo, a padroeira da comunidade paroquial da Ribeira Seca. Os cantares de romagem, pensamos ter sido inspirados do mesmo modo que as dedicadas aos Santos venerados pelas comunidades da Diocese do Funchal, em tempos idos, como a de “Sancto Antonio, aquém chamam da serra, por estar a sua Igreja em hua montanha, por sima da villa de Sancta Cruz (...) Allí concorre de todas as partes da Ilha innumeral povo, em todo o anno, a ofrecer seus votos, e a lhe fazerem novenas” (Noronha, 1996, p. 329). Apesar de manterem um cariz religioso, a população da Ribeira Seca, acrescentou-lhes uma nova função – a reivindicativa, mesmo para aquelas que foram concebidas pelas poetisas antes da Revolução do 25 de Abril. Consta, que algumas passavam pelo crivo do Delegado de Inspeção Geral de Espetáculos da Câmara Municipal de Machico e da censura da PIDE, entidades que nas festas de verão se faziam representar por alguns dos seus agentes, presenças intimidatórias, que entendemos terem sido prejudiciais à liberdade poética do cancionero e da sua divulgação como porta-voz do povo, contra as suas condições de vida, conforme nos descreveram os nossos entrevistados no decorrer do nosso trabalho de campo.

Para o cumprimento da metodologia optativa a nossa investigação baseou-se no desenvolvimento de um sistema assente em análises de trabalhos académicos publicados, sobre histórias de vida. Requereu a utilização de meios de pesquisa, apoiados num reprodutor/gravador de som e um conversor de voz em texto, indispensável para ao trabalho de campo, baseado em guiões de perguntas previamente trabalhadas e respetivas

¹ Etimologia de romagem, in *Dicionário de Português*, disponível em <<https://www.dicionario.info/romagem/>>, [consultado a 12 de janeiro de 2023].

respostas, em consonância com as diferentes entrevistas, alicerçadas na recolha oral ou na escrita das narrativas de vida dos nossos informantes. Exigiu um questionário envolvendo duas amostras (jovens e adultos) da população local, com o intuito de podermos estudar de que modo as duas faixas etárias se identificam com o seu cancionário e com o trabalho artístico e cultural promovido também pela Tuna de Bandolins da localidade – Tuna de Câmara de Machico. Requereu, igualmente, a consulta a obras literárias, assim como à literatura popular, à imprensa periódica e a blogs particulares indispensáveis ao desenvolvimento do nosso trabalho de pesquisa.

O relato de cada informante por mais subjetivo que aparente, traduz-se num ativo relevante da História Oral, em contexto da sua reconstituição e valorização, levando-nos a considerar que as narrativas dos nossos entrevistados assumem um papel de charneira neste trabalho, globalmente marcante por excertos das diversas contextualizações temáticas abordadas, sem perder a autenticidade da forma lexical dos vocábulos proferidos pelos informantes, como forma de preservar e valorizar determinados falares do nosso património linguístico em vias de extinção.

O critério de escolha dos informantes assentou, por um lado, em indivíduos que vivenciaram os tempos reivindicativos da Ribeira Seca, por outro, em sujeitos familiarizados com as tecnologias de informação, nascidos já depois do 25 de Abril, sem as experiências de vida desses períodos reivindicativos, que romperam com a estagnação social e cultural desta terra. Dentro deste âmbito, acrescentamos um outro grupo que constituiu o «Observatório de Opiniões de Fora», cujos entrevistados como Gabriel Martins, funcionário público, residente na freguesia de Água de Pena; Sandra Gouveia, professora, residente em Machico; José Rodrigues, sacerdote, residente no Funchal e Lília Caldeira, jurista, residente na freguesia do Porto da Cruz, protagonizaram opiniões importantes, sob olhares diferentes e a forma como foi vista por fora, a mudança cultural da localidade em estudo.

Um dos fenómenos marcantes das vivências relatadas pelos nossos narradores prende-se com a história da emigração clandestina, ocorrida também neste lugar até o final da década de 60 do século passado. Promovida pela miséria social, económica e cultural levou também à penúria milhares de cidadãos do nosso País, que vencendo o medo e contrariando as leis da emigração portuguesa arriscaram a vida, saindo essencialmente para a França, como nos descreveu nosso informante com 89 anos, João Joaquim de Freitas, ex-emigrante clandestino.

Registamos e contextualizamos factos que mobilizaram, logo após o 25 de Abril, os caseiros da Ribeira Seca, em prol dos seus direitos sobre as terras também trabalhadas pelos seus antepassados. Reconstruímos essa memória através da narrativa da nossa entrevistada, Josefina Melim, que nos relatou algumas ações de âmbito reivindicativo levadas a cabo pelos que trabalhavam a terra de Senhorios, com o intuito de por termo ao regime de colónia. Referiu-se à informação que, entretanto, também ajudou a distribuir como o jornal «O Caseiro» e panfletos aos caseiros de Machico e de outras freguesias da costa norte da ilha. Relatou a reunião que mais lhe marcou, aquela que se realizou num recinto de um lagar de pisar uvas, na freguesia de Ponta Delgada, uma terra de forte domínio de Senhorios. Deprendemos da sua entrevista a importância do papel determinante que o Centro de Informação Popular de Machico teve na produção deste tipo de informação, nomeadamente nos anos de 1974 e 1975. Uma instituição que Machico perdeu, cuja memória sobre a missão da sua fundação foi em boa hora recuperada por um filho da terra, em tese de mestrado defendida na Universidade da Madeira.

Na generalidade, os informantes do nosso trabalho de campo referiram-se à precariedade das condições de vida do meio em que se encontravam inseridos, as quais, consideramos terem sido a força essencialmente da mudança social e da revolução da identidade cultural que se operou nesta localidade. Acrescentaram que essa falta de condições só foi possível contornar, quando o povo se juntou e se organizou para reivindicar, principalmente, depois da conquista da liberdade em 1974. Desse espírito organizativo saiu a construção da nova escola, uma das suas primeiras reivindicações, que mudou o destino da velhinha escola do Amparo. Dai que, o povo ali residente, considera que a cultura é eucaristia, um lema que se tornou canção das suas romarias de verão, recuperada e divulgada digitalmente através do CD, 2014 «A igreja é do povo o povo é de Deus», que conjuntamente com outros CDs promovem e divulgam o seu cancioneiro², a história particular dos habitantes desta localidade.

Na corrente dos tempos dessas primeiras reivindicações, procuramos as professoras primárias que mais anos lecionaram na escola do Amparo em salas diferentes, localizadas em velhos edifícios e separadas por duas centenas de metros: uma anexa à capela do Amparo e, a segunda, num sobrado de uma casa particular, popularmente

² s.m. colecção de canções; reportório de antigas canções líricas em português, castelhano e galego. Do lat. Cantione, in *Dicionário da Língua Portuguesa*, por J. Almeida e A. Sampaio e Melo, 5ª edição, 1979, Porto Editora, [consultado em 10 de janeiro de 2023].

conhecida por escola da Caçarola. Esses dois espaços tornaram-se pequenos para o número de crianças dessa altura, ao ponto de o pároco da igreja da Ribeira Seca, padre Martins Júnior, ter cedido dois espaços da casa paroquial, onde a comunidade improvisou duas salas de aula, aliviando a pressão funcional da escola do Amparo.

Perante a escassez de salas de aula, pais, alunos e catequistas organizaram-se em 1976 e junto da Câmara Municipal de Machico e da Junta Geral do Funchal exigiram a construção de uma escola nova, reivindicação que veio acontecer em 1977, com a construção de uma nova escola. Um processo que conheceu avanços e recuos e, a meio da obra, enquanto se concluía as salas do segundo piso, as crianças estreavam no primeiro as novas salas de aula, tendo sido considerada na altura a escola com melhores instalações de ensino básico em todo o concelho de Machico, com oito salas de aulas, sanitários, cantina e espaços para recreio.

A escola nova, tal como a igreja da Ribeira Seca, constituía à época os únicos espaços de vivências comunitárias, por onde se cruzavam experiências de crescimento educacional e civilizacional indispensáveis ao avanço da matriz da identidade da população local. A escola, que consideramos ser o espaço por excelência de aprendizagem no contexto da socialização e do conhecimento, foi perdendo ao longo das décadas seguintes a chama da sua existência: crianças e a vida de um dos marcos da identidade e uma das páginas mais acutilantes da história reivindicativa da população das bandas de cima de Machico. Um facto irrefutável com raízes em condicionalismos, sobretudo, na fraca taxa de natalidade que também se fez sentir por aqui, levando a que o edifício escolar acabasse por encerrar em 2018, por decisão do Governo Regional.

Nos objetivos da nossa investigação preocupamo-nos, também, com a importância da História Oral na conjuntura da identidade cultural da Ribeira Seca, valorizada pelas histórias de vida dos nossos informantes, testemunhos ímpares e fidedignos que permitiram servir de fontes principais à reconstituição da memória e das causas que serviram de estrutura à sua identidade. Entendemos, assim, que estas narrativas são ativos de autenticidade de uma oralidade singular, que nos permite estabelecer uma conexão entre a causas e feitos dos percursos reivindicativos da população local. Percursos esses, que têm sido registados e divulgados pelo Centro Cívico Cultural e Social da Ribeira Seca - CCCS-RS, fundado em 1983, cuja missão educativa e cultural passa por preservar esses itinerários de vida, baseados na diversidade das lutas reivindicativas. Itinerários que inspiraram as chamadas poetisas do povo como Josefina Ferreira, 69 anos, do sítio da Noia e Júlia Ribeiro, 81 anos, do lugar do Lombo do Xeque, autora do livro “POESIA

COMPLETA(-ME), 2022, editado pelo Anexo 1- Ribeira Seca, da EB1/PE e Creche Eng. Luís Santos Costa, onde descreve em verso grande parte das vivências reivindicativas do povo desta localidade.

Registamos a transferência do CCCS-RS, em 2020, do salão da igreja para as devolutas instalações da Escola Básica do 1ºCiclo da Ribeira Seca, por resolução da Câmara de Machico de 22 de agosto de 2019, uma mudança bem acolhida pela população e que gerou valor acrescido à valorização de um conjunto de projetos de âmbito pedagógico e cultural que, segundo a diretora do Centro, Irene Catanho, veio garantir a melhores condições funcionais à Tuna de Câmara de Machico, ao Grupo de Cantares da Ribeira, aos Grupos de Romagem, bem como, ao acervo bibliotecário do padre Martins Júnior, tornando-se assim acessível ao público em geral e, em especial aos estudantes desta terra. No mesmo edifício funciona também um polo para o ensino recorrente, frequentado por um número considerado de adultos, que ali adquirem competências de enriquecimento individual e coletivo, sob a coordenação da professora Sandra Gouveia.

Além deste enquadramento de reconstituição da memória, preservação e de divulgação cultural local, assinalamos igualmente no nosso estudo a realizado em 2011 e 2012 de um conjunto de murais da autoria de artistas plásticos, pintores e muralistas como o RIGO 23. Usando a arte de rua promoveram um conjunto de murais, que conta momentos marcantes da história recente desta população, particularidade essa, que nos levou localmente a assinalar a presença destas referências identitárias, junto do templo da Nossa Senhora do Amparo, a padroeira da comunidade católica da Ribeira Seca. Transmitem passagens de comícios dos primórdios da Revolução dos Cravos, de momentos ímpares sobre a vida religiosa, de palavras de ordem como o direito à habitação sadia, à saúde e à educação para todas as crianças. Aspetos que nos permitiram consolidar a nossa pesquisa sobre as vivências de dentro para fora da história contemporânea local.

Com o mesmo intuito dos objetivos aqui propostos, fomos também escarpelizar a relação causa e efeito da existência na Ribeira Seca de uma igreja assente numa pastoral voltada para uma ação sociocultural, durante o período em estudo. Da entrevista efetuada com o padre Martins Júnior, o mentor dessa pastoral, permitiu-nos correlacionar a existência de uma conexão entre uma igreja fechada em torno de valores de uma educação religiosa conservadora e uma igreja voltada para o apoio à resolução das problemáticas sociais e culturais da sua comunidade.

A migração clandestina foi também palco da nossa investigação, como parte das soluções que direta ou indiretamente contribuíram para a mudança social e cultural da população local. Uma situação bem conhecida dos madeirenses, que marcou particularmente muitas famílias da Ribeira Seca, enredadas em miseráveis condições de vida, que se arrastaram até os verdes anos do 25 de Abril. Uma realidade que tentamos historicamente reconstituir através da narrativa do nosso informante, João Joaquim de Freitas, de 89 anos, do sítio do Lombo do Xeque, um de muitos deste sítio, que enfrentou as incógnitas da vida da emigração clandestina por terras de França. Descreveu os contratempos da sua viagem clandestina, realizada debaixo da escuridão das noites, por montanhas fora do alcance do controlo policial nas fronteiras ibéricas. Daí que o seu testemunho foi crucial para a análise das causas deste fenómeno, radicadas na penosidade dos campos da altura da sua infância, na falta de tempo e de condições familiares para aprender a soletrar, escrever e contar na escola do Amparo. Estas dificuldades não impediram que a grande maioria dos emigrantes se aventurassem nesta epopeia clandestina, principalmente no período de 1950 a 1969, altura em que a emigração clandestina portuguesa rondou os 241.811 indivíduos a fugir do País para a França, durante vinte anos. Neste valor consta o número de emigrantes da Ribeira Seca, parte que infelizmente não conseguimos extrapolar, nem o peso da saudade sentida na clandestinidade, a qual o CCCS-RS reconstituiu com a divulgação do CD, 2012 - *Terra da Minha Saudade*.

Tendo ainda em conta a pertinência do foco desta dissertação, procuramos fora da Ribeira Seca, indivíduos que aceitassem partilhar os seus pontos de vista, sobre a história recente dos movimentos reivindicativos desta localidade, e de que modo os viram no contexto da problemática da afirmação da identidade em análise.

Um rol de situações desenvolvidas a partir do III capítulo, enquanto que no I abordamos a problematização das identidades, tendo presentes as histórias de vida de um lugar na reconstituição de identidades, em particular a identidade cultural da Ribeira Seca. No Capítulo 2, tratamos da metodologia, que pensamos ter sido a mais adequada para este tipo de trabalho, concentrando-nos na escolha das tipologias relacionadas com as práticas de pesquisa mais consentâneas com os objetivos propostos.

Terminamos com as conclusões, a bibliografia consultada e os anexos maioritariamente de entrevistas, que serviram de fontes principais ao desenvolvimento do presente trabalho.

Capítulo I: A problematização das identidades

1.1. Histórias de vida na construção de identidades

A pesquisa sobre as dinâmicas de construção de identidades exige um estudo multidisciplinar profundo e minimamente abrangente, cuja relevância seja sentida e apadrinhada principalmente pelas comunidades locais, a fim de que os avanços da globalização não esvaziem as singularidades culturais dessas pequenas comunidades. Considerando esse avanço uma inevitabilidade, torna-se fundamental e cada vez mais indispensável o reconhecimento da importância das histórias de vida de um povo como pedra angular da sua identidade. Isto leva-nos a ter em conta que tanto as histórias de vida como a construção das identidades são conceitos distintos morfológica e linguisticamente, mas que concorrem no mesmo alinhamento para o mesmo género de problematização. Apesar da diferenciação destes dois conceitos para este projeto de estudo, procuramos o mesmo tratamento no rigor da análise de pesquisa, que possibilitasse arrancar da memória factos individuais ou coletivos indissociáveis das dinâmicas das identidades locais.

Esta problemática em torno da procura de factos que conduz à edificação e à identificação de identidades na História Local, constitui-se como uma ferramenta de enorme interesse para entender de que modo estes estudos contribuem para o fortalecimento do reconhecimento de um lugar e para a amenização das consequências dos embates da globalização sobre as fragilidades do tempo de vida das memórias que guarnecem, nomeadamente, as identidades dos pequenos lugares.

Por conseguinte, as identidades de um lugar emergem de um espaço e de um território, que são noções com sentidos assimétricos e cuja interdependência se efetua em conjunto sobre o lugar onde ocorrem os movimentos sociais e culturais para uma construção socializante. Indubitavelmente, o espaço é onde se inicia e se desenvolve a construção das identidades, o sítio tomado pela população, a qual também se inclui num território à sua escala, proporcionando vivências que compõem “...uma realidade inseparável da memória que, por sua vez, é constituída pela língua, cultura e/ou tradições, religião e festividades de um povo...” (Sousa L. , 2008, p. 337), causando ligações imateriais que se dão pela construção das identidades ocorridas sobre o território de um espaço. Efetivamente, o território é o lugar do ser e do fazer ocorrer as vivências, o local primeiro onde a população se dispõe no espaço, em que a diversidade das histórias de vida aí geradas deve pela sua importância no contexto do reconhecimento da História

Local ser distinguida e recuperada a fim de fortalecer a identidade com as suas particularidades. Portanto “O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e do exercício da vida” (Santos, 2006, p.140).

A definição de identidade em termos mais abrangentes sugere a identificação de uma ou mais características próprias e exclusivas de um povo ou de algum facto ou factos ocorridos num território, que o diferencia de um outro social e culturalmente ao longo de várias gerações. Nesta perspetiva, a identidade “... é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (idem, p.140), cruzando-se características e factos das realidades vividas das populações. O seu conhecimento só se pode fazer de forma integrada num quadro construtivo e representativo do poder económico de uma certa localidade, da política, do social, da religião, da cultura, etc. Visto que, também nas pequenas comunidades, como a da Ribeira Seca, existem realidades desse mapa representativo que mais se destacam em relação a outras e em que, em determinadas circunstâncias, foram mais acentuadas pelas dificuldades que as populações experienciaram.

Face a isso, estamos cientes de que a prevalência e a influência da vertente cultural nesse quadro é tanto maior, quanto mais acentuada for a sua dinamização e consolidação ao longo de várias gerações, com destaque para seu papel educativo em fazer perdurar no tempo o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, àquilo que nos identifica com o lugar, por onde se desenrolaram no passado histórias de vida como as que se encontram relatadas neste caso de estudo.

1.2. A identidade cultural na valorização de um lugar

Na pesquisa sobre as questões constituintes de identidade no contexto desta dissertação, não podemos omitir a cultura e a sua relação com tudo aquilo que ela gera e influencia no processo criativo da identidade, principalmente na sua afirmação no reconhecimento de um lugar. A sua importância em volta das suas dinâmicas é de tal ordem que se impõe no tempo e nas localidades, mesmo naquelas geograficamente pequenas, onde a memória sobre as vivências de um certo passado está mais presente e definida nas marcas da identidade.

Antes de mais, e no que respeita a este ponto de vista, torna-se pertinente debruçarmo-nos sobre o conceito de cultura. E, neste sentido, importa ressaltar que, não sendo o seu estudo o tema principal deste trabalho, achamos que tentar fazê-lo requer uma metodologia particular e uma análise transversal a diversas áreas do conhecimento.

Contudo, deixamos em aberto essa pretensão para nos cingirmos, apenas, a uma noção de cultura mais simplificada, a qual, se impõe aqui desenvolver.

A diferenciação e a conceptualização cultural sobre os meios pequenos vêm perdendo, mesmo que de forma deferida, as suas particularidades originais, muito pela força do impacto global da digitalização, empurrando esses lugares para uma nova configuração da vida humana, quer em termos relacionais quer de convivência. O seu efeito vem ameaçando de forma crescente as identidades desses locais e redundando os seus resultados na homogeneização da cultura.

Consideramos duas formas de cultura nesta abordagem: aquela decorrente dos modos de viver, ou seja, a mais abrangente - a cultura antropológica, a que tem "...origem em histórias contingentes resultantes de elementos originários de tempos e lugares diferentes." (Sousa, 2008, pág. 23) e a cultura explícita ou manifestada, mais restrita, mais pragmática no que concerne à mudança de uma cultura implícita, através do lançamento de outras iniciativas artísticas e culturais levadas a cabo pelas populações. Esta visão dual encara a cultura como o caminho mais verosímil no desenvolvimento de uma identidade, entroncada na aceitação deste entendimento duplo, como parte integrante das referências históricas e das dinâmicas culturais do presente e do futuro de uma comunidade. Deste modo, e o mais relevante em termos destes conceitos é podermos inferir que a cultura se constitui de elementos materiais e imateriais transversais de geração em geração, levando-as a criarem laços de identidade com as vivências, com as capacidades de mudança e de superação das dificuldades do seu lugar. Estando confinadas a um pequeno território, nascem, crescem e por ali morrem, conforme as circunstâncias do desenvolvimento da diversidade da sua cultura, as quais nem sempre se manifestam em práticas estatuídas, mas que se tornam, por via das suas atividades parte integrante da coesão social e do reconhecimento de um lugar.

Neste entendimento, importa ainda realçar no âmbito destes conceitos o papel que os meios de intervenção social e cultural através da música, dança e canto assumem na edificação da identidade local. Na verdade, são eles que, de uma forma ou de outra nos levam a entender a cultura como um instrumento de união social, de promoção da dignidade e de valorização de um lugar, dos seus habitantes e do seu reconhecimento como agentes de mudança.

1.3. O percurso da identidade cultural da Ribeira Seca

Na década de 60 do século passado, os habitantes da Ribeira Seca pertenciam a uma população enraizada numa realidade comum à grande maioria das povoações do mundo rural madeirense. Enlaçados na sua grande maioria numa cultura social e económica de sujeição, proveniente sobretudo dos condicionalismos afetos ao regime de colónia, as suas únicas iniciativas comunitárias de convívio e de partilha eram as que se sucederam após a criação da paróquia em 1960, com destaque para as festas religiosas calendarizadas, em cada ano, para os meses de julho e setembro. Desde essa altura, a Ribeira Seca passou a ser uma das novas centralidades paroquiais na vasta freguesia de Machico, assumindo nomeadamente dentro dela, com a chegada do padre Martins Júnior, em 1969, um papel de intervenção social, cultural e religioso que veio abalar os poderes instituídos municipais e regionais. Primeiramente, as canções das romagens das festas religiosas dedicadas ao culto do Santíssimo Sacramento e da Senhora do Amparo, inspiradas por populares sobre as várias dificuldades do quotidiano Ribassequense, servem de mote para o protesto junto da Câmara Municipal, Junta Geral e Diocese do Funchal. Posteriormente e, ao longo destes últimos 60 anos, essas necessidades decorrentes da falta de habitação condigna, de escolas, de estradas, de redes de luz elétrica e água canalizada geram contestações e daí um rol de textos de cariz poético, as tais canções de romagens, que se encaixam ao nosso ver numa espécie de literatura popular, contada e cantada pela população em geral, sobretudo, pelos mais jovens, por ocasião das festividades religiosas da paróquia.

Efetivamente, esses cantares, que formam a base constitutiva do cancionário local, reunido já em quatro CDs (vide anexo 2), têm raiz na prática de uma igreja popular, refletida na composição de vários versos das canções de romagem dos seis sítios da paróquia, evocativos de um passado de miséria social, económica e de esquecimento pelas autoridades públicas, sobretudo municipais “Santíssimo Sacramento//Batemos à vossa porta//Valei à nossa miséria//Já que a Câmara não se importa” (CEFISA-RS, 2014, p. 39). Dessa forma, reconhecemos que esses cantares podem e devem ser um elemento revitalizante da memória e de perenidade identitária da gente desta localidade, muitos dos quais descrevem contando as diversas ações reivindicativas efetuadas nas décadas de 70 e 80 do século passado, cujo legado faz parte de um ecossistema reivindicativo cultural e original no seio das comunidades rurais madeirenses.

Neste contexto e no decorrer na nossa pesquisa, foi possível abordar algumas das poetisas do povo de idades avançadas, como Júlia Ribeiro, uma das compositoras do

cancioneiro local, reconhecendo que as suas inspirações se baseavam nos anseios, nas dificuldades individuais e coletivas do dia-a-dia dos seus conterrâneos e nas vivências dos tempos em que não havia estradas, água potável, luz elétrica, nem escolas condignas para que todas as crianças pudessem aprender a cartilha. As suas composições eram literalmente versos com rimas alternadas, sempre a condizer com a condição social e com as aprendizagens de vida destas trovadoras do povo.

Dentro deste âmbito, acrescentamos ainda como fatores também determinantes do ponto em análise, que esta forma de poesia popular foi também acompanhada de coreografias simples, representadas pelos grupos de romagem nos arraiais de verão da comunidade paroquial. Nesse sentido, Júlia Ribeiro, na sua entrevista que mais adiante transcrevemos, deu-nos a entender que sempre existiu um frenesim intergeracional nestas romarias que a todos envolve, numa profusão de sentimentos reivindicativos coletivos.

Destacamos, também, como reforço do percurso da identidade cultural, a formação musical de várias dezenas de jovens que, com a sua vontade de aprender, têm dado vida e continuidade à Tuna de Câmara de Machico, fundada em 1983, nesta localidade, a noroeste da freguesia de Machico. Pelo seu já longo trajeto e pelo seu número de formandos, é este grupo um polo ativo de formação musical, em que a aprendizagem instrumental em cordofones, como bandolins, bandoleta, bândola, bandolocelo, guitarra e guitarrone ou contra baixo tem tido a primazia. Assinalamos o contributo histórico e cultural da presença de dois desses instrumentos na TCM, pertença anterior do Septeto Doutor Passos de Freitas, de ilustre memória na historiografia musical madeirense. São eles “... a Bândola e o Bandoloncelo, datados de 1915, portanto instrumentos centenares”³.

Em vista de tudo isso, defendemos que a existência deste tipo de formação tem vindo a ser um marco na elevação artística e musical da comunidade local e, não apenas, pelo número de jovens que têm vindo aprender a ler e tocar, mas também, pela paixão com que se entregam à execução das mais diversas interpretações clássicas e tradicionais fora e dentro da sua localidade. Localmente, destacamos o seu empenhamento em eventos culturais e em comemorações de datas festivas como as festas de verão, trazendo ao público memórias da passagem pela Ribeira Seca de grandes músicos e bandas de renome e do melhor elenco musical português, como José Mário Branco, Júlio Pereira, Sérgio

³ Instrumentos musicais de corda centenares, in *blogue sensoconsenso*. Disponível em <<https://sensoconsenso.blogspot.com/search?q=Septeto+Dr.+Passos+de+Freitas>>, [consultada em 20 outubro de 2021].

Godinho, Luís Represas, Trovante, Amélia Muge, Vitorino e Janita Salomé, Francisco Fanhais, como nos testemunhou Irene Catanho na sua entrevista (vide anexo 1.10). Na sua narrativa deixou bem vincado que, ainda hoje, os nomes destes artistas perduram no ânimo e na voz da gente daquela localidade. Um registo que aqui ressalvamos, ter sido um dos contributos marcantes e indissipáveis na construção do percurso da identidade cultural do povo desta terra.

Deste estudo, assinalamos como polo fundamental da preservação e divulgação da identidade da população local, a existência do Centro Cívico, Cultural e Social da Ribeira Seca, dinamizador comuns das atividades culturais da comunidade, realizadas e divulgadas tanto pela Tuna de Câmara de Machico, como pelos grupos de romagem e o de cantares da ribeira. Como nos confidenciou a sua Diretora, Irene Catanho, o Centro tem procurado promover diversas ações direcionadas para a formação da cidadania, incluindo conferências e palestras sobre diversos temas, como o Dia da Europa. Ainda no que concerne a outras iniciativas, registamos a presença de trabalhos de levantamento, arquivo e divulgação quer em livros quer em CDs sobre o cancionero de romagem, portador de várias canções que descrevem cantando histórias de vida, nomeadamente coletivas sobre as agruras do passado, destes últimos 60 anos.



Figura 2. Inauguração em 2012 do mural "RIBEIRA SECA – não se vende". (ft. Daniel Vasconcelos Melim)

Entretanto, neste percurso pelas circunstâncias que tornaram possíveis a preservação, valorização e divulgação da identidade, sublinhamos a existência de um conjunto de murais – a arte urbana local, disseminada pelas muralhas que ladeiam o adro da igreja do Salão (igreja da Ribeira Seca), onde constatamos através da criatividade de artistas plásticos, na sua maioria madeirenses, entre os quais, o muralista,

pintor e artista político português, Ricardo Gouveia, mais conhecido como RIGO 23, a existência de uma consciência de liberdade inspirada em momentos únicos da história recente da população desta terra. Portanto, reconhecemos que este estilo de arte surge no seio das artes de intervenção, como uma porta aberta na comunicação da arte de protesto dos povos e na sua divulgação, neste caso, da identidade cultural da gente da Ribeira Seca.

Capítulo II: Metodologia de Trabalho

2.1. Enquadramento da metodologia

Entendemos as histórias de vida como uma itinerância sobre fragmentos de um passado, baseado numa recolha intensiva de dados de carácter biográfico sobre um ou mais indivíduos, sendo cada um a fonte principal da narrativa ou narrativas obtidas dos seus percursos de vida. O processo de narrativas baseadas na história oral assenta numa metodologia indissociável de outros métodos da teorização da História, que há muito se encontra estabelecida na investigação de factos ocorridos, produzindo a informação que se pretende registar e estudar. Por este meio, pretendemos reforçar a valorização dos relatos de histórias de vida, com a particularidade de serem realizados por sujeitos narradores do povo. Não visam construir uma história ou biografia individuais, mas reelaborar uma nova vivência sobre factos que nos permitem encontrar valor singular, embora não necessariamente o único, para a compreensão da realidade e do estudo que nos propusemos investigar. Nesta orientação, ressaltamos que as histórias de vida vêm “... dar voz às pessoas e permitir, através de registo, que opiniões e histórias sejam preservadas para que gerações vindouras conheçam uma (outra) realidade, nem sempre boa, mas que aconteceu” (Silva, 2021, p.28). São os intervenientes descendentes de gerações, as quais, ao longo de séculos foram as transmissoras por excelência da tradição oral, recuperadoras e dinamizadoras da memória. Tendo em conta estes aspetos no seio das narrativas marcantes de viragens históricas ou culturais, Giambattista Vico (1668-1744), um dos grandes pensadores do período iluminista, era de opinião, que a verdade não seria encontrada nas grandes obras documentais das grandes individualidades da História Mundial, mas nos indivíduos e, que a natureza humana não é algo estanque nem tampouco imutável, só os que geram ou observam podem melhor analisar o que foi feito.

Porém, Luísa Passerini (81 anos), entre outros estudiosos europeus, desaprova o método de transmissão oral da História, considerando que não esclarece o essencial que a metodologia realmente é. Define que a História é obra de instituições únicas e irredutíveis tidas como Estados, Países e Civilizações. Refere ainda, que a História é o resultado dessas instituições e que vai mais além que as obras de grandes individualidades reconhecidas e veneradas em vários cantos do mundo. Entretanto, depreendemos também da sua análise, que não considera a História como uma ciência em plena evolução e que as narrativas faladas pudessem vir a ser parte fundamental da preservação e valorização da história de lugares e de um povo.

Para esse propósito, realizamos quinze entrevistas e um inquérito em forma de questionário a fim de reconstruirmos a história das derradeiras seis décadas de vivências, baseada na forma como as pessoas entrevistadas viveram e contaram as ocorrências mais significativas, que tornaram possível visualizar a identidade cultural do sítio da Ribeira Seca, da freguesia de Machico. Para este desiderato procuramos registar a autenticidade das narrativas, emergida do silêncio das recordações, não no sentido de uma cura, de um desabafo individual, mas sim, de um relato contextualizado de um acontecimento experienciado pessoal e coletivamente, no período abrangido pelo lapso temporal acima referido.

As entrevistas e o inquérito através de questionário foram realizados mediante um guião, sustentado por temáticas vividas ocorridas nessa época e nesse local. Foram elas o regime da colônia, a emigração clandestina e os movimentos reivindicativos socio-culturais, políticos e religiosos que compõem a maioria das nossas abordagens. Além disso, procuramos assumir uma atitude de simples entrevistador, a fim de facilitar e incentivar o entrevistado a reconstruir através da sua memória o todo ou parte do seu percurso de vida relacionado com o tema, que lhe foi proposto contar, conferindo ao nosso ver uma melhor fluidez e uma consistência relacional de espaço e de tempo sobre o assunto a narrar.

No contexto da metodologia usada para orientação da nossa investigação, demos importância a este género discursivo transmissor das autobiografias diretas. Porque o entrevistador, ao contrário das indiretas, deixa de adotar uma postura apagada na narrativa e procura junto do informador orientar, questionar e propor, caso seja necessário, a memorização de um determinado registo particular da sua memória. E, neste sentido, reconhecemos ter sido determinante para os objetivos de parte das autobiografias aqui trabalhadas, a importância da valorização da História Oral e de outras ciências potenciadoras de relações entre sujeitos, enquanto indivíduos e agentes de cultura. Traduzir essas relações exige, como no nosso caso, um estudo de práticas metodológicas adaptativas ao pretendido onde o informante é sempre o centro das vivências transmitidas, segundo a sua interpretação pessoal sobre a reconstrução do seu passado.

Referimos assim as práticas metodológicas usadas no nosso trabalho, ou seja, as principais técnicas que utilizamos na pesquisa conducente à dissertação. No entanto, perspetivamos ser indispensável para a consolidação da metodologia seguida, que a sua aplicação permitisse constatar nas narrativas de vida, as vivências intrínsecas do indivíduo e a sua influência na comunicação de um acontecimento pessoal ou coletivo

experienciado e direcionado à constituição de uma matriz de identidade cultural. Além disso, sublinhamos que as experiências de transmissão de histórias de vida, através destas práticas metodológicas, constituíram um valioso contributo a par da interdisciplinaridade de outras práticas de pesquisa, conducentes à reconstrução da historiografia local e à existência de uma identidade cultural. Os resultados assim obtidos dependeram em grande medida do modo como o entrevistador tentou procurar conduzir as técnicas de informação: concisas, curtas e claras, ou seja, de uma maneira descomplicada, procurando sempre estabelecer um relacionamento intimista com o entrevistado, permitindo assim o desenvolvimento de uma relação comunicacional de proximidade

2.2. Tipologia das práticas de pesquisa

A história de vida é um campo científico associado principalmente à Sociologia e à Antropologia, que requer naturalmente planeamento, investigação e uma organização criteriosa dos testemunhos orais e escritos conseguidos e, dos documentos recolhidos, cujas análises se complementam e se consolidam com a participação indispensável de outras ciências da área das humanidades. A sua investigação e análise procuram na memória colher informação extraída de acontecimentos experienciados por uma ou mais pessoas, os autores principais das fontes de informação, os agentes fidedignos da respiração da memória. Em regra geral, na tipologia das práticas de pesquisa procuramos levar a cabo uma série de entrevistas com a intenção de reconstituir as recordações do(s) informante(s), ou reedificar episódios marcantes do(s) seu(s) percurso(s) em consonância com as questões sequenciais, constantes nos anexos desta dissertação.

Das narrativas recolhidas e analisadas procuramos dar mais ênfase à vertente oral, à espontaneidade discursiva, complementadas pela consulta de documentos, mormente de arquivos pessoais, como panfletos de informação popular sobre determinadas ações reivindicativas e recortes de jornais e fotografias, testemunhos de vivências da quotidianidade local, de movimentos reivindicativos e culturais protagonizados pelo povo da Ribeira Seca. Como parte integrante da estrutura tipológica de pesquisa consideramos que, a documentação é imprescindível à veracidade dos testemunhos orais ou escritos reunidos; complementa as falhas e imprecisões de memória; evita determinado empolamento na comunicação das narrativas sobre os eventos; tenta que a realidade relatada seja resultante de antigas aspirações alimentados ao longo de um determinado período de vida.

Procuramos ainda, na conceção das tipologias de pesquisa, ter em conta a não subalternização dos modelos de pesquisa conducentes à recolha de informação. Validamos do mesmo modo e com o mesmo nível de importância tanto as entrevistas semi-diretas como aquelas que foram apoiadas em inquéritos em forma de questionários, utilizados na elaboração e análise de dados através de amostragens. A nível do inquérito realizamos uma amostragem da população residente, composta por um grupo de indivíduos adultos, com idades compreendidas entre os 47 e os 81, e um outro, por jovens cujas idades balanceavam entre os 15 e os 21, com o intuito de registarmos em que faixa etária era mais impressiva a identificação com a identidade cultural local. Para este objetivo decidimos juntar os grupos em salas separadas do Centro Cívico, onde fizemos passar através de duas pequenas colunas de som ligadas a um telemóvel alguns trechos de canções pertencentes ao cancioneiro de romagem, das romarias dos sítios da paróquia efetuadas ao longo destes últimos 60 anos em homenagem aos oragos solenizados localmente: o Santíssimo Sacramento e a Nossa Senhora do Amparo. Reproduzimos, igualmente, partes de outras canções do mesmo cancioneiro e fragmentos de peças musicais de compositores clássicos interpretadas pelos jovens bandolinistas da Tuna de Câmara de Machico, fundada e sediada na Ribeira Seca. De seguida procedemos ao lançamento de um inquérito em formato de questionário, composto por oito questões conducentes a extrapolar das suas respostas o nível de impressividade da identificação das duas amostras com a sua identidade cultural.

Por conseguinte, observamos que estas técnicas de metodologia de recolha de informação foram adequadas à investigação pretendida, no nosso processo de reconstituição da memória e da reconstrução e sustentação deste tipo de identidade,

2.3. Por forma de inquérito

No âmbito do propósito do nosso inquérito ressalvamos o facto de ter sido concebido um guião de questões encadeadas e direcionadas à finalidade deste estudo, cujas repostas permitem passar ao lado das entrevistas abertas e contrariar efetivamente o discurso livre e contínuo sobre episódios do passado, refletido em histórias de vida. Na realização deste intento, elaboramos o guião de questões abaixo mencionado, em que, para cada pergunta, o interveniente apenas tinha que assinalar um X nas cinco respostas possíveis: **Nada; Muito pouco; Mais ou menos; Muito e Completamente**. Para cada resposta assinalada determinamos atribuir um ponto.

Para simplificar o questionário omitimos uma série de variáveis, como o tipo de género; habilitações literárias; profissão ou ocupação; ideologia partidária; religião e outras. Itens que, entendemos ter a sua importância neste tipo de estudo, mas, atendendo à simplificação pretendida neste inquérito, reconhecemos que o seu tratamento analítico e comparativo seria demasiado extensivo para o nosso objetivo em análise. Com esta pretensão, julgamos assegurar uma leitura mais fácil e perceptível sobre os elementos informativos constantes nos quadros a seguir indicados. Das suas leituras, emergidas da convergência do conjunto de questões e de respostas pré-definidas permitiram determinar, além de outras considerações, o nível de conexão existente na perceção cultural das duas faixas etárias, no âmbito da problemática da identidade cultural local.

Para uma melhor perceptibilidade desta questão, menciona-se a seguir na estrutura do inquérito por questionário, lançado com dois grupos da amostragem de indivíduos da população local.

Universidade da Madeira
 Faculdade de Artes e Humanidades / Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas
 Ribeira Seca: memória e identidade cultural

Inquérito

Tema: **Identidade cultural**

Canções e músicas de romagens e da Tuna de Câmara de Machico

Questões	Nada	Muito pouco	Mais ou menos	Muito	Completamente
Conhece estes cantares das romagens?					X
Estas canções refletem as vivências locais destes últimos 60 anos?					X
Gosta de as ouvir ou cantar?					X
As músicas das romagens e da Tuna enriquecem a cultura local?					X
Identifica-se com as romagens e com a Tuna de Câmara de Machico?					X
A existência das romagens e da Tuna são marcas da identidade da Ribeira Sêca?					X
Tem sido participante nestas atividades culturais?					X
As atuações das romagens e da Tuna atraem gente de fora?					X

Nome: Marica Josefa Rebelo Idade 65 Anos

10/12/2021

Figura 3: Estrutura do inquérito por questionário. (ft. do próprio, de 19/12/2021)

As respostas obtidas dos dois grupos da amostragem permitem, segundo a nossa análise, demonstrar que através dos quadros seguintes é possível visualizar a existência da tal conexão das raízes identitárias e culturais.

Nome	Idade	Conhece estes cantares das romagens?				Estas canções refletem o que foram as vivências locais				Gosta de as ouvir ou cantar?				As músicas das romagens e da Tuna (TCM) enriquecem a cultura local?				Identifica-se com as romagens e com a TCM?				A existência das romagens e da Tuna são marcas da identidade da Ribeira Sêca?				Tem sido participante nessas atividades?				As atuações das romagens e da Tuna atraem gente de fora?																
		N	MP	M	C	N	MP	M	C	N	MP	M	C	N	MP	M	C	N	MP	M	C	N	MP	M	C	N	MP	M	C																	
Carlos Silva	52				1				1				1				1				1				1				1																	
Josefina Melim	65				1				1				1				1				1				1				1																	
Júlia Ribeiro	81				1				1				1				1				1				1				1																	
Gorete Ribeiro	62				1				1				1				1				1				1				1																	
Manuel Marques	68				1				1				1				1				1				1				1																	
Maria Alves	57				1				1				1				1				1				1				1																	
Maria Freire	50				1				1				1				1				1				1				1																	
Maria Perestrelo	64				1				1				1				1				1				1				1																	
Miquelina Catanho	70				1				1				1				1				1				1				1																	
Vitorina Nunes	60				1				1				1				1				1				1				1																	
Zita Franco	60				1				1				1				1				1				1				1																	
Renata Franco	47				1				1				1				1				1				1				1																	
Sub-Total					1				11				12				12				12				6				6	1	1	1	9			4	8									
Carlos Martins	21				1				1				1				1				1				1				1							1										
Hélio Nascimento	20				1				1				1				1				1				1				1							1										
João Marques	16				1				1				1				1				1				1				1							1										
José Viveiros	17				1				1				1				1				1				1				1							1										
Maria Assunção	17				1				1				1				1				1				1				1							1										
Mário Perestrelo	17				1				1				1				1				1				1				1							1										
Nuno Freiras	20				1				1				1				1				1				1				1							1										
Pedro Cunha	15				1				1				1				1				1				1				1							1										
Pedro Franco	17				1				1				1				1				1				1				1							1										
Sandro Freitas	19				1				1				1				1				1				1				1							1										
Sara Perestrelo	15				1				1				1				1				1				1				1							1										
Sofia Freitas	16				1				1				1				1				1				1				1							1										
Sub-Total					3				9				2				10				2				10				12							5	7	12		1	11	1	8	3		
Total					4				20				2				22				2				22				24							5	19	6	18	1	1	2	20	1	12	11

Tabela I: Quadro resumo do inquérito por amostragem (adultos e jovens) sobre a forma como percecionam a identidade cultural local. Fonte: Elaborado pelo próprio, 2022.

No grupo de adultos são mais expressivas as referências à identidade, enquanto o mais novo, nascido depois do 25 de Abril de 1974, aproxima-se dos indicadores do referencial identitário do conjunto dos mais idosos, expressos através do total das pontuações. Destas, percebemos existir por parte dos mais novos um sentimento de pertença das histórias de vida coletiva e individual, transmitidas do Cancioneiro local e por meio um reprodutor de som. Uma outra análise prende-se com a valorização que o grupo dos mais novos atribui ao gosto artístico da Tuna de Câmara de Machico, quer nas interpretações de peças clássicas, quer na execução musical das canções do Cancioneiro da sua terra. Para tornar mais simples a sua leitura, recorremos à linguagem gráfica que nos permite organizar os elementos coletados, comparar e analisar para melhor auxiliar nas nossas ilações, com vista à reconstituição da memória e desse passado reivindicativo, estimulando a nossa leitura crítica e reflexiva sobre a envolvência das dinâmicas que nos levaram à investigação deste caso de estudo. Nesta conformidade, quisemos que o gráfico seguinte fosse reflexo dessa intenção, proporcionando juntamente com esse tipo de leitura uma rápida análise comparativa identitária entre jovens e adultos da Ribeira Seca.

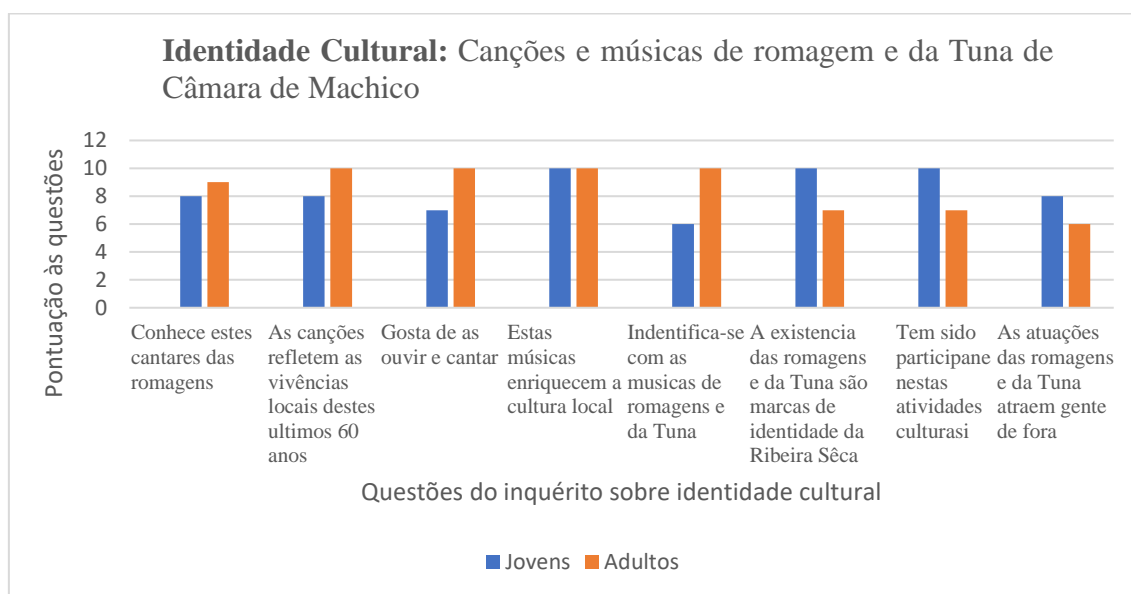


Gráfico I: Amostra indicativa das tendências dos jovens e adultos sobre as questões da identidade cultural. Dados da tabela I. Fonte: Elaborado pelo próprio, 2022.

Como complemento interpretativo, pretendeu-se que as barras fossem o indicador das duas faixas etárias em estudo, expressando cada uma o somatório da resposta mais pontuada (N, MP, MM, M e C) dentro de cada pergunta lançada no inquérito. Deste modo, extraímos dos valores máximos apresentados pelas barras, que os adultos são a faixa etária que mais percebe e se identifica com as atividades culturais desenvolvidas

na Ribeira Seca, inspiradas artisticamente através das suas vivências do passado. O mesmo não se pode induzir com a mesma clareza da outra faixa etária, a dos mais novos, pelo facto da sua pontuação máximo ter sido atribuída às últimas três questões do inquérito, indicadas pela mesma ordem neste gráfico. Não obstante, são os que mais participam na divulgação das histórias de vida cantadas, quer através das romagens essencialmente de periodicidade anual e na Tuna de Câmara de Machico, pela determinação e gosto artístico do revendo padre Martins Júnior. Por conseguinte, admitimos pela leitura dos resultados extraídos do inquérito, que são os mais novos, aqueles que mais denotam maior propensão em assegurar no presente e no futuro a continuidade da identidade cultural da sua terra. Por último, consta-se ser transversal às duas amostras o facto de que, este tipo de atividades culturais, contribui para a afirmação da identidade das gentes locais, consubstanciado pelas narrativas de vidas, plasmadas nas entrevistas do nosso trabalho de campo.

2.4. Por forma de entrevista

Entendemos, que a entrevista é um meio de interação social, que envolve o pesquisador e a pessoa ou pessoas entrevistadas, tendo em conta um determinado seguimento metodológico. É, ainda, um encontro entre duas ou mais pessoas, a fim de que uma delas consiga informações a respeito de determinado assunto. A sua função destina-se a compreender algum fenómeno do âmbito do objetivo da pesquisa, para obtenção de informação, apreciações, opiniões etc. A sua grande vantagem em relação a outras técnicas de comunicação, é possibilitar a imediata aquisição do conhecimento desejado e, não menos importante, de outros tópicos de interesse para o estudo.

Para tal, adotamos a técnica de entrevista semi-diretiva ou semi-aberta, aquela que mais se enquadra com o nosso trabalho de campo, por seguir uma estrutura lógica de questões sobre parte de um percurso de vida ou de um facto observado, participado e vivido pelo entrevistado. Pelo contrário, a técnica de entrevista direta, pelo facto de não exigir um questionário semi-estruturado, ou seja, um guião de perguntas elaborado permite por norma, que "...o entrevistador se apaga num papel de simples registador..." (Poirier, Valladon, Raybaut, 1999, p. 49), uma técnica de gestão de comunicação pouco abonatória para o nosso trabalho de investigação. A semi-aberta, além dos aspetos já focados, permite ainda assegurar a obtenção dos objetivos do entrevistador, enriquecendo-os com a autenticidade do discurso do informante, baseado em factos

experienciados num determinado tempo e, em períodos, em que a observação individual tenha sido o melhor meio de registo detalhado dos acontecimentos.

No seguimento dos objetivos do entrevistador, dirigimo-nos às residências dos informantes, a fim de inteirarmo-nos das suas observações, das suas histórias de vida, mormente, as do contexto dos movimentos sociais que mais se envolveram. Da leitura das suas sensibilidades, acordamos um tema e um novo encontro, para a entrega do guião da entrevista, baseado no assunto unanimemente aceite anteriormente pelas duas partes. Dias depois, com o material áudio e o guião voltávamos à residência do informante, a fim da concretização da entrevista. Segundo o nosso pondo de vista, a escolha do tema era uma peça da entrevista fundamental, de modo a que, pudéssemos evitar a repetição de ocorrências das vivências das dez primeiras entrevistas realizadas dentro dos limites territoriais da localidade em estudo. A mesma orientação já não foi tida em conta, para a orientação e realização das gravações fora da povoação da Ribeira Seca, por acharmos ter sido importante direcionar as respostas, destes últimos cinco entrevistados, para o mesmo assunto, permitindo assim uma melhor leitura sobre as opiniões dos informantes de fora, do modo como observaram à distância o processo da afirmação da identidade cultural da Ribeira Seca.

Informantes da Ribeira Seca	idade	Informantes fora da Ribeira Seca	idade
Josefina Melim	66 anos	Sandra Gouveia	56 anos
João Joaquim de Freitas	89 anos	Luís Rodrigues	53 anos
António Nunes	79 anos	Gabriel Marins	62 anos
Juvelina Gomes	73 anos	Lília Fernandes	43 anos
Irene Henle	68 anos		
Virgínia Franco	72 nos		
Lurdes Freitas	73 anos		
Júlia Ribeiro	81 anos		
Martins Júnior	85 anos		
Irene Catanho	56 anos		
Carlos Góis	21 anos		

Tabela II: Quadro do número e nomes dos efetivos entrevistados. Fonte: Elaborado pelo próprio, 2023.

No processo de conversão das entrevistas gravadas para a escrita, e de modo a salvaguardar a importância do património linguístico local, respeitou-se a forma de pronunciar de determinados vocábulos na linguagem falada da população.

Capítulo III: Memória de vivências reivindicativas

3.1. Gênese e aspetos relevantes do regime da colônia

Como todas as ilhas do mundo, a Madeira sempre viveu debaixo de problemas específicos, como o da colônia, particularmente identificado com a maneira de ser da sua população, suas tradições e hábitos de longa data. A sua origem inicia-se com o parcelamento das terras através do sistema de sesmarias⁴ até 1580, sendo os senhores das terras os sesmeiros feitos morgados, que pela lei da vinculação de 1557 “no reinado de D. Sebastião, é a lei – pode dizer-se – deu condições de existência aos morgados, cuja definitiva regulamentação só pode considerar-se feita mais tarde, nas Ordenações Filipinas” (Rodrigues, 1947, p. 44/45). A partir daí, achamos que a concessão de título de Morgado aos sesmeiros, permitiu serem investidos de poder e se estabelecer nos locais onde melhor se sentiam acomodados e bem servidos de bons terrenos aráveis, por onde se desenvolveram rápidas culturas com a força braçal dos seus escravos mouros e negros, moços e casais por eles trazidos do Reino.

A cana-de-açúcar foi a plantação que mais ocupou a mão-de-obra escrava e proliferou em grande escala pelas terras de colônia da ilha, desde os primórdios do povoamento. O seu açúcar, o ouro branco da época, chegou a ser exportado para fora do arquipélago, para mercados europeus de maior procura e rendimento. A procura por este produto fez aumentar a concorrência entre os países produtores, fazendo com isso descer os preços e prejudicando diretamente os interesses dos produtores madeirenses, os Senhores das terras. Como consequência, assiste-se ao longo da primeira metade do Séc. XVI, a uma perda acentuada de rendimento por parte dos donos das terras, situação que favoreceu o início da “entrega das terras a quem as trabalhasse sob sua inteira responsabilidade, e em regime de divisão de culturas e co-propriedade de bemfeitorias⁵” (idem, p.42). Arrancou nestas circunstâncias, segundo entendemos, a vigência do longo regime da colônia na Madeira, com maior incidência, particularmente, pelos lugares onde houve no período da expansão do povoamento melhor distribuição da população braçal.

⁴ O nome sesmaria deriva de sesmar, dividir. Por esse sistema, as terras cultivadas nas comunidades eram divididas conforme o número de habitantes e, depois, sorteadas. O objetivo era **garantir o cultivo das áreas**, que eram denominadas sesmo porque correspondiam à sexta parte do valor de cada terreno. Sesmarias, in *toda a matéria*, disponível em <https://www.todamateria.com.br/sesmarias/>, [consultado em 10 de julho de 2023].

⁵ Entende-se como bemfeitorias a casa de habitação e seus anexos de colmo, muros, as diversas culturas, plantas, entre outras. Características do sistema, in *A Colônia na Madeira: problema moral e económico*, p.50, [consultado em 11 de julho de 2023].

Assim se compreende, em parte, a adesão dos colonos aos contratos de colônia, passando estes a gerir directamente grande parte das terras dos Senhorios, tendo-se fixado e construído as suas rudimentares habitações, cobertas na sua grande maioria por colmo.

Acreditamos que nem sempre os contratos funcionaram de boa feição, com incumprimentos pelo meio, mantidos através de uma relação corporativista sujeita a uma dependência, em que o Caseiro, o trabalhador das terras, ficou sujeito às obrigações contratuais impostas pelos proprietários dos terrenos ao longo de um percurso de escravidão, que “moldou o trato dos senhores com os trabalhadores braçais. Os proprietários parecem não ter percebido que os colonos eram homens livres. Foi essa condição, entre outras, que dificultou as relações entre os senhores e os colonos” (Giron, Bergamaschi, 1996, p. 59), que o nosso trabalho de investigação nos deu a entender. Nesse contexto, percebemos também que era sobre o Caseiro que se fazia sentir o exercício do controle das obrigações, quer pelo Senhorio, quer ainda pelo Feitor, um dos seus Colonos de maior confiança.

Outros historiadores são também unânimes sobre os motivos do declínio do comércio do açúcar, a causa maior do surgimento dos contratos de arrendamento, os quais “devem ter-se feito já na segunda metade do século XVI, ao mesmo tempo que o cultivo da cana é substituído essencialmente pelo da vinha” (Sousa, 1994, p.89).

A nova cultura introduzida na Madeira também rapidamente se desenvolveu, atingindo no arquipélago uma forte presença, especialmente, pelos socos das bandas do Sul da ilha, por onde se mantêm grandes extensões de vinhedos, bem como, pelas bandas do Norte. Introduzidas nas terras em troca de bons rendimentos, cedo acarretaram aos Senhorios um rol de custos, mormente com a contratação de mão-de-obra sazonal e com alfaias agrícolas destinadas à produção, armazenamento e comercialização do vinho. Dai que, entendemos, ter todo estes processos de custos acentuado a distribuição de terras em parcelas aos lavradores, deixando assim para trás a continuidade do sistema das sesmarias.

Um outro aspeto que nos pareceu interessante associar à decisão da repartição de terras prende-se com as necessidades de sobrevivência de um rápido crescimento de agregados familiares, muitos escravos, nomeadamente na altura da desvalorização do açúcar nos mercados de exportação, facto, que pensamos ter contribuído para essa divisão em vários lugares da ilha, como ocorreu em Machico, onde se registou de acordo com os “Anais do Município da Antiga Vila de Machico” uma das escrituras dos primeiros contratos de colônia celebrada “... aos 24 de agosto de 1612, na nota do tabelião da vila

de Machico, António Fernandes, entre o senhorio António Teixeira de Vasconcelos, bisneto do Rei pequeno, e os colonos João de Sousa e sua mulher” (Vários, 2021, p.128). Estes contratos tinham por base uma forma remuneratória a favor do Senhorio (pagamento de meias, terças, décimas, entre outros), dono de pequenas ou de extensas propriedades, de longueiras e águas para o regadio das culturas.

Daí para a frente, a legislação sobre o arrendamento das terras agrícolas manteve firme os direitos do Senhorio em detrimento dos poucos estabelecidos e afetos ao colono. Esta relação de domínio manteve-se inalterada mesmo para além de 1865, altura em que “veio publicada no Código Civil a legislação adequada a este sistema de colónia, mantendo tudo o que já vinha por tradição. Tradição que, entretanto, já vinha sendo denunciada em algumas obras literárias de escritores com peso na sociedade letrada madeirense, cuja posição pensamos ter contribuído para que tivesse voltado em 1965” nova legislação em que o colono, ou caseiro, passou a ter direito de preferência” (Caldeira, 2021, p.174). Todavia, só por força de denúncias corajosas na literatura madeirense, da ação da Revolução dos Cravos e das manifestações dos Caseiros em geral, e os da Ribeira Seca em particular, que foi declarado extinto o regime da colónia, conforme “... o disposto na Constituição Portuguesa e na Lei n.º 77/77, de 29 Setembro e o Decreto-Regional n.º 13/77/M, de 18 Outubro, aprovado pela Assembleia Regional da Madeira...” (Martins, 2017, p.116).

3.2. A colónia criticada na literatura

No estudo que fizemos pela literatura madeirense, sobretudo, a nível de romances, com enfoque na problemática do regime da colónia, desde meados do século XIX, levou-nos a assinalar neste trabalho de investigação a presença de referências relativas a este regime, principalmente no tocante à exploração dos que trabalhavam as terras, com as mesmas regras contratuais dos tempos dos seus antepassados. As obras investigadas, quer direta ou indiretamente, referem que a colónia era uma espécie de regime agrário com contornos medievais e que se desenvolveu pela maioria dos terrenos agrícolas da ilha, por onde se fixavam a grande maioria dos camponeses, abandonadas à sua sorte “sem meios para fazer valer os seus direitos, vítimas da miséria e à mercê da prepotência de certos senhorios, espoliados pelos gananciosos, humilhados muitas vezes pelas autoridades, podendo apenas contar com a compaixão de alguns” (Gouveia, 2008, p. 60). A fome, doença, dizimos, principalmente quando o produto da terra nem sempre era certo,

arrastavam esta gente para a miséria e para o conseqüente caminho clandestino da emigração.

Foi principalmente sobre estes contornos, que se desenvolveu a literatura de protesto ao regime de colônia, divulgada pela coragem cívica e política de intelectuais que nasceram ou passaram pelo Arquipélago e que recorrendo a artigos de opinião, revistas, jornais, como o *Caseiro*, e a romances, como a “*Canga*” de Horácio Bento de Gouveia (1901-1983), partiram para a denúncia de graves situações em que viviam os camponeses que lavravam as terras, consignadas a antigos contratos de arrendamento de terras de colônia. Utilizando a escrita como arma de consciencialização desta secular questão social e económica, fizeram-na como grito de revolta contra o problema social e humano acorrentado ao regime da colônia, mas também, como trabalho de memória, que ficou como registo de um dos capítulos mais negros da história do povo madeirense. Nesta perspectiva, entendemos que através da escrita, Horácio Bento de Gouveia, neste seu romance, contribuiu para que a sua forma de intervenção tivesse encontro marcado com a história do mundo rural madeirense, visto termos verificado consonância entre a essência dos motivos do seu desassossego humanista com o desfecho político-social alcançado, aquando da extinção da colônia nas Lombadas da Ponta Delgada, em 1956, e a nível regional, legalmente, em 1977, em toda a Madeira. Situação que nos levou a considerar, que no campo da literatura madeirense, tenha sido a *Ganga* a obra literária mais acutilante a par do jornal “*O Caseiro*”, os meios de comunicação de vanguarda, que mais contribuíram para o despertar de consciências, com vista à afirmação das gentes de um lugar e que se tornou indispensável para pôr fim à exploração da desumanização social dos camponeses, em particular das Lombadas das bandas do Norte.

A par destes meios de despertar consciências, Agustina Bessa-Luís (1922–2019), no seu romance “*A Corte do Norte*”, refere-se numa escrita menos contundente ao drama da colônia madeirense, descrevendo também quotidianos de famílias de Ponta Delgada, vergadas às condições miseráveis do trabalho da terra, sem presente e sem perspectivas de futuro, apesar de algumas benesses dos donos das terras, como o Senhorio Gaspar de Barros, que “Fechava os olhos para a produção de batata doce e de inhame que eles semeavam (Caseiros) a ocultas e que lhes iludia a fome. O inhame era o legume do pobre, quase o pão do colono; banido da ilha pelos dízimos e os impostos, as taxas e os direitos...” (Bessa-Luís, 1987, p.27).

Outro romance inspirado igualmente nas condições desfavoráveis do arrendamento de terras de Senhorios, e que serviu também para uma tomada de consciência sobre as

situações injustas a que esses arrendamentos expunham os caseiros em proveito dos possuidores de certos monopólios, ressalta da obra “Trinta Dinheiros” de Assis Esperança (1892-1975), uma obra desenvolvida à base de um diálogo de agentes de seguros, que além de expandir o seu negócio de seguros pelo mundo rural da ilha não deixam de manifestar a sua sensibilidade pela questão da exploração das terras através dos “contratos de colonia, o aluguer das terras com grandes quinhões daquilo que produzem para os proprietários, são do pior que há, tudo a girar, depois, em volta das benfeitorias e culturas” (Esperança, 1958, p.168). Descreve os sentimentos de revolta da vida amarga de grande parte dos colonos, sobretudo daqueles que sonhavam com a emigração e com aquilo que ela lhes podia oferecer, longe dos trabalhos penosos dos campos. Menciona que a tentação para emigrar era imensa, ao ponto de evocar, muitas vezes, a ajuda divina, o Deus dos milagres, o qual “se fosse servido de nos pôr desta terra pra fora, até ficávamos mais novos. E saiba a senhora que há dois anos que a cana é uma cultura que só serve para nos tirar dinheiro da algibeira, e nós à espera que o remédio nos caia do céu (...) E o Colono a carregar com todos os prejuízos, e o Senhorio a receber sempre o lucro de metade na receita da venda das colheitas” (idem, p.173).

Artur Sarmiento (1878-1953) além de ter sido um dos colaboradores do *Elucidário Madeirense*, foi também uma personalidade multifacetada quer no campo musical, quer na área da comunicação escrita e literária dispersa em várias obras, como a dos «Ensaícos Históricos – Ilha da Madeira, Redemoinhos de folhas». Achamos que neste seu trabalho manifestou, igualmente, a sua crítica social e política contra as situações de injustiça que minavam o relacionamento contratual entre Senhorios e Caseiros. Destaca com base nesta problemática, que “Há coisas que embora não procurem disfarçar, metem-se tanto pelos olhos dentro, pois que o Sr. J. Júnior, na prática do bem: pôs os caseiros no ôlho da rua, pagando-lhes uma irrisória avaliação de peritos, declarantes do pouco valor das benfeitorias” (Sarmiento, 1943, p. 52).

Encontramos outras manifestações, na literatura, de incriminação das regras da colonia tidas em conta por outros escritores, como, Joaquim de Natividade (1899-1968), engenheiro agrônomo, nascido em Alcobaça, um conhecedor profundo de uma das mais corajosas epopeias agrícolas de que se pode vangloriar um povo, apesar do muito trabalho e sofrimento que esse mesmo povo empreendeu nas benfeitorias da grande maioria das terras agrárias, dominadas por um punhado de privilegiados, os regentes das terras de colonia. Destaca precisamente esses feitos, o quanto a gente camponesa da ilha durante séculos foi persistente na construção de socalcos abruptos humanizados, amanhando com

as mãos calejadas a grande aventura do mundo rural madeirense. No seu livro «Madeira – A Epopeia Rural», uma viagem pelo interior dessa epopeia, assinala que o colono “Antes de ser agricultor, é cabouqueiro e arquitecto (...) onde a água corre, o agricultor heroico e operoso faz milagres; a levada empurra-o e ele empurra a levada. Novos poios se sobrepõem a outros poios e assim esse trabalhador humilde (...) constrói nos degraus da montanha o seu próprio calvário” (Natividade, 1954, p. 39). No entanto, descreve em jeito de denuncia, que esta façanha destes camponeses insulares só foi possível construir através de condições sub-humanas, forçando o agricultor a se render à vinculação das terras e a contratos de colónia ferozes e de um “egoísmo medieval (...) a terra é trabalhada por escravos e colonos livres para manter a ociosidade e a desregrada vida de nobres e ricos-homens” (idem, p. 35). Um rasgo de censura que atravessa os meandros da literária, para a consciencialização pública do problema, expondo uma visão crítica contra um velho regime de exploração, que acorrentava aos penedos da ilha os gigantes obreiros da epopeia do mundo rural madeirense.

Por sua vez, Marta Caires, no seu artigo “*O último colono*” publicado na revista do Diário de Notícias da Madeira, em 2007, manifesta a sua preocupação sobre a falta de conhecimento da extinção da colónia, por parte do colono que trabalhava as terras do seu avô, para as bandas da freguesia da Camacha. Referiu, que o derradeiro caseiro das terras da família era um homem a leste da evolução da reforma agrária no País; da Madeira Nova dos primeiros anos de Autonomia, talvez, como tantos outros rendeiros da época dessa Madeira dos primeiros anos do 25 de Abril. Destacou, que para o último colono da família, um compromisso era compromisso para sempre, mesmo com a recusa por parte do Senhorio em receber a renda acordada no contrato de arrendamento. Sublinha no seu trabalho de investigação jornalístico, que “Todos os anos, na data acordada no contrato, aparecia à porta da minha casa com o dinheiro da renda. 50 escudos que nunca esquecia de pagar. Uma vez, a minha mãe tentou dizer que não era preciso, mas um homem de palavra cumpre os compromissos...” (Caires, Marta, 2007, “O último colono”, *Diário de Notícias*, 42, Funchal, DN, p. 5).

Pensamos que este caso não foi o único, sendo uma prática com alguma expressão nos primórdios da Autonomia Política e Administrativa Regional, por falta de informação generalizada sobre a aprovação do Decreto Regional N° 13/77/M, da remissão da colónia. Este e os muitos casos de desobediência do cumprimento das normas dos contratos de arrendamento das terras agrícolas, bem como, o poder da literatura na denúncia das sujeições dos colonos, achamos terem sido imprescindíveis ao surgimento de movimentos

de camponeses, com vista à erradicação do regime de colônia e, à afirmação de um povo, pertencente a lugares com história da gênese da colônia.

3.3. Ribeira Seca na história da colônia

Francisco Dias Franco, capitão – secretário da Câmara Municipal de Machico, foi um dos Senhorios com enormes fazendas situadas “... na Ribeira Seca, Landeiros e Pinheiro e parcelas dispersas em Machico e Porto Santo...” (Júnior, 2023, p.30). A essas propriedades foram impostas pelo donatário da descendência de Tristão Vaz, o regimental Vínculo e Capela, uma distinção senhorial que apenas era atribuída a alguns morgados com condições de garantir os compromissos, especialmente, com os encargos pios, destinados à renovação periódica da celebração de atos de culto na sua Capela, mandada construir juntamente com a sua mulher, Isabel Moniz de Vasconcelos, na sua Quinta da Ribeyra Seca, em 1692. Dedicada à Nossa Senhora do Amparo, a qual tornou-se padroeira da comunidade religiosa local, a partir da criação da paróquia em 1960.

Os tempos primeiros da Quinta teriam sido caracterizados por lides árduas em torno dos serrados de cana sacarina, vinhedos e de outros cultivos geradores de rendimentos, que ao longo desses tempos se tornaram indispensáveis para a conservação do património material da herdade e sustentar os custos de funcionamento do seu quotidiano. Outros rendimentos provinham dos “... aforamentos⁶ e contratos de arrendamentos de parceria surgindo os meeiros, isto é, os lavradores que cultivavam, a meias, terras que não eram deles, por um determinado prazo” (Martins, 2017, p. 21). A manutenção de imposição de foros, de encargos pios e de outros custos só foi possível com a produtividade dos vários terrenos circunscritos ao vínculo, principalmente ao longo do século XVIII. Com o surgimento dos contratos de arrendamento pelos Caseiros da Quinta, estes passaram a governar porções de terras às metades, até a abolição do velho regime da colônia.

O 25 de Abril de 1974 e a criação do movimento “União dos Caseiros da Ilha da Madeira” (UCIM), com forte impacto na mobilização dos Caseiros, em particular os da Ribeira Seca, formaram os contrafortes principais do desfecho da colônia, que pôs fim a esse regime de exploração das terras de cultivo de Senhorios. Segundo o nosso trabalho de campo, destacaram-se nas andanças desta mobilização Miguel Viveiros, do sítio da

⁶ O aforamento, ou emprazamento, era um contrato enfiteutico que gerava o desmembramento da propriedade em dois domínios. O senhorio, titular do domínio directo, cedia a outrem (foreiro) o domínio útil de um bem fundiário, impondo-lhe o cumprimento de encargos diversos, nomeadamente o pagamento de um foro. DA TERRA E DO TERRITÓRIO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS, in *E-DICIONÁRIO*, disponível em < <https://edittip.net/category/aforamento/>>, [consultado a 10 de janeiro de 2023].

Noia; Maria José Freire, Júlia Ribeiro e Manuel Franco, do sítio do Lombo do Xeque; Alice Franco e Conceição Gomes, do sítio do Pastel; Lurdes de Freitas, do sítio da Igreja e Josefina Melim, do sítio do Moinho da Serra, entre outros camponeses. Outros de fora se juntaram a esta causa com alguma experiência em militância cívica e política, como o caso de Duarte Caldeira, um ativista desta e de outras causas, que marcaram o xadrez reivindicativo da sociedade madeirense, quer no chamado período “verão quente” da revolução dos cravos, quer no movimento pela Autonomia Administrativa da Madeira. No seu estudo lançado em 2021 «*A Agricultura Madeirense e Eu*» mencionou que o primeiro encontro de caseiros ocorreu em Machico “... numa noite de maio de 1974 a convite do meu amigo Padre Martins Júnior, numa escola com telhado de zinco, anexa à igreja da Ribeira Seca, numa noite invernosa” (Caldeira, 2021, pp. 174,175).

Recordou a nossa entrevistada, Josefina Melim, de 66 anos, residente no sítio do Moinho da Serra que, nessa altura, os caseiros se “... reuniam na igreja da Ribeira Seca, no salão, e depois, essas reuniões alargavam-se a outras freguesias, que recorro muito bem, que um ano fomos reunir na Ponta Delgada ... reunimos num lagar”. Frisou ao longo da entrevista (vide anexo 1.1) que, após aprovação do Decreto de lei da extinção do regime de colónia foi grande a azáfama levada a cabo pelos caseiros, nomeadamente daquelas paragens. Referiu que, “toda a gente foi tratar da papelada. Havia alguém na Ribeira Seca que tratava disso. A Alice e a Conceição começaram a preencher papéis para ir para tribunal...”. Foi um processo iniciado em finais da década de 70 do último século, altura em que asseverou ter-se desencadeado outras manifestações, como aquela que se realizou em apoio aos trabalhadores da Grã Pará – MATUR, por se encontrarem com salários em atraso. Reforçou que guarda muitas memórias dessas movimentações, muitas das quais tiveram eco no semanário “O Caseiro”, surgido naquela época⁷, e cuja propriedade “... ficou registada em nome de Maria Conceição Marques Gomes, que também foi a sua directora...” (Martins, 2017, p. 116). Maria da Conceição Marques Gomes, nasceu e cresceu no sítio do Pastel, tendo sido uma grande ativista, principalmente na dinamizadora da luta dos Caseiros e em especial na coordenação da documentação destinada à legalização dos terrenos de colónia em favor dos que trabalhavam a terra, mormente dos Colonos que residiam na Ribeira Seca.

⁷ Ofício nº 1043/RRI, Abr/76, da Direcção Geral da Informação, Repartição dos Registos de Imprensa. Fonte: O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75, editado CMM, 2017.

Muitos desses Caseiros foram os primeiros a receber o seu jornal, com periodicidade semanal, a qual conheceu outras frequências diferente da que foi anunciada no seu primeiro número de 28 de março de 1976. A informação publicada, na sua maioria,



Figura 4: O Jornal “O Caseiro” (ft: Caseiros e senhorios nos finais do século XX na Madeira).

entre a grande maioria de camponeses, lavradores de toda uma vida de árduos trabalhos em terrenos, que com a extinção da colônia passaram para seus domínios. De acordo com que analisamos sobre o assunto, a remissão da colônia foi um processo progressivo entre as partes envolvidas “pese embora as dificuldades e obstáculos que ainda se fazem sentir a nível jurídico quanto a essa mesma extinção” (idem, p.68).

No âmbito dos depoimentos encontrados sobre esta matéria, sublinhamos entre outras coisas a riqueza do património linguístico madeirense, contendo expressões já difíceis de encontrar na oralidade e na escrita atual, que refletem aspetos identitários desses tempos, como os que encontramos no nº 46 deste Jornal e que a seguir se transcreve, referente a uma prática recorrente do Senhorio, levada a cabo pelos lados do sítio da Noia e que demonstra a imoralidade e uso da religião na divisão do produto do trabalho dos que lavram as terras:

“Quando era a colheita do vinho ele [o Senhorio] estava presente. E o restinho era medido de canjirão e, depois de estar tudo medido, ele tirava um tanto da nossa metade para os Santos, mas isso a gente dava de boa vontade para os Santinhos.

- Mas vocês, por que é que não davam directamente aos Santos?
- Ah! Isso era sempre o costume.

Ao ouvir essas palavras mais me convenceu que esses Senhores eram donos do Céu e da Terra. Eles até davam o vinho directamente aos Santos e os caseiros ficavam à espera da saúde em troca”. Tanto este como os outros relatos desta natureza refletem vivências seculares locais, disseminados entre alguns dos 66 números deste Jornal. O seu acervo foi

“assentava em depoimentos de colonos, que tanto se podiam referir a experiências passadas como às vezes às várias fases da luta que iam sendo travadas...” (Lizardo, 2009, p.65). A escrita utilizada refletia por norma os falares dos Caseiros que, ao nosso ver, pode explicar o sucesso do jornal nos seus primeiros anos e a sua importância como meio de informação e de unidade

doado em julho de 2019 ao ABM, para preservação e consulta, juntamente com fichas de inscrição, correspondências, diverso material burocrático e administrativo, sobretudo, escrituras de terrenos e diligências jurídicas e negociais entre o Caseiro, os Senhorios e o Governo Regional”⁸.

Nos últimos anos de colônia na Ribeira Seca, destacou ainda Josefina Melim, que existiram manifestações dos produtores de cana sacarina, lutando pelo justo valor de produção deste produto agrícola. Referiu que tem memória de ter presenciado na Ribeira Seca a saída em direção ao Funchal “... de quatro camionetas de pessoas para o engenho (Hinton)”, em 31 de março de 1975, que se juntaram numa ação de protesto com outros produtores de cana num “comício no Jardim Municipal e terminou em manifestação, junto ao chamado engenho do Hinton” (Martins, 2017, p.119). Acrescentou ainda, que já não se recorda do valor que acabou por ser acordado entre a Administração do Engenho e os produtores, por cada quilo de cana. Entretanto, lembrou que nesta localidade verificou-se uma pré-extinção da colônia, em que o Caseiro deixou de cumprir as cláusulas contratuais deste regime, situação que se tornou efetiva com a publicação da legislação competente em 1977.

A par deste seu remate, mencionou as dificuldades da azáfama do trigo, uma das culturas também abundantes pelas terras de colônia ao longo de muitos anos, proporcionando ao povo do campo um dos alimentos mais importantes da sua subsistência. Facto, que se tornou no alimento de maior veneração à mesa e o elemento mais importante da sua precária roda dos alimentos, desde tempos imemoriais. Semeado em cada ano, nos finais da estação chuvosa, dominou até a década de 70 do século passado muitas áreas de cultivo ao longo das encostas, sobretudo, do vale da Ribeira Seca. Apanha e debulha exigiam trabalhos exigentes vencidos pela resiliência das famílias, sobretudo, de colonos que se entreajudavam nessas pesadas tarefas, muitas vezes, aligeiradas por cantigas de trabalho⁹.

⁸ União dos Caseiros da Madeira doa espólio ao Arquivo Regional e Biblioteca Pública, in *rtp-Madeira*. Disponível em < <https://www.rtp.pt/madeira/cultura/uniao-dos-caseiros-da-madeira-doa-espolio-ao-arquivo-regional-e-biblioteca-publica-30069>, [consultado a 14 de dezembro de 2022].

⁹ “Longe vai o tempo em que os escravos cantavam para que o trabalho árduo e desumano fosse menos pesaroso. A ceifa, a vindima, a apanha da erva para o gado, foram sempre motivos para escapar uma cantiguinha, para que o tempo e a dureza da tarefa fossem mais brandos”. Cantigas de trabalho, in *Regionalização do Currículo de Educação Musical do 2º Ciclo do Ensino Básico*, Disponível em <<https://regionalizacao-educacaoartistica.madeira.gov.pt/conteudo/CDROM/cantigastrabalho.html>>, [consultado em 11 de janeiro de 2023].

Expectável ou não, não se encontraram referências à existência de moinhos na localidade, nomeadamente, pelas redondezas da Quinta da Senhora do Amparo. As duas edições dos Anais do Município da Antiga Vila de Machico não assinalam a presença nesta localidade de engenhos de moer cereais, apenas, referenciamos a existência de vestígios de um moinho que funcionou nas proximidades do cruzamento das duas ribeiras mais marcantes à entrada do vale: a da Ribeira Seca e a da Ribeira Grande, descrito no livro «*Machico - Subsídios para a História do seu Concelho*», cuja construção era coberta

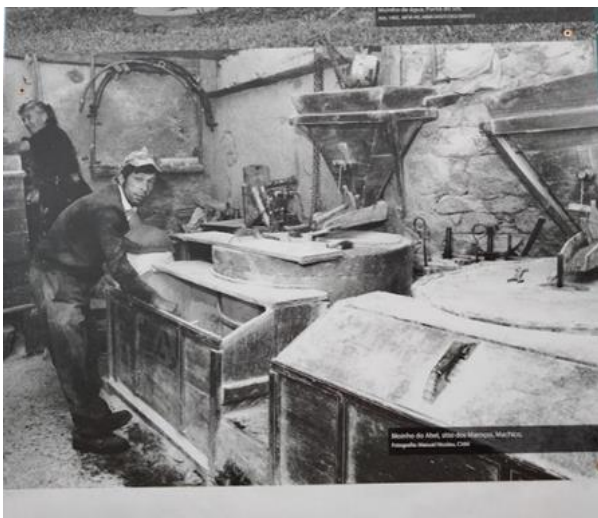


Figura 5: Moinho do Abel, Marçoos. (ft. Manuel Nicolau)

“de telha e de dois pavimentos pertencia a Juvenal Cardoso Dias. Tinha duas mós: 1,05m e 1,10m. Foi adquirido, no ano de 1935, a Jaime Nunes Vieira. Estava colectado desde 1929, no nome de D. Maria Cristina Nunes Vieira” (Ribeiro,2001, p. 159). A partir de 1940, o moinho conheceu outros proprietários, como descreveu a nossa informante, que disse guardar “...uma vaga ideia de ver as pessoas chegarem lá com os sacos às costas para moer. Lembro de ir lá moer milho e que o Moinho era do Manuel Melim”. Funcionou através de força hídrica, oriunda das águas da ribeira do sítio da Ribeira Grande, as quais fizeram mover as pedras de outros moinhos como o do Abel, localizado nos Marçoos, um dos mais procurados nesses tempos para a moagem do cereal semeado nas terras de colónia, mormente, as da Ribeira Seca.

Josefina Melim falou de tudo isto, sem esquecer as canções de carácter interventivo, baseadas nas agruras da colónia que ajudou a compor com Júlia Ribeiro, uma das protagonistas do Cancioneiro local (vide anexo 1.8).

Dessa literatura popular de denúncia da persistência do regime de colónia, transcrevemos a seguir um dos seus números, revelador de situações sub-humanas, que também atravessaram os Caseiros dos últimos anos de vigência da colónia:

1. “Andam estes Senhorios
No mundo só a descansar
E o pobre do Caseiro
Trabalha para lhes dar.

3. Foi luta contra mais luta
Com liberdade ajudar
Acabar com os Senhorios
Que não queriam trabalhar.

2. Andamos a trabalhar
Vivendo do sofrimento
Como os ricos não querem dar
Aquilo que nos pertence.

4. Com o 25 de Abril
O tempo tudo mudou
Começamos a lutar
A Ribeira Seca avançou”.

3.4. A emigração clandestina na fuga da miséria das terras de Senhorios

Os movimentos migratórios da Madeira ao longo da sua história têm sido em grande medida caracterizados por uma emigração transoceânica, cujos destinos foram marcados nos séculos XIX e XX por uma emigração tradicional como as que ocorreram para o Brasil, Venezuela, África do Sul e, mais recentemente, as que se verificaram para o Continente Europeu, precisamente para a França e Reino Unido. Dentro da transoceânica, registamos o surto migratório madeirense para o Curaçau, com acentuada expressão por volta da década de 40 do século passado, tendo como causa principal um anseio antigo - embarcar para melhorar as condições socio-económicas familiares do “...madeirense, cansado de trabalhar em terrenos de difícil cultivo e de transportar mercadoria às costas por caminhos íngremes e perigosos...” (Silva, 2021, p. 245) sem alternativas possíveis de minorar as difíceis condições de vida e de trabalho na sua ilha.

A emigração para o Curaçau ocorreu devido a uma oferta de emprego lançada pela petrolífera Royal Company Shel, na altura, com avultados investimentos nessa ilha das Antilhas Holandesas. Este ‘aliciamento’ migratório levou centenas de madeirenses e foi concorrente com aquele que se verificou para a ilha de Aruba, atingido o seu pico em 1945. Por questões óbvias, registamos os que se aventuraram da Ribeira Seca, para aquela longínqua paragem e que após o regresso se destacaram na aquisição de terras de agricultura e na melhoria da habitação familiar. Os falecidos, como Francisco Gomes, António Marques e António Freire foram casos de sucesso desse destino transoceânico e que ainda permanecem na memória dos intervenientes do nosso trabalho de recolha de histórias de vida, com os quais foi possível construir este apontamento para registo, nomeadamente da história local.

A figura ao lado, um testemunho imagético, atesta esse surto emigratório para o Curaçau, com a particularidade de ter sido um dos destinos da emigração madeirense fora dos meandros da clandestinidade, com serviços de registo e de legalização. Recorda os

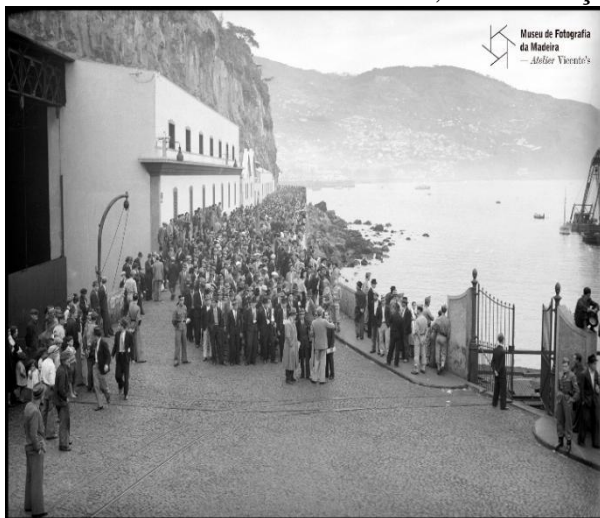


Figura 6: Apresentação de cumprimentos às autoridades pela legalização de vistos pra o Curaçau. (ft. Museu Vicentes).

dias 14 e 15 de março de 1944, frente à sede da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Nesses dias, julgamos que por lá passaram emigrantes da Ribeira Seca, apresentando também às autoridades os seus cumprimentos de despedida e exteriorizando o seu agradecimento pelas facilidades concedidas na aquisição dos “Vistos”.

Na nossa perspetiva, entendemos ter sido necessário dar relevância à relação causa e efeito deste binómio: legal e clandestino, com o fim de relacionar os motivos que conduziram sobretudo à emigração clandestina. Além do que já se aferimos sobre as causas deste fenómeno social, acrescentamos que a emigração clandestina tinha também como origens as aspirações e projetos sempre adiados de muitas famílias igualmente desta localidade; das suas jornas incertas; do produto dos seus trabalhos, que raramente chegava para pagar numa só vez a conta mensal do rol da venda; da obrigatoriedade do Serviço Militar Obrigatório e respetiva mobilização para a guerra nas antigas colónias portuguesas. Motivos estes, que reconhecemos estarem ligados aos picos mais expressivos da história da emigração portuguesa, como o que se verificou entre 1835 e 1855 em que emigraram mãos de 40.000 madeirenses. Mas, é no decénio seguinte, em que a emigração madeirense atinge o valor mais significativo nos tempos modernos “e também aquele em que a emigração clandestina foi a maior de sempre, saíram do arquipélago mais de 36.400 indivíduos, o que representa mais de 14% de população residente (...) até os nossos dias jamais foi possível estancar a saga emigratória dos madeirenses” (Nepomuceno, 1994, p.100).

Uma outra das razões que, no nosso entender, levou também à procura da emigração, exclusivamente a clandestina, teve a ver com a falta de valorização nos méritos da escola no espaço rural, principalmente, na formação dos mais jovens e nos resultados a nível do desenvolvimento cultural, social e económico da população madeirense das periferias, em particular, daquela que serviu de base para a realização do

nosso estudo. Outra ainda, que não nos parece tão menos importante, insere-se no âmbito da fuga à ditadura dos Senhorios, duramente penosa, como descreveu o nosso informante João Joaquim, ex-emigrante clandestino em França, na entrevista que nos concedeu (vide anexo 1. 2).

Foi emigrante num outro pico da epopeia da emigração oficial e clandestina madeirense, com início na década de 60 do século XX, cujas consequências ainda são visíveis no panorama evolutivo socio-económico das famílias das zonas rurais da Madeira, como na Ribeira Seca, de onde também partiram para fora a fim de melhorar a vida. Dos que daqui saíram, registamos que passados alguns anos regressavam com alguma regularidade, investindo as suas poupanças na realização de melhorias significativas ao nível da habitação e educação dos filhos, e que essa mudança civilizacional foi tão mais visível quanto maior foram os conhecimentos adquiridos na instrução primária no meio de tantas necessidades familiares. Neste sentido, afirmou o nosso informante, João Joaquim, que “... foi estudar depois dos 16 anos para cima, assim mesmo, e... e estudava aqui dentro no Amparo, duma... duma... duma... escola. Éh, um candieiro (candeeiro)...com candieiro a petrol (petróleo) e estudava-se aqui dentro da escola, mas era à noite...” porque durante o dia e desde a tenra idade ajudavam nas lides do campo, como narrou na sua entrevista a professora primária reformada, Juvelina Gomes, que muitos dos seus alunos tinham à sua responsabilidade “levar o leite à máquina, ajudar a regar e apanhar erva ao gado” (vide anexo 1.4).

Estas circunstâncias sedimentavam o sonho de emigrar, mesmo clandestinamente, apesar das restrições impostas pelas leis da emigração portuguesa. Achamos que este fenómeno social patente ao longo da história da emigração, foi igualmente expressivo entre as décadas de 50 e 60 do século passado, direcionado para terras de França, para onde saíram centenas de madeirenses. Os indicadores deste novo pico são por razões óbvias difíceis de conseguir, principalmente, quando se trata de quantificar os números dessa realidade em meios pequenos, como o da Ribeira Seca. Essa dificuldade, que julgamos ter sido comum em outros lugares da ilha, tentamo-la colmatar extrapolando do quadro abaixo mencionado¹⁰ uma ideia aproximada da dimensão da emigração não autorizada pelo Estado, a qual reconhecemos ter alterado o percurso da história de vida

¹⁰ Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários, in *observatório da emigração – Marinho Antunes*. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122425715305iFM4jp3Cy32UN4.pdf>>, [consultado em 10 dezembro 2021].

de muitas famílias portuguesas, incluído as do sítio, por onde andamos a fazer a nossa investigação e registo.

Datas	Emigração legal de portugueses para França	Trabalhadores e familiares entrar em França	Emigração clandestina de portugueses para a França
1950	319	314	- 5
1951	67	418	351
1952	261	650	389
1953	414	690	276
1954	588	747	179
1955	985	1336	351
1956	772	1851	1079
1957	3102	4640	1538
1958	4694	6264	1570
1959	3542	4838	1296
1960	3593	6434	2841
1961	5446	10492	5046
1962	8245	16798	8553
1963	13773	29843	16070
1964	21032	51668	30636
1965	32349	60267	27918
1966	51016	63611	12595
1967	45806	59597	13791
1968	35044	58742	23697
1969	16974	110614	93640
Total	248002	489813	241811

Tabela II: Dados, por anos, de vinte anos de emigração portuguesa para a França – emigração clandestina.

Para melhor compreensão sobre os elementos do quadro, importa definir e clarificar que o total da emigração clandestina foi calculada pela diferença entre o número de trabalhadores e seus familiares e o número de portugueses que emigraram legalmente para este país, durante as décadas em análise. Neste total, encontra-se incluído os cidadãos destes lados, que saíram à procura de um futuro melhor para si e as suas famílias.

Do seguimento da mesma leitura, inferimos que este tipo de emigração foi um movimento crescente até o 25 de abril de 1974, altura em que Portugal se abriu a uma nova era da sua história, com a conquista e consolidação de liberdades e de novos modelos de planificação económica e social. O maior ascendente da curva, a emigração clandestina, assume maior expressão, em finais da década de 60, principalmente com a saída de jovens do país, em fuga ao recrutamento do Serviço Militar Obrigatório (SMO), e conseqüentemente à Guerra no Ultramar Português.

No entanto, foi possível com o nosso entrevistado, o octogenário João Joaquim, do sítio do Lombo do Xeque, recuperar testemunhos da saída das amarras da colónia, da fuga clandestina para o estrangeiro, que também experienciou juntamente com outros seus conterrâneos. Falou-nos na primeira pessoa, dos contornos que o levaram a deixar a sua

Ribeira Seca e sair para terras de França. Um novo rumo para a sua vida e para o seu agregado familiar foram as bases do seu propósito que o levaram a tentar a sua sorte em terras estrangeiras. Nesse âmbito, assegurou que “Apareceu uma emigração para o estrangeiro, para a França e eu fugi, fugi (...). As nossas autoridades não autorizavam para se caminhar daqui. O governo não deixava. E, então (então), foi fugido de noite daqui para Lisbaua (Lisboa), de Lisbaua sempre de noite pelas montanhas...” (vide anexo 1.2).

Depreendemos, através do seu relato, sobretudo nos registos a negrito, que emigrar foi uma realidade inevitável que teve que enfrentar, como outros seus conterrâneos da Ribeira Seca, em troca da precariedade da vida que a colónia oferecia. Depois de chegar a Lisboa, dirigiam-se para as proximidades da fronteira, descrevendo que a melhor maneira de aí contornar os guardas (GNR e da La Guardia Civil) era aguardar pela noite, a fim de não comprometer a vida aos empregadores ou seus colaboradores sujeitos às coimas inseridas no art.º 1.º, do Decreto de Lei Nº 20.326, de 18 de setembro de 1931, do Ministério do Interior¹¹, a atribuir a qualquer cidadão que tentasse seduzir outros para sair do país sem o devido processo de legalização, processo, que requeria por parte do emigrante assumir determinadas despesas, como a obtenção do passaporte, o visto da Inspeção Geral dos Serviços de Emigração e o certificado de saúde com as vacinas em dia, um procedimento demorado e sujeito ao pagamento de taxas efetuadas na hora. Este é um dos factos, que somamos aos outros aqui já tratados e que pensamos ter contribuído igualmente, para o desenrolar da emigração clandestina.

Intuímos ainda da sua narrativa, que nas horas mais difíceis em solo francês, se lembrava das suas anteriores rotinas, nomeadamente, da “... agricultura e, trabalhos, criados, cavar e plantar e, acartar adubos para os terrenos e lenha para se cozer o comer ... mais, e mais e mais, e nunca dava para a nossa vida”. Registamos, além disso, que também carregou no peito a saudade da sua gente, do seu Lombo do Xeque, onde investiu depois de duas décadas embarcado o resultado do trabalho, nomeadamente, na construção de uma nova habitação, onde reside com alguns membros da sua família.

¹¹ Art.º 1.º “Todo aquele que aliciar gente para sair as fronteiras com destino a qualquer país ou a qualquer porto de embarque estrangeiro sem documentação, e todo aquele que auxiliar a saída de emigrantes clandestinos ou colaborar conscientemente por qualquer modo a sua fuga por algum ponto da raia espanhola, será punido pela Intendência Geral da Segurança Pública com a multa de 5.000\$ por cada indivíduo aliciado, e, em caso de reincidência, serão além disso os empregadores ou seus colaboradores multados em 20.000\$ [...]” *Diário do Governo Nº 216*, Lisboa, 18 setembro de 1931.

Grande parte do seu percurso de vida por terras de França, como a de outros seus conterrâneos, encontra-se personificado em forma de canção no CD “*Terra da minha Saudade*”, faixa nº 10, lançado em 2012, pelo CCCS – RS (vide anexo 2) e disponível em plataforma digital.¹²

1. Que levaste óh emigrante
Que levaste óh emigrante
Quando da terra aqui saíste
Quando sai cá da terra
Quando sai cá da terra
Levava o coração triste.

2. Que fizeste óh emigrante
Que fizeste óh emigrante
Por essas terras aleias
Foi dar tudo quanto tinha
A força das minhas veias
Por essas terras aleias
E voltei com as mãos cheias.

3. Bate que bate no chão da calçada
Bate que bate na noite gelada
Chapa que chapa no vão da oficina
Corta que corta naquela campina. (bis)

Refrão
Glória ao emigrante
Que foi produzir
O pão e a alegria
No mundo a construir (bis)

4. Que pensavas óh emigrante
Que pensavas óh emigrante
Nessa vida de batalha
Na minha terra pensava
A razão porque se moldava
O valor a quem trabalha.

5. Que fizeste óh emigrante
Que fizeste óh emigrante
Por essas terras aleias
Foi dar tudo quanto tinha
A força das minhas veias
Por essas terras aleias
E voltei com as mãos cheias.

6. O que sonhavas óh emigrante
O que sonhavas óh emigrante
Na luta de cada dia
Sonhava a terra voltar
Uma casa enfim morar
Com saúde e alegria.

7. Bate que bate no chão da calçada
Bate que bate na noite gelada
Chapa que chapa no vão da oficina
Corta que corta naquela campina. (bis)

Canção de romagem do sítio do Moinho da Serra “*Terra da minha saudade*”. Faixa nº 10, do CD “*Terra da minha Saudade*”, editado pela CEFISA – RS, 2012.

Além deste registo pertencente também ao alinhamento do Cancioneiro local, Júlia Ribeiro, uma das poetisas do povo da Ribeira Seca, transmitiu-nos em forma de poesia o quotidiano de dificuldades e de sentimentos da vida do emigrante, em particular a do seu marido. Narrou em especial os receios e os sonhos que acompanhavam os emigrantes

¹² Canção do emigrante, in *Cancioneiro de romagem da Ribeira Seca*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=XZdGh-WXKzM>>, [consultado em 22 de janeiro 2022].

forçados em abandonar o seio familiar, devido às difíceis condições de ganhar a vida nas terras de Senhorios. Contudo, sublinhou através da sua poesia o sonho maior do emigrante, o qual encontramos bem visível nos versos¹³ seguintes, nomeadamente na presente quadra - “Os anos foram passando//Vivendo a trabalhar//Sempre com grande esperança//Para a vida melhorar”.

- | | |
|---|--|
| 1. Nesta terra que é madrasta
Tão longe, muito distante
Vais sofrendo a sua vida
O pobre do emigrante. | 4. Os anos foram passando
Vivendo a trabalhar
Sempre com grande esperança
Para a vida melhorar |
| 2. Não deixo de lamentar
A vida que me rodeia
Tão longe da minha terra
Vivendo na terra alheia. | 5. Vai vivendo em esperança
O tempo sempre a passar
Esperando qual é o dia
Que vai tornar a voltar. |
| 3. Estes nossos emigrantes
Dizem com muita razão
Vem ganhar o pão da vida
Longe da sua Nação. | |

(Do romanceiro particular da história de vida de Júlia Ribeiro)

3.5. Caseiros nos confrontos da Revolta do Leite

A Revolta do Leite por toda a ilha, em particular no Machico profundo, ocorreu ainda no tempo da colónia, agravada pela difícil situação económica e social que a Madeira voltava mais uma vez a enfrentar. O descontentamento popular voltava novamente a crescer, nomeadamente por inúmeros produtores de leite, maioritariamente caseiros, cuja meio de sobrevivência emergia do sector pecuário, nomeadamente da criação de gado, com milhares de vacas leiteiras. Nesta conjuntura, “Basta lembrar que nesse período de grande depressão na economia insular o sector pecuário era a principal actividade e a fonte de maior rendimento do arquipélago” (Nepomuceno, 2006, p.383). A sua importância para a subsistência de grande parte das famílias rurais madeirenses, em particular, as da Ribeira Seca, foi de tal modo que, nos anos 40 do século passado, “laboravam por toda a ilha 64 fábricas, servidas por 1108 postos de desnatação, que

¹³ Recolhidos na residência de Júlia Ribeiro, Lombo do Xequê, em 7 de novembro de 2021.

produziam mais de 840 toneladas de manteiga, grande parte destinada a ser exportada. Os camponeses criavam mais de 30.000 vacas leiteiras, cuja oferta nem chegava para satisfazer a procura destinada ao consumo interno...” (idem, p.383), nem para a exportação de manteiga, resultante da laboração das fábricas existentes. Daí que, admitimos terem existido à volta do sector dos laticínios da ilha, dessa altura, avultados investimentos compensados pela exportação de manteiga e pela sua procura interna, nomeadamente pelos hotéis sediados no Funchal.

Entretanto, o Ministério da Agricultura do governo de Salazar tinha na calha uma iniciativa legislativa destinada a organizar o sector de laticínios da Madeira, materializada através do decreto-lei nº 26655 de 4 de junho de 1936, que impunha diversas medidas para serem implementadas, como a criação da Junta Nacional de Laticínios da Madeira (JLM), redução dos Postos de Desnatação e do número de Fábricas de Leite, fixação dos preços do leite, entre outras. Achamos que estas medidas vieram aumentar a perda de autonomia dos produtores de leite e da maioria dos proprietários das fábricas do sector. Deste modo, pensamos que os resultados não se fizeram esperar, visto que os preços oferecidos pelas unidades monopolistas do leite, nomeadamente a Fábrica Burnay e Martins Rebelo não “satisfaziam os camponeses, nem sequer as pequenas indústrias, e em pouco tempo os 1108 postos de desnatação existentes por toda a ilha foram drasticamente reduzidos para 320, lançando muita gente no



Figura 7: Ruínas do Posto do Leite (Posto de Desnatação) e da Mercearia do António Ribeiro. (ft do próprio, de 05/03/2022)

informante António Nunes (vide anexo 1.3), existiram três Postos do Leite na Ribeira Seca, o que por si explica a forte influência que esta atividade do sector primário teve na debilitada economia da sua população. António Nunes nasceu em 1943, no sítio do Pastel, sete anos após a Revolta do Leite, assegurou-nos na entrevista que nos concedeu, a 9 de abril de 2022, que na sua altura de miúdo, a vida era muito difícil e as famílias para

desemprego e na miséria” (idem, p.384). Desta redução mantêm-se ainda de pé as ruínas de um dos Posto do Leite (Posto de Desnatação) na Ribeira Seca, bem como a memória da azáfama diária de recolha e desnatação, que proporcionou a centenas de famílias o principal rendimento pecuniário para a suas sobrevivências.

Segundo o testemunho do nosso

poderem sobreviver “... tinham vacas de leite. Era o pão de cada dia! Era o pão de cada dia! Não havia trabalhos de ganho...”. Foi o último funcionário do Posto do Leite do António Ribeiro, frisando que a maioria da população local tinha vacas de leite e que ordenhava duas vezes ao dia: uma ao anoitecer e uma outra ao amanhecer, antes do início do funcionamento da máquina do leite (Posto do Leite). “... eu puxava à máquina (máquina) pegava-se nos baldos, no baldo que tinha medido (...) aquilo era medido, desde um decilitro a dois litros (...) a máquina tinha duas bicas: uma era para sair o soro para o cliente trazer para casa e a outra era para uma vasilha grande encher de natas...”. O produto final era transportado às costas, desde o fundo da Ribeira Seca até ao centro da antiga vila de Machico, onde, depois seguia de carro para as fábricas de produção de manteiga localizadas no Funchal. Um tipo de comércio que pareceu-nos ter proporcionado à uma grande parte dos caseiros, produtores de leite, o seu único rendimento remunerado, imprescindível para o habitual “aviar do rol” das compras de bens de primeira necessidade, geralmente, na venda mais próxima do Posto do leite.

A Revolta do Leite em 1936 veio expor a nu, que nem tudo estava bem no sector já de si abalado pelas consequências da Revolta da Madeira, um levantamento de cariz político-militar, envolvendo figuras gradas da sociedade madeirense e deportados enviados para a ilha, que almejavam derrubar o regime de Salazar, uma Revolta grandemente mediatizada e divulgada. O mesmo não se verificou com a Revolta do Leite, “nem com as revoltas da farinha e da cana sacarina – nasce no seio do povo. É pura contestação popular de cariz económica, contra tomadas de decisões do governo central” (Bernardes, Lília, 2011, “A Revolta do Leite – Madeira 1936”, *Isleña*, 49, Funchal, DRAC, p. 170). As suas marcas mais profundas fizeram-se sentir, principalmente, nas camadas mais pobres da sociedade madeirense, gerando maior descontentamento social. Com os primeiros focos de contestação, adensou-se essa insatisfação popular, que “Salazar quis pôr termo definitivo a qualquer capacidade de luta ou de reivindicação, o que conseguiu, até por se tratar do povo mais humilde e pobre e sem grandes figuras a liderá-lo” (Passos, Élvio, 31/07/2022, “Conheça a “Prisão de Fogo” no Funchal onde Salazar meteu 400 madeirenses”, *Diário de Notícias*, 48172, Funchal, p. 12).

No âmbito da nossa pesquisa, não encontramos a participação de figuras de topo da sociedade madeirense a liderar a Revolta, apenas, houve de facto uma voz dentro da igreja

madeirense que se levantou a favor do povo, o padre César Miguel Teixeira da Fonte¹⁴ (1902-1989), pároco da igreja do Faial que, a pedido do Governador Civil do distrito da Madeira, Goulartt Medeiros, reuniu o povo revoltado no adro da igreja, conduzindo-o depois para o lugar das Cruzinhas, onde acabou por ali juntá-lo a uma força da Marinha e da Polícia. Contava-se “... cerca de 5000 pessoas vindas de todo o Concelho de Santana e da freguesia do Porto da Cruz” (Freitas, 2011, p.41), para que em conjunto apresentassem as suas reclamações e elegessem comissões destinadas a negociar com as autoridades o regresso à situação anterior, proposta que, após diversas diligências nunca foi alcançado. Todavia, não se escapou também às perseguições, tendo sido preso juntamente com camponeses da sua comunidade, a 11 de setembro de 1936, e levado para a “Prisão do Fogo” - o calabouço do Lazareto, localizado no Funchal. Registamos que, meses mais tarde, a 22 de junho de 1937, embarca a mando da PVDE para Lisboa,



Figura 8: Homenagem no sítio das Cruzinhas (Faial) ao Pe. Teixeira da Fonte. (ft. Diário Notícias da Madeira, 30/07/2022).

bastante doente, a bordo do navio “Lima” com destino à prisão de Caxias “em Portugal Continental, o mesmo acontecendo com camponeses do Faial...” (Júnior, 2023, p.56). Devolvido à liberdade, regressa no final do ano de 1953 ao Faial, nomeadamente às Cruzinhas, lugar para a população local de triste lembrança, onde o povo se reuniu e o recebeu em pranto de homenagem e reconhecimento.

Além destas localidades com muito povo revoltado, predominantemente ligado aos trabalhos duros dos campos, outras houve, em que os caseiros, produtores de leite, assumiram medidas que ultrapassaram o âmbito das reclamações, como as que ocorreram na Ribeira Brava, tendo sido assaltadas a “Repartição de Finanças e o Registo Civil, destruindo documentação. Há 6 mortos e vários feridos pelo fogo da tropa (Freitas, 2011, p.41). Mais pacíficas foram as ações seguidas pelos produtores de leite dos Concelhos vizinhos (Ponta do Sol e Câmara de Lobos), que também se juntaram à Revolta. Em

¹⁴ Teixeira da Fonte ligava com habilidade a mensagem cristã à vida do dia a dia dos seus paroquianos. Estas suas características facilmente criavam uma relação de empatia e simpatia junto da população, mas ao mesmo tempo não deixavam de incomodar o poder político e administrativo da Madeira... in A Revolta do Leite em 1936. João Abel de Freitas, [consultado em 04/07/2023].

Machico, descreveu ainda António Nunes, na sua entrevista, cujas partes mais significativas da narrativa deixamos salientadas em anexo, que se lembra de o pai ter contado que houve polícias que carregaram sobre os manifestantes concentrados no Posto do Leite do Carlinhos, localizado no sítio do Poço do Gil. Acrescentou ainda” ... que houve gente que foi presa. Mas o meu pai foi um..., mas não foi preso”. Conta a tradição oral, que nesta manifestação houve detenções como as de Manuel Viveiros e Maria do Sacramento, avó paterna do autor da dissertação, levados para o calabouço do Lazareto.

A nosso ver, a forma como os camponeses enfrentaram esta Revolta, bem como o envolvimento de populares nos confrontos em Machico, aquando do afrontamento a Salazar em 1931, comemorado na Ribeira Seca” com diversas iniciativas culturais, como conferências por historiadores locais e nacionais e, ainda, com a reconstituição, feita por jovens, do percurso pedestre das tropas do ‘Estado Novo’ nessa mesma data.”(Júnior, 2023, p.56) refletem a existência de um certo dinamismo reivindicativo, que embora reprimido pelas forças da ditadura esteve sempre latente no subconsciente da população local.

Por conseguinte, nestes acontecimentos, registados em determinadas freguesias da Madeira e na sua capital, verificamos que os seus reflexos não foram tão marcantes culturalmente como os que ocorreram na Ribeira Seca, sobretudo, os que resultaram do seu percurso reivindicativo sucedido após a Revolução de Abril de 1974. Entre outras iniciativas é tradição contar a cantar em verso esse itinerário de contestações, enaltecendo os momentos difíceis da sua história recente, sem esquecer os da “Revolução do Leite”, que consideramos ter sido um marco da sua herança histórico-literário, de cujas memórias transcrevemos nas quadras seguintes:

“Na Revolta do Leite
Triste coisa aconteceu
Muitos foram prá prisão
E ainda alguém morreu.

Machico, Ribeira Seca
Ninguém podia faltar
Na luta dos camponeses
Marcaram o seu lugar.

Até o padre do Faial
Padre Teixeira da Fonte
Por defender o seu povo
Também foi levado a monte”.

(ft: Calhaus Falantes Pedras Cantantes, 2023, Martins Júnior)

3.6. Do começo da Escola do Amparo à Escola do Salão

A escola em toda a sua dimensão é uma poderosa instituição de elevação social e cultural, principalmente, quando se encontra inserida em ambientes socialmente precários e distantes das realidades sociais, económicas e culturais de espaços geográficos mais desenvolvidos e mais bem preparados às mudanças dos tempos. Neste seguimento, entendemos que a escola como centro de saberes científicos e pedagógicos na construção do futuro das sociedades, deve ir além dos currículos pré-estabelecidos, não dispensando a lecionação da aprendizagem dos valores da ética, democracia e liberdade, justiça e cidadania, temáticas que, de facto, achamos importantes para os autores principais da escola, os alunos, com vista à sua integração e participação na construção de valores indispensáveis, sobretudo, ao desenvolvimento educacional e cultural das suas localidades.

Nesse sentido, a escola primária do Amparo, oriunda do antigo Posto de Instrução Primária da Ribeira Seca (PIP-RS), foi criada à margem desses objetivos, no seio de outras realidades em consonância com as políticas de educação da Reforma Pombalina em espaço insular, a fim de combater o analfabetismo por aqui existente. Instalado por volta do início do século XX, numa das salas da Quinta da Senhora do Amparo, o Posto teve a sua abertura por volta de 1905, tendo sido frequentado “...por 30 rapazes e 32 raparigas” (Ribeiro, 2001, p. 237), numa altura em que, em Machico, se lançou o ensino básico pelas zonas altas e mais populosas da freguesia.

Até finais da década de 60 do século passado, era a instituição que mais primava pela prevenção social, promovendo através dos programas escolares as mudanças educativas, as mais abrangentes possível, nomeadamente junto das camadas mais jovens da população. Reconhecemos que, de facto, se tratou de um trabalho espinhoso, mormente, por parte das professoras vindas de fora da freguesia, algumas das quais ficavam alojadas durante o período letivo num dos quartos da Quinta do Amparo. Só assim era possível assegurar o funcionamento das aulas noturnas aos alunos mais velhos, uma solução, que nos parece ter sido de cariz de inclusão social, permitindo a estes alunos formação mínima obrigatória e, conseqüentemente, uma melhor preparação para as lides da vida dentro e fora da ilha.

As salas de aula eram desprovidas de condições de conforto e de material didático,

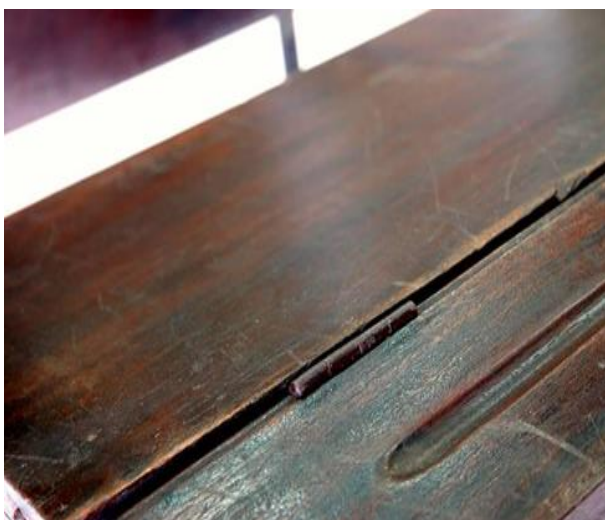


Figura 9: Carteira de madeira em plano inclinado em 1972. (ft. Irene Henle)

como as que conhecemos nos dias de hoje. A sala das raparigas situava-se no primeiro piso do edifício, com uma porta e uma janela voltadas a sudeste, enquanto a dos rapazes ficava situada no piso térreo, alcançável por uma única porta por onde também passava luz do dia. No período noturno, quando funcionava, a iluminação da sala era assegurada por candeeiros a petróleo

fornecidos nesse tempo pela Câmara

Municipal de Machico que, assim, garantia a muitos rapazes a aprendizagem básica, após a realização das tarefas diárias pelos campos de agricultura de subsistência. Neste domínio, relatou-nos uma das docentes, a professora Juvelina Gomes (vide anexo 1.4), que, quando chegou à escola do Amparo, nos finais da última década de 60, a paisagem social da Ribeira Seca “Era um meio rural com palheiros espalhados pelas encostas e com muitos terrenos cultivados. A maior parte das pessoas dedicava-se à agricultura de subsistência e apoiava-se do trabalho das crianças e dos jovens para sobreviver”.

No decorrer da entrevista remeteu-nos para as vivências desse tempo, descrevendo com um misto de emoção o ambiente que encontrou quando ali chegou pela primeira vez. Apenas, junto com o quadro preto existiam carteiras gastas e velhas, realidade que



Figura 10: A Escola da Caçarola. (ft do próprio, de 28/09/2021)

também subsistia noutra sala, que funcionava num sobrado de uma casa particular, conhecida na gíria popular como a escola da “Caçarola”, situada a cerca de duas centenas de metros, acima da capela do Amparo. Teve o seu início por volta de 1950 e funcionou ao longo de vários anos, como resposta ao número crescente de crianças que se fez sentir à época por estas bandas. Como

todas as suas congéneres desse tempo, são espaços que emergem memórias únicas e que, infelizmente, se encontra ao abandono, a deteriorar-se com o avanço das intempéries e do

próprio tempo, apagando-se com as ruínas a importância do seu papel contributivo na formação e na inclusão social de algumas gerações da população local. Na verdade, este testemunho coletivo, transporta para o presente parte da história desta comunidade, marcada pelo seu papel relevante na luta pela alfabetização de centenas de crianças, abrindo-lhes as primeiras janelas do conhecimento para horizontes mais distantes.

Transporta igualmente lembranças desses tempos difíceis, em que não havia água potável, luz elétrica, sanitários e qualquer espécie de apoios social neste espaço escolar. O edifício pertencia a uma idosa, Agostinha Gomes, cujas forças já não lhe permitiam sair de casa, nem para ir à fonte do Cachéu ou do Serradinho, as únicas nascentes de água, situadas nas margens da ribeira, a uma lonjura da residência. A pedido das professoras, o transporte da água era assegurado pelos alunos mais velhos, que contrariados tratavam do abastecimento do precioso líquido à Senhora Agostinha. Essa tarefa extra-curricular nunca foi bem aceite pelos alunos, motivo pelo qual acabaram por lhe atribuir a alcunha de “Caçarola”. Nome com que a escola ficou para sempre conhecida, segundo nos disseram os nossos informantes.

Procuramos inquirir uma das professoras desse tempo, que nos narrasse as condições de funcionamento, sobretudo desta sala de aula e o contexto social onde se encontrava inserida. De facto, a sua maioria já faleceu e, infelizmente, apagaram-se histórias porventura interessantes para o nosso trabalho sobre os tempos da Ribeira Seca submersa do mapa das diferenças identitárias da ilha. Todavia, foi possível através de contactos familiares, localizar uma outra professora desses tempos que, no seu relato



Figura 11: Porta da Escola da Caçarola, 1972. (ft. Irene Henle)
anexo 1.5).

sobre as condições da Escola, descreveu que “...subiam umas íngremes escadas feitas de pedra apumada pela força de braços para entrarmos na “sala de aula”. A porta de madeira, estragada pelo tempo e pelo uso tinha como fechadura um velho ferrolho que tratou de substituir (...) pedi a um amigo carpinteiro para colocar lá uma fechadura que eu própria comprei “(vide

Chama-se Irene Henle, uma dessas heroínas professoras, descendente de famílias naturais de Machico e que nos respondeu desde a Alemanha ao essencial do guião da

entrevista, que lhe enviamos por correio eletrónico, em setembro de 2021. Disse, “No ano letivo de 1972-73, trabalhei em regime de acumulação de atividade letiva, devido à falta de professores naquela época, na “Escola” da Ribeira Seca (...) Tive a terceira e quarta classes em conjunto, sendo a maioria dos alunos repetentes naquelas classes...”. Ressalvou, que escreveu o termo escola entre aspas, alegando que “... o nome é demasiado sério e pomposo para a realidade daquele tempo...” onde não haviam apoios sociais, nem as condições físicas que, presentemente, os parques escolares oferecem.

Relatou-nos que percorria com parte dos seus alunos “... quilómetros a pé por caminhos e atalhos em miseráveis condições, muitos perigosos” e que chegados à casa onde funcionava a sua sala de aulas, uma “velha senhora já nos esperava, de bordão na mão...”. Recordou para reconstituição da memória futura desses tempos que a sala era “... de cor branca, pintada de cal, iluminada por duas janelas voltadas a Este e eram tão velhas como a casa, deixavam passar pouca luz, sobretudo nas tardes curtas e escuras do outono e inverno...”. Sobre o velho soalho da sala, referiu que devido ao muito “... uso se encontrava remendado com bocados de tábua, sobre o qual se assentavam as velhas carteiras que rangiam do muito uso”. Mencionou que, no tocante a sanitários, a escola “... não tinha casa de banho nem água potável nem outra. Havia uma latrina no exterior, no rés-do-chão, que pertencia também à velhinha e que era bem vigiada por ela”. Inferimos do material fotográfico que anexou ao seu relato que o material didático de apoio a uma aprendizagem regular por todas as classes não existia, apenas, um velho quadro a giz e os livros usados e gastos dos alunos. “Lembro-me de ter levado uma lâmpada eléctrica para explicar, no escuro, os eclipses...”. Deduzimos da sua narrativa que, ao professor, cabia a responsabilidade e a persistência em motivar os alunos para “... os exames de quarta classe, que correspondiam ao objetivo de escolaridade a atingir para a maioria dos pais das minhas crianças. Tinha 34 alunos...”. Salientou no decorrer da sua narrativa que o rendimento escolar não era atingido ao mesmo nível para todos os alunos. Pois “... todos eles tinham de ajudar os pais e a família, trabalhando na agricultura, cuidando de animais (cabras, vacas), ficava pouco tempo para o estudo e para poderem sonhar com novos horizontes...”, muito diferentes daqueles em que os seus pais se encontravam envolvidos em torno das terras de Senhorios. Reconhecemos pelo contexto da sua explanação histórica, que o seu sonho como professora da antiga escola da Ribeira Seca, era fazer com que os seus alunos sonhassem com um amanhã diferente do habitual, através da continuidade dos estudos.

Terminou o seu sobrado de memórias, falando das meninas, das suas alunas que também frequentaram aquela escola. Se a grande maioria dos rapazes tinha o seu futuro assombrado, sem possibilidade de seguir os estudos e sem trabalhos fora da esfera das labutas da colônia e construção civil, o das raparigas, após o exame de 4º classe, não tinham melhor sorte! “Ajudavam nas lides da casa e a criar os irmãos mais pequenos. Tinham ainda que bordar ou trabalhar como “criadas” para ganhar o seu sustento e ajudar a família e ainda fazer o “dote” para o casamento. Muitas casavam ainda antes dos 18 anos (...) e a possibilidade de seguir os estudos era quase nula e só poucas o conseguiram”.

Desta feita, continuamos ao encontro de gente da terra que nos narrasse eventuais iniciativas que, de alguma forma, possam ter sido implementadas localmente, em prol de melhores condições para a educação das crianças e a materialização da escolaridade mínima obrigatória para os adultos que, entretanto, foram saindo da escola sem o exame da 4ª Classe, uma situação que não era apenas comum nas zonas altas de Machico, devido em grande parte à desmotivação dos pais e dos próprios alunos, que iam deixando de ir à escola até atingirem o limite de idade.

Nesta perspetiva, acrescentou Virgínia Vieira, residente no sítio do Pastel, que a situação das crianças na escola do Amparo era insustentável, narrativa igualmente corroborada pela professora reformada Juvelina Gomes, testemunhando que a população com idade escolar era em número elevado para poder arrumar em três salas distribuídas pela escola do Amparo e da Caçarola, sublinhando que não havia edifício escolar propriamente dito “As aulas eram ministradas em quartos adaptados (...) Os pais estavam



Figura 12: Igreja do Salão. (ft. Manuel Nicolau)

descontentes e revoltados porque os seus filhos completavam sete anos e não entravam na escola. Então o pároco decidiu ceder o salão paroquial para servir de sala de aulas, que funcionava em regime triplo: das 9:00 às 12:00, das 12:00 às 15:00 e das 15:00 às 18:00”. Nesta altura, referiu Virgínia Vieira, que “... foi quando o senhor padre Martins resolveu abrir a escola para os

adultos e houve muita gente que fizeram... e o irmão, o *Miguel*, há que dava a escola à noite...”, numa primeira fase. Na fase seguinte, assegurou que passou a orientar e a

preparar os adultos para o exame da 4ª Classe durante “... 2 ou 3 anos, antes do 25 de Abril e depois do senhor padre vir para a Ribeira Seca” (vide anexo 1.5). À parte, salientou que, nessa época, também funcionou na escola do Salão (salão paroquial) o ciclo preparatório até o 9º ano de escolaridade, por iniciativa do padre Martins, tendo contado com o apoio como docente do padre José Pereira, pároco da comunidade paroquial de São Sebastião do Caniçal, e de outros voluntários de Machico. A estes, coube a tarefa de ministrar as diversas disciplinas dos currículos escolares de então. Garantiu-nos que alguns dos alunos preparados desta maneira chegaram a licenciarem-se, como foram os casos de Conceição Gomes em medicina, Alice Franco em direito, e outros que acabaram por ingressar no sector público e privado da Região. Este, como os outros relatos sobre o percurso deste legado, deixamos os seus fragmentos mais significativos sublinhados nos respetivos anexos, visto que, para nós, traduzem o prenúncio de mudança, o início das reivindicações a favor de uma escola nova com condições para acolher todas crianças do sítio, que na década de 80 do século passado rondavam as 450, conforme afirmou a nossa informante Juvelina Gomes.

3.7. A Escola Nova da Ribeira Seca

Para por em marcha essa mudança, uma marca do percurso da identidade, foi fundamental a alteração do regime político em Portugal, conseguido com o 25 de Abril. Nos alvares dessa mudança política, informou Lurdes Freitas (vide anexo 1.7), que o povo da Ribeira Seca organizou-se em comissões para lutar pelos seus direitos, como a que foi criada para reivindicar por uma escola nova. Antes do início desta reivindicação, disse que “Alexandre Teixeira era o presidente da Câmara, e como o senhor padre Martins deixou-lhe o seu lugar na Câmara...” achou, que a resolução da falta de salas de aula passava pela paróquia da Ribeira Seca, em ceder mais um espaço da residência da igreja, adaptando-o em sala de aula, a exemplo do que se verificou com o salão paroquial. A nossa entrevistada contou que “... como já tínhamos emprestado duas salas não íamos emprestar a terceira. Aí, nós pressionamos o senhor padre Martins para não ceder ao senhor presidente. Queríamos era uma escola nova (...) se nós vamos ceder mais uma sala nunca vamos ter escola nova”. Deduzimos que foi a partir daqui, que a tal comissão foi formada, tendo como objetivo fazer a ligação com a Câmara Municipal de Machico e o Governo da Madeira com vista à construção de um novo edifício escolar. Relatou que durante os contactos com estas entidades foram “... muito ameaçados e, até for fim, já

estávamos esgotadas da forma que o Governo e a Câmara atuavam. Diziam que sim, que sim, mas nunca nada”.

O sonho da população por uma escola nova pareceu-nos ser maior que o poder dessas instituições, levando o povo a se organizar e a tomar medidas de protesto junto a estes organismos públicos, que tinham responsabilidades sobre a educação na Região. Primeiramente “... os pais e filhos fizeram greve e nenhuma criança foi à escola... juntaram-se todas à mesma hora no velho edifício do Amparo, o que impossibilitou as professoras de iniciarem as aulas. Isto mais de uma semana”. Depois “Organizaram-se, alugaram camionetas e foram manifestar-se ruidosamente diante do prédio da Junta Geral, hoje, designado de Governo Regional” (CEFISA-RS, 2014, p. 36). Durante a manifestação, acrescentou Lurdes Freitas, que muitas crianças ali reunidas gritavam palavras de ordem: “queremos uma escola nova”; “queremos uma escola nova” e que não queriam escolas velhas e dispersas comprometendo, assim, o fundamental da pedagogia de sociabilização da criança ‘a inclusão social’, em particular nas horas de lazer e recreio.

O avanço da empreitada pareceu-nos ter sido um processo moroso, com pausas pelo meio, comprometendo o cumprimento do prazo de construção e mexendo naturalmente com o estado de ansiedade particularmente das crianças. Acentuou a nossa informante que, quando assim acontecia “a comissão vinha cá ver o andamento da escola (obra) e, conseqüentemente (...) nova luta começava até que o governo se viu obrigado arrumar quatro salas na parte de baixo (do novo edifício) para se meter as crianças, mesmo com a obra em construção, no piso de cima”. Referiu que a lentidão verificada no processo de construção não ocorreu por falta de mão-de-obra, pois essa existia abundantemente por estes lados, mas sim, porque entende ter sido uma forma para que “eles se vingassem e



Figura 13: Escola Nova (ft. do próprio)

amolassem (demorassem), para que a gente arrefecesse em andar lá em baixo, no Governo (Junta Geral do Funchal)”. A pressão contestatária junto a esta entidade pareceu-nos ter sido séria e determinada, ao ponto de a construção ter sido concluída em 1977, cerca de um ano, após o início dos trabalhos das fundações do novo edifício, o qual para

a época, foi considerada a melhor infraestrutura do parque escolar do concelho de Machico.

Esta vitória contou com toda a comunidade educativa (pais, professores, catequistas e as próprias crianças) e com o fiel “companheiro” de todas as reivindicações do povo da Ribeira Seca: o sino da igreja. Revelou a nossa entrevistada, Lurdes Freitas, que o “... sino dava o sinal quando tínhamos que ir às lutas. O sino começava a tocar para chamar e reunir o povo...”, como veremos mais à frente, como também se afirmava como um marco indelével da história da comunidade destes últimos 60 anos. Lembrou-se de alguns



Figura 14: Catecismo “Deus no meio do povo” (ft. Arquivo particular de Irene Catanho)

episódios com o Catecismo que o padre Martins, por iniciativa própria, elaborou em 1975, para as crianças da sua paróquia. Afirmou que foi pensado “à maneira do povo e esse Catecismo tinha assim «Deus no meio do Povo» e o senhor bispo com aquilo pegou, queria que se retirasse o Catecismo (...) A gente dava-se catequese. Éramos catequistas e o Senhor padre dava a

lição pela Bíblia e ensinava-se a lição às crianças. As parábolas dos Evangelhos eram catequese e dava-se oração, coisa.... mas ele (senhor bispo) pegou com isso”.

A inspiração das poetisas do povo sempre esteve presente neste percurso reivindicativo, nomeadamente nos momentos mais difíceis, versando o essencial dos acontecimentos, em jeito dos cancioneros da literatura popular. Desse legado encontramos uma amostra, que nos fala de quanto dura foi a luta em prol de uma escola nova.

- | | |
|--|--|
| <p>1. Começaram numa escola
Queriam nos amolar
Diziam que dava tempo
Para as velhas consertar</p> <p>2. As crianças reunidas
Diziam com razão
Não se quer escolas velhas
Porque não têm condição</p> <p>3. Foram pais e professoras
E catequistas também
Tudo ajudou as crianças
Porque era um grande bem.</p> | <p>4. As escolas consertadas
Para nos remediar
Mas o povo não deixou
Já bastava de abusar</p> <p>5. Já há tanto ano à espera
De uma escola para aprender
Quem manda foi obrigado
A cumprir o seu dever</p> |
|--|--|

(ft: Poesia Completa(-me) 2022, Júlia Ribeiro)

De facto, analisamos que “Muito dura foi a luta” para levantar do chão a Escola Básica do 1ºCiclo da Ribeira Seca, a sempre Escola do Amparo, que ao fim de cerca de 40 anos de atividade conheceu, infelizmente, o encerramento da sua história, fundeada nos ventos da revolução de 1974 e na afirmação cultural de tempos difíceis, cujas memórias “... são tristes mas belas, as que as revoluções trazem ficam marcadas com o cunho solene da história...” (Garret, 1999, p.141).

3.8. Cancioneiro de romagem na rota da afirmação cultural

Na década de 60 do último século, parte das encostas do vale da Ribeira Seca continuava a ser arroteada para aproveitamento das terras acima das levadas, com a finalidade de garantir mormente às famílias mais numerosas a prática de uma agricultura de sequeiro. Esses terrenos constituíam também benfeitorias, complementando aquelas servidas por sistemas de rega, como os da água de «giro», disponível em períodos pré-estabelecidos entre o proprietário da água e os regantes. A maioria dessas famílias sobreviveu à custa do cultivo intensivo das terras, uma forma de diluir a falta de rendimentos suficientes provenientes das jornas contínuas nas terras de Senhorios. Aos fracos rendimentos juntava-se o isolamento social e cultural a que estavam votadas pelo abandono dos poderes governamentais instituídos no Arquipélago.

Neste ambiente era expectável que se ansiasse por melhores condições de vida provenientes em primeiro lugar, de mudanças ao nível socio-económico, as quais só foram possíveis com o regresso das famílias emigração legal ou clandestina. Em segundo, por aquelas que se socorriam de raras oportunidades de trabalho na ilha, como as geradas pelo tímido sector da construção civil, nos anos 60 e 70 do século passado. Tudo isto nos pareceu terem sido alternativas importantes contra o isolamento do sítio, mas muito aquém das soluções desejadas, como a construção de uma escola nova, de estradas, redes públicas de água potável e de luz elétrica.

A nossa entrevistada, Júlia Ribeiro, de 81 anos, moradora no sítio do Lombo do Xequê, onde nos recebeu por mais de que uma vez, em novembro e dezembro de 2021, falou-nos dessas situações e do isolamento social, económico e cultural da população



Figura 15: Cadernos Escolares. Arquivo pessoal de Júlia Ribeiro. (ft. do próprio, 07/11/2021).

local ao longo de muitos anos. Socorrendo-se dos seus cadernos de uma linha, onde tinha apontado em forma de versos as vivências e as necessidades básicas desses tempos, assegurou-nos do mesmo modo como narrou Josefina Melim, que esse tipo de literatura popular traduzido em canções de romagem passou a partir de certa altura de estar alinhada com o devocionismo aos Santos católicos festejados pela comunidade, para passar a ser usada como voz de protesto, denunciando as condições de vida em que a população se encontrava sujeita, principalmente pelos desmandos dos Senhorios. Essa mudança de conteúdo de compor as canções ocorreu em 1969, com a chegada à paróquia do padre Martins. Desde essa altura para cá, conforme nos transmitiu Josefina Melim (vide anexo 1.1) que o devocionismo tradicional dessas canções conheceu nova orientação, sendo direcionado para reclamar à Nossa Senhora do Amparo o porquê de os seus crentes não terem água, luz e estradas. Arrematou, dizendo que “Aí, o povo despertou! Aí, foi um elemento fundamental para a cultura da Ribeira Seca” e, na nossa opinião, também para o arranque da sua identidade reivindicativa. Desta conjuntura, registamos ter nascido um Cancioneiro de intervenção, cujas canções continuam a ser cantadas e coreografadas na altura das romagens da paróquia realizadas durante as festas anuais do Santíssimo Sacramento e da Nossa Senhora do Amparo¹⁵. Trata-se de cantares bem ao gosto das origens da identidade local, apresentados já como figura de cartaz dos programas de animação dessas festividades, cujo valor histórico e cultural tem levado a um trabalho contínuo de recolha e inventariação, divulgado através de CDs (vide anexo 2), já editados. Desse trabalho reproduzimos de seguida uma das mais emblemáticas e conhecidas canções, que retrata a crença de um povo na sua identidade, com origem no desassossego

¹⁵ Romagem da Festa da Senhora 2017, in *Watch/Facebook*. Disponível em <<https://www.facebook.com/ribeirasecamachico/videos/850053375144339>>, [consultado em 25 de junho de 2022].

das circunstâncias do tempo da ditadura, contrárias à marcha da esperança por um mundo novo.

“Ribeira Seca, Ribeira Seca
Terra de luta de alegria e da canção
Ribeira Seca, Ribeira Seca
Traz para todos o calor do coração.
Ribeira Seca, Ribeira Seca
Tuas cantigas que falam do mundo novo
Dizem à gente, com voz bem quente
Que a tua luta é a luta de todo o povo”

A par da sua poesia vertida nalgumas canções do Cancioneiro, relatou-nos Júlia Ribeiro as ocasiões em que a PIDE compareceu nas festas da Ribeira Seca, em finais da década de 60 do século passado, proibindo as danças e os cantares dos grupos de jovens e adultos que comparam as romagens. Ressalvou, que foram momentos das festas complicados com a presença desses agentes, mas como “... já se tinha ensaiado, perdido noites e muita canseira. Por mim cantava, mesmo que se fosse preso (...). O padre Martins disse... não se canta porque está ali a PIDE, vão levar, vão aprender a gente. Eu era a mais habilidosa e disse não. Trabalhamos vamos cantar”. Dentro deste contexto, reforçou o que, aliás, já salientamos que, os grupos de romagem aproveitavam as suas atuações para denunciar as más condições em que o povo vivia e as suas aspirações, utilizando para esse fim canções com alguns dos seus versos e de outras poetisas do povo desta comunidade paroquial.

Através deste trabalho de campo, asseguramo-nos que muitos dos versos desta nossa informante compõem parte das canções do Cancioneiro de Romagem da Ribeira Seca, com o qual se identifica com muito regozijo, especialmente, pelo texto que compões com Egídia Catanho, denominado de «Casas brancas», um tema que personifica a libertação dos Caseiros do domínio dos Senhorios e a extinção do regime da colónia. O arranjo musical é da autoria do padre Martins Júnior. Ocupa a faixa 2, do CD 2004, “*Machico - Terra de Abril*”, (vide anexo 2):

	Refrão
1. “No tempo da ditadura (bis)	Casas brancas e vermelhas
Não se podia mexer (bis)	Verdes e de toda a cor
Por causa do Senhorio (bis)	São a alegria do campo (bis)
Que mandava logo prender (bis).	Do povo trabalhador. (bis)

	Refrão
2. Mas agora o nosso povo (bis)	Casas brancas e vermelhas
Destruiu a colonia (bis)	Verdes e de toda a cor
Arranjou as suas casas (bis)	São a alegria do campo (bis)
Era isso que se queria. (bis)	Do povo trabalhador. (bis)

	Refrão
3. Nossos pais, nossos avós (bis)	Casas brancas e vermelhas
Esse tempo dos escravos (bis)	Verdes e de toda a cor
Não queremos mais para nós (bis)	São a alegria do campo (bis)
Casas tristes que habitavam (bis)	Do povo trabalhador. (bis)

Realçamos ainda que grande parte da sua poesia é de natureza interventiva, encontrando-se também distribuída pelas 78 páginas do seu livro “POESIA COMPLETA(-ME)”, editado em 2022, pela EB1 PE e Creche Eng. Luís Santos Costa – Ensino Recorrente – Anexo 1 – Ribeira Seca. Um testemunho de vida reproduzido na base da literatura popular, tornando-se ao nosso ver num contributo muito válido para a afirmação da identidade histórica e cultural da população desta terra.

3.9. A suspensão “a Divinis”, um acelerador na mudança socio-cultural

É desde finais da década de sessenta do século passado, que a população da Ribeira Seca tem vindo a procurar soluções, através de ações reivindicativas, com vista a combater a situação de exclusão social e de precariedade económica advinda dos efeitos seculares do regime de colonia e do abandono pelas autoridades governamentais. Nesta conformidade e fruto da nossa investigação decorrente da maioria das entrevistas, podemos sinalizar, que o desenvolvimento de vários protestos por parte da população local, entendemos que os mesmos tenham produzido princípios de uma cultura de resistência e de unidade. Neste contexto, julgamos que a chama de revolta nunca chegou

a ser extinguida. A perseguição dos Senhorios e Feitores, proprietários de terras agricultadas, sobre os que trabalhavam as suas terras foi sempre uma constante. A isto, juntava-se a falta de liberdade de expressão, o analfabetismo entranhado no seio da população e a ausência de associações socio-culturais nesta localidade. Apesar de tudo isso, a população ansiava por alterações, tendo em conta a firmeza do seu ADN reivindicativo.

Com efeito, na década de 60 do século passado, já na sua inclinação para a década seguinte, esse tempo de constrangimentos sociais e culturais conhece um tempo novo com a nomeação de um filho da terra, padre Martins Júnior, para administrar e liderar a paróquia da Ribeira Seca. Dos tempos de seminarista, segundo o sacerdote, já era conhecedor da conjuntura social, económica e cultural da população, descrevendo na sua entrevista (vide anexo 1.9), que “Era a classe dos Senhorios, donos das terras que reduziam os moradores, caseiros, à mísera condição de servos da gleba, em tudo semelhante a uma outra forma de novo escravagismo, consentido e apoiado no regime jurídico vigente...”.

Depreendemos da grande parte das nossas fontes orais, que desde a sua chegada encetou uma espécie de Pastoral Social, envolvendo as gentes da sua nova comunidade paroquial em ações culturais e cívicas, com vista à melhoria de condições de vida, à promoção da dignidade humana e à desconstrução de uma prática religiosa que passava ao lado de “um ambiente sócio-económico-cultural deprimente, a vários níveis: sem água potável, sem iluminação pública, sem uma ligação rodoviária, sem escola”, como referiu na sua entrevista. Encontramos nas entrevistas referências a esse meio desestruturado, por onde a sua Pastoral se fez, alertando consciências para os protestos contra a exclusão socio-educativa e cultural da comunidade, promovendo junto dos mais jovens, aprendizagens pelo ensino básico e secundário, pelo teatro de revista à portuguesa e pela educação musical, fundamental na origem da Tuna de Câmara de Machico. Esses projetos aliados a outras diversas iniciativas vieram contribuir para o desabrochar do paradigma da mudança há muito ansiado pela população local.

Entretanto, conforme o material que nos serviu de pesquisa, nomeadamente as histórias de vida dos nossos informantes, só foi possível reagir a esses anseios e em liberdade com o 25 de Abril de 1974. Anteriormente, o povo já reclamava por meio das suas canções por melhores condições de vida, nomeadamente, por uma estrada, facto que pensamos ter sido de grande importância para o arranque do desenvolvimento geral deste sítio da freguesia de Machico. Neste propósito, arrematou o nosso interlocutor, pároco da

comunidade, que a falta de acessibilidades era notória na localidade, impossibilitando o acesso a um meio de transporte de socorro, um dado que, por si, revela o quanto era vital nesse tempo a população reivindicar pelos seus direitos, em especial pela construção de um caminho.

Extraímos também da sua entrevista a não existência de escolas condignas para uma aprendizagem sadia e inclusiva, destinadas a todas as crianças da sua comunidade paroquial. Reivindicar junto das autoridades era a solução mais eficaz para levantar do chão o lugarejo da Ribeira Seca, com gente com uma proeminente intuição poética, através da qual foi capaz de sair de um *habitué* cancionero devocionário de romagem das festas de verão para um outro estilo “transfigurando em verso as suas vivências, desde as mais eufóricas e hilariantes até às mais dramáticas”.

Constatamos através da sua narrativa (vide anexo 1.9), que o caminho percorrido para a realização de uma pastoral de proximidade: indicando direções e fazendo igreja no seio dos problemas da sua comunidade, o conduziu ao isolamento por parte das autoridades governativas e eclesiásticas regionais. No entanto, pela análise que efetuamos nalgumas entrevistas recolhidas, notamos que apesar desse isolamento ter sido dirigido à sua ação pastoral, acabou por envolver a grande maioria da população fortemente interventiva no seu processo de mudança social e cultural, acarinhado por personalidades, essencialmente, de fora da ilha como resposta ao ostracismo político e religioso a que foi votada a população local.

Realçamos nesta pesquisa a passagem, neste último meio século, dessas figuras públicas pela Ribeira Seca em ações artísticas-culturais e religiosas, inclusive de teólogos de renome nacional, como o padre professor doutor Anselmo Borges, bispos, sacerdotes de dioceses fora do Funchal; artistas dos palcos maiores da música de intervenção, como Sérgio Godinho e José Mário Branco, transmitindo ao povo, segundo a narrativa do padre Martins Júnior, “mensagens de ânimo e fraternidade, deixando aqui a marca inesquecível da sua presença”.

No âmbito da entrevista, tentamos passar ao lado da parte política da história de vida do entrevistado, por entendermos ser um tema desenquadrado da nossa dissertação. No entanto, pelos testemunhos que fomos recolhendo, verificamos a sua importância na conjugação de fatores que contribuíram para a construção da identidade das gentes de Machico, especialmente, da Ribeira Seca, que o acompanhou em todo esse percurso político. Omitir deste trabalho o seu itinerário político seria deixar uma página em branco sobre os tempos primeiros da difícil tarefa, realizada em redor dos alicerces da identidade

do povo desta localidade. A alvorada da sua ação política marcou, ao nosso ver, o arranque definitivo da esperada mudança em diversas vertentes em Machico. Para o efeito, participou nas consultas populares levadas a cabo pelas freguesias do município machiquense no período imediato ao 25 de Abril, destinadas em nomear uma comissão para gerir as funções administrativas da Câmara Municipal. Na segunda auscultação, efetuada em 1975, o padre Martins, foi o elemento mais votado de uma lista para presidir à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico (CACMM), tendo sido empossado em 8 de abril “... no Palácio de São Lourenço, no Funchal, na presença de elementos da Junta de Planeamento da Madeira, presidida pelo governador do distrito, Carlos Azeredo” (Martins, 2017, p. 89). Esta sua primeira presidência teve pouca duração, mas o suficiente para dar início, entre outras medidas, à abertura do caminho tão aguardado do Larano, à distribuição da rede elétrica e de água potável à população mais afastada do centro de Machico. No sítio da sua comunidade paroquial constatamos a realização dessas necessidades nos tempos em que exerceu a presidência da CMM, inserido em listas partidárias, levadas a sufrágio em 1975, 1989 e 1993.

Entendemos que as funções que exerceu em simultâneo de Sacerdote, Presidente de Câmara e de Deputado à ALM marcou os momentos de maior tensão política e religiosa da sua vida, tendo sido afastado oficialmente de exercer o sacerdócio na sua paróquia da Ribeira Seca e proibido de administrar sacramentos pelo então bispo do Funchal, Francisco Santana, que o suspendeu ‘a Divinis’. Desde esse tempo, que as relações com a Diocese foram muito difíceis de se restabelecer, descrevendo a nossa informante, Lurdes Freitas, que, em 1977, “tivemos que arrumar camionetas e levamos cerca de 600 pessoas e, à frente da Diocese, no Paço Episcopal, gritamos palavras de ordem para que o senhor bispo nos aceitasse”. Acrescentou que, nem mesmo assim, queria receber essas centenas de paroquianos lideradas por uma comissão da paróquia que, ao fim de várias horas de protesto, acabou por recebe-la “e nós explicamos a razão que nos trazia aqui: queremos o padre Martins e que mal é que ele lhe fez para agora, o senhor bispo, o retirar da gente...”.

Todavia, verificamos que a decisão episcopal de afastamento se manteve por mais de quatro décadas, com a chancela dos bispos que sucederam a Dom Francisco Santana que, no entanto, não foi suficiente para demolir a vontade popular em manter o padre Martins à frente dos destinos da comunidade católica da Ribeira Seca, vontade, que nos evidencia que o sacerdote sempre a respeitou, continuando a celebrar à revelia dos prelados da Diocese do Funchal os sacramentos normais da vida religiosa de uma

paróquia. Neste propósito, garantiu a nossa entrevistada, que “Nem ele (o bispo), nem o Alberto João vão alterar uma decisão tomada pelo povo da Ribeira Seca, porque o povo não esqueceu que nem o Estado, nem a Igreja, ajudaram em nada a construção da nossa igreja” (...) nem omitir o acontecimento ocorrido em fevereiro de 1985, em que “A igreja foi trancada com barrotes frente ao presidente (CMM), o presidente Jorge Gomes e o Pe. Martinho, que vieram cá e deram um assalto à igreja, levando com eles os livros de Baptismo e de Casamento”.



Figura 16: Momento da remissão da pena de suspensão a Divinis. (ft: info.diocesedofunchal@gmail.com).

Entre momentos altos e baixos da vida quotidiana da pastoral de Martins Júnior, perspetivamos que o sacerdote aguardava por uma conjuntura favorável, em que fosse possível, pôr fim ao afastamento do povo católico da Ribeira Seca da Diocese, o que viria acontecer a 16 de junho de 2019, o dia em que foi revogada por decreto de remissão a pena de suspensão ‘a Divinis’, assinado por Dom Nuno

Brás, atual prelado da Diocese do Funchal.

A anulação da suspensão, ao fim de 45 anos, foi um dos momentos altos no percurso de vida do padre Martins Júnior e da sua comunidade, que se manteve determinada e teologicamente muito coesa à pastoral revolucionária do seu líder espiritual. Apesar de tudo, e segundo determinadas reportagens da imprensa escrita madeirense por ocasião da reconciliação desta paróquia com a Diocese, ressaltaram que Dom António Carrilho, o bispo antecessor de Dom Nuno Brás, nunca visitou também esta paróquia, especialmente, para a realização de determinados sacramentos como o Crisma e que “...teve a ‘faca e o queijo’ na mão para acabar com essa má vontade, com essa injustiça. Mas não (...) Tudo por questões políticas...” (Hugo, Victor, 15/07/2019, “Ribeira Seca E Diocese Em Paz”, *Diário de Notícias*, 47063, Funchal, p.3).

Anotamos que a reconciliação, de facto, se consumou, a qual veio reforçar a autoestima da população e a sua identidade dentro e fora da ilha. Contudo, atendendo ao nosso trabalho de campo junto da população, pressentimos que a reconciliação é um caminho que se faz devagar e requer tempo e uma grande dose de inteligência por parte do substituto do padre Martins Júnior, Cónego Manuel Ramos. Martins Júnior deixou as

funções de pároco a 12 de fevereiro de 2023, depois de 54 anos a reconstruir a igreja que



Reconciliação chegou 50 anos depois à paróquia através de um bispo "amigo".

Gratidão e reconhecimento
Outro anónimo cidadão, como tantos que ali estavam, de seu nome, Agostinho Pereira. Chegou aos arredores da igreja ainda faltavam duas horas para o início da homília: "Vim por uma questão de gratidão e de reconhecimento. Quando era pequeno o padre Martins ajudou-me muito. Esperava por mim para dar de comer. Não tenho vergonha de o dizer. Todas as manhãs dava-me leite e pão", recorda sentindo-se na voz um tremor. Ontem, logo que viu o padre apressou o passo para lhe dar um abraço. Deus-o apertado.

Selo da paz
A parte da emoção e da comoção, o

DOU GRAÇAS A DEUS NÃO TER CAÍDO NAS BOAS GRAÇAS DOS GRANDES DO MUNDO E DA IGREJA

locada na frente da igreja com a inscrição de bem-vindo.
Da parte do bispo foram expressos desejos que surpreenderam pela facilidade de atender: que a cerimónia fosse simples. Sem tapete de flores. Desejou também paramentar-se com a casula que Martins Júnior usava nas suas homílias.

Fiel e Estevão Fernandes da Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma, mas de marcar presença.

As palavras do bispo
"Como vosso bispo, los", foram com esta D. Nuno se dirigiu à peratura abafiada nã os que enclimam a lig da frente, o presiden Ricardo Franco, e se tada a presença de P de Carlos Costa, di que escutaram do que sempre que p Rápida rezava que

acredita, voltada para a resolução de seculares problemas sociais e culturais das comunidades que parouquiou, deixando sempre um legado identitário de persistência e de ação. Da entrevista dada à comunicação social, há uns anos antes de deixar a sua última paróquia, ressaltamos desse depoimento que a sua igreja de rua se fez em tempos de crises, deixando publicamente bem vincado,

Figura 17: Paz selada após quase meio século. (ft. Diário de Notícias – Madeira, 15 de julho de 2019).

que “DOU GRAÇAS A DEUS NÃO TER CAÍDO NAS BOAS GRAÇAS DOS GRANDES DO MUNDO E DA IGREJA”. (Hugo, Victor, 15/07/2019, “Ribeira Seca E Diocese Em Paz”, *Diário de Notícias*, 47063, Funchal, p.3).

Martins Júnior permanecerá, seguramente, numa figura culturalmente marcante dentro e fora da Ribeira Seca.

Capítulo IV: Abordagem histórico-religiosa no contexto das entrevistas

4.1. Da capela do Amparo à igreja do Salão (igreja da Ribeira Seca)

Com a doação em 1440 do pitoresco e ameno vale de Machico e toda a costa norte da Ilha a Tristão Vaz, cedo se iniciaram os trabalhos dedicados à desmatção, cultivo e ao sucessivo povoamento, em particular, no espaço sede da Capitania. Posteriormente o povoamento foi-se expandindo pelo vale acima, abundante em águas indispensáveis à fertilização e ao plantio das terras, à moagem de cereais e à serração de madeiras. Estas atividades socio-económicas eram comuns pelas terras circunscritas à vasta capitania, doadas pelos sucessivos donatários às famílias nobres da Capitania, as quais se instalaram nos melhores terrenos de fajãs, lombos e achadas de toda a costa do norte da ilha. Com isto, multiplicaram-se os povoados, as quintas e capelas fruto do comércio proveniente das pequenas e rudimentares indústrias, construídas em terras de Morgadios, Condes, e Gente de Bem ligada ao círculo do poder do Reino e do serviço da governança municipal.

A maioria das capelas serviram de espaços religiosos que, aliás, sempre estiveram presentes desde os primeiros tempos do povoamento da Capitania. Segundo alguns historiadores, os serviços religiosos tiveram início logo após o desembarque da tripulação que acompanhava Tristão Vaz Teixeira e Gonçalves Zarco a Machico. Para o efeito, junto à foz da grande ribeira, se iniciou as primeiras habitações em torno do local onde, “foi erguido o primeiro templo construído na Ilha – a Capela da Ordem de Cristo, de cuja Ordem, Tristão era Cavaleiro” (Teixeira, 2004, p. 24). Posteriormente, e após novas reconstruções por motivos de destruição por aluviões vem a chamar-se de capela do Senhor dos Milagres.

Por volta de 1450, chegava a Machico Frei João Garcia, enviado pelo prior de Tomar D. Frei Pedro Vaz, como resposta à carta enviada pelo Infante Dom Fernando onde era exposto a confirmação de Frei João Garcia como o seu “capelão e vigário da igreja de Santa Maria do lugar de Machico” (Machico, Câmara Municipal 2021, pág. 85). Nesta conformidade, assinalamos que a igreja paroquial de Santa Maria ou da Nossa Senhora da Conceição tenha sido o centro de uma forte presença do Reino de Portugal por estas terras do primeiro desembarcadouro da aventura marítima do Império Português. Aos apoios do Reino, juntaram-se outros de vários benfeitores locais, que contribuíram para a construção desse templo, como Branca Teixeira, filha do 1º Donatário de Machico e outros beneméritos que financiaram a importação de mercadorias vindas do estrangeiro como a “...madeira de cedro vinda da Flandres”. (Ribeiro, 2001, pág. 191).

Porém, é no decorrer do século XVII, período áureo de produção e exportação de vinho madeira mormente para a Europa e para os países do chamado Mundo Novo (Américas), que Machico assiste também ao maior incremento de construções de capelas em parcelas de terrenos muito férteis, sobretudo, de plantações de vinhas e canaviais. Deste facto, depreendemos que grande parte destas ermidas/capelas tenha sido erigidas por meio de proventos resultantes do comércio do vinho e de outros produtos como madeiras, mercancia que nos parece ter sido muito concorrida entre os nobres das grandes quintas da ilha. É nesta base histórica que somos levados a afirmar, que no melhor serrado de plantações agrícolas da Ribeira Seca se construiu a capela da Senhora do Amparo em 1692, anexa à Quinta com o mesmo nome. Esse casarão setecentista destacava-se na profunda paisagem rural enxameada de casebres de colmo, donde era oriunda a força braçal empregue nos trabalhos das terras soalheiras e produtivas da Quinta dos seus primeiros proprietários - Francisco Dias Franco e D. Isabel Moniz Vasconcelos, a quem se deve a origem da prática religiosa nesta localidade.

Quanto aos primórdios dos atos de culto nesta capela, só foram possíveis com exigências do bispo da Diocese do Funchal, principalmente para obtenção da permissão para a celebração de missa. A respetiva petição dirigida pelo casal a esta autoridade já mencionava alguns encargos pios obrigatórios, como o “... dote com os rendimentos da dita fazenda para em cada ano se tirarem 1000 reis para reparo da dita capela, conforme uma escritura feita no tabelião António Figueira d’Utra” (Ribeiro, 2001, pág. 209). Dessa quantia assim fixada depreendemos que, durante largos anos, as terras pertencentes à Quinta tenham sido um polo importante de produção agrícola, o que tornou os seus proprietários a serem conhecidos à época como um dos produtores e comerciantes mais abastados de Machico. Daí que, parte da sua abastança económica e influência política levou-os a construir o centenário Forte de Nossa Senhora do Amparo, no coração da nobre vila de Machico, tendo sido o último reduto militar “... a se render por ocasião do desembarque das tropas miguelistas, em 1828”, na Guerra Civil Portuguesa terminada em 1834.¹⁶

O facto de não ter existido um serviço religioso continuo na capela do Amparo ao longo de quase toda a sua história e a longa distância, assim como, as muitas veredas a percorrer até a igreja matriz, no centro da vila, a população nunca esmoreceu no

¹⁶ Forte de Nossa Senhora do Amparo (Machico), in Elucidário Madeirense, volume segundo, F- N. Disponível em < <https://loja.madeira.gov.pt/product/elucidario-madeirense-3-volumes/> >, [consultado em 16 de fevereiro de 2023].

cumprimento dos seus deveres religiosos, profundamente enraizados no catolicismo. Esta análise apoia-se na leitura e na audição do cancionero de romagem da paróquia da Ribeira Seca que, apesar de não ser considerado uma fonte bibliográfica do senso comum académico, revelou-se-nos muito útil para a nossa pesquisa sobre esta e outras questões. No fundo, constituiu para o nosso trabalho um testemunho credível do património imaterial local, composto por uma coletânea de canções em CDs e em livro inspirada por populares que permite reconstituir a memória e contar o penoso percurso religioso, que as gentes desta banda de cima de Machico atravessaram.

“Os que moravam na serra	A paróquia de Machico	O Povo ficou contente
À vila iam a pé	Em quatro foi dividida	Com este caso tão raro
Em jejum e até descalços	Caramanchão, Ribeira Seca	Nasceu a nova paróquia
Cumpriam a sua fé	E Maroços de seguida	Na capela do Amparo”

(CEFISA-RS, 2014, pág. 17,18)

Da narrativa destes versos ajudou-nos a imergir nos sinuosos percursos socio-económico e religioso de várias gerações de Ribassequenses, assim como, apontar as circunstâncias que elevaram a localidade a paróquia. Esta nova centralidade paroquial em Machico surge da última grande divisão das paróquias da Diocese do Funchal, em particular a de Machico, que se desmembrou em outras quatro por decisão do bispo Dom Frei David de Sousa, que “sentindo a necessidade de levar a Igreja ao meio dos núcleos populacionais, a fim de lhes tornar fácil o cumprimento dos deveres cristão e de lhes



Figura 18: Capela da Nossa Senhora do Amparo. (ft. ARM-COLFOT-AMC_04763_m09504)

poupar grandes e constantes sacrifícios em caminhadas...”(Sousa, João, 4/12/1960, ”Decreto sobre a atualização das Paróquias”, *Jornal da Madeira*, 8720, Funchal, pág. 1).

Esta decisão eclesiástica veio por fim às longas caminhadas dos fiéis pelo vale abaixo e vale acima de Machico, aliviando as tormentas da população com cumprimento da sua fé na capela da

Quinta de Nossa Senhora do Amparo, já na posse do proprietário, João Baptista de Nóbrega. Aqui funcionou o exercício dos atos de culto e serviu de “...sede provisória

(...) em 1 de janeiro de 1961, com uma população: homens 1.482, mulheres 1548.” (Pereira, 1989, pág. 435).

Saindo do seguimento contextual e porque se trata do único edifício construído nesta localidade com características arquitetónicas diferentes da atualidade, entendemos ser pertinente e para memória futura descrever a traça arquitetónica original da capela, visto que, a parte residencial foi alterada nestes últimos tempos pelo atual proprietário, Manuel Teixeira, ex-emigrante e natural desta terra. No tocante à capela, esta mantém a pequena torre sineira situada no seu lado sul, a meia altura da fachada principal e alinhada com a frente do imóvel. Logo atrás, no seguimento de um pequeno pátio, continua a sacristia coberta a telha sobre uma estrutura com empena a duas águas, assim como a capela, que é constituída por uma só nave, com a fachada principal terminada em empena de cornija e cruz em cantaria de pedra basáltica. A mesma fachada conserva um portal maneirista em arco pleno em cantaria cinzenta, erguido por um lintel, sobre o qual assenta uma janela com peitoril moldurado da mesma cantaria.

Voltando ao alinhamento da contextualização do presente capítulo referimos que a capela da Nossa Senhora do Amparo localiza-se no centro da Ribeira Seca, perto da linha de fronteira entre os sítios do Lombo do Xeque e da Noia. A mesma localização geográfica não foi tida em conta aquando da construção da nova igreja em 1962, a qual veio a erguer-se mais a sul e na outra margem da ribeira que, outrora, foi um dos afluentes mais significativos da ribeira de Machico, respeitada pelas aluviões nomeadamente de 1803 e 1956. Apesar do respeito que nutre pelas forças da natureza, a população foi crescendo e se expandindo pelas margens da ribeira e pelas encostas solarengas do vale,



Figura 19: Igreja do Salão. (ft. ABM/ACF/A/004-003/000007, entre 1970 – 1980)

ultrapassando as 3000 pessoas em 1961.

A liderar a comunidade para a nova realidade paroquial e para a construção da primeira igreja esteve o seu primeiro pároco, padre Manuel de Freitas Luís Júnior, natural de Santana, tendo deixado a paróquia nos últimos anos da década de 60, já com a” ... igreja nova, toda ela feita pelo povo” (Catanho, 2022, pág. s/n). De assinalar, que no

âmbito dos diversos apoios por parte da população foi ainda adquirido um gerador para

fornecer eletricidade ao recinto interior da igreja e, mais tarde, às salas de aula improvisadas na casa paroquial.

Em termos de terminologia relacionada com a designação da nova paróquia, registamos que a mesma foi designada na altura da sua criação de Nossa Senhora do Amparo. No entanto, anotamos que os mais idosos da localidade ainda lhe chamam de «igreja do Salão», por motivos que gerou em nós alguma perplexidade na consistência da designação do nome da igreja. Neste sentido, pensamos que o termo Salão prende-se com o topónimo de lugar onde foi construída, facto relacionado com o terreno predominantemente argiloso, uma espécie de salão que determinou seguramente o topónimo daquele lugar «Salão». Entretanto, a falta dessa consistência fez-nos seguir outra pista relacionada com a criação e desenvolvimento das novas paróquias na ilha, em 1960. Nesse seguimento encontramos referências sobre à construção da igreja em questão, mencionando que o levantamento do edifício decorreu num intervalo de um ano, em 1963, ano da sua inauguração com” ...um salão para sede própria e em 1964 a residência ou presbitério”. (Pereira, 1989, pág. 435). O certo é que, nos anos seguintes, os diversos actos de culto foram realizados nesse espaço, o qual ao longo da sua história foi conhecendo novos melhoramentos, cujo último decorreu em 1999, com atual versão arquitetónica. Porém, ficou a incerteza sobre a existência ou não de um outro projeto para a edificação de uma igreja de raiz, matéria que não escarpelizamos nas entrevistas que levamos a cabo no nosso trabalho de campo. Mas, tudo indica, que a construção desse salão foi uma medida provisória para o funcionamento do serviço da sede, acabando por questões que não chegamos a apurar num espaço religioso, denominado de igreja do Salão.

Todavia, registamos mais esta passagem da história de vida comunitária permeada de entusiasmo e de determinação expressa também no cancionário de romagem.

“Queria-se uma igreja nossa	Era um dia por semana
Pobre, sim, mas verdadeira	Cada sítio em seu lugar
Carregámos tudo aos ombros	E cansaço não havia
Da ribeira e da pedreira.	Para a igreja levantar”.

(CEFISA-RS, 2014, pág. 15).

Das páginas da história desta comunidade assinalamos a breve passagem em 1967 do segundo sacerdote da paróquia, o padre diocesano José Vieira Pereira “...pároco das paróquias da Ribeira Seca e Caniçal” (Ribeiro, Carla, 26/08/2022, “Faleceu o padre José Pereira”, *Jornal da Madeira*, 2545, Funchal, pág. 7), tendo deixado a paróquia em 1969, altura da nomeação do padre José Martins Júnior, o mentor das sucessivas remodelações



Figura 20: Igreja da Ribeira Seca (ft. Jornalmadeira.com/2019/09/04)

da igreja, operadas sobretudo em 1999, na versão da atual. Esta última permanece inalterada até os dias de hoje, mantendo a única nave em forma de cruz, com um batistério no seu lado direito, cujo traçado arquitetónico impõem-se sob a nave por onde emerge a luz artificial para todo o interior da igreja. No seu exterior sobressai a fachada principal com alguns vitrais laterais centrados entre uma porta em arco pleno em argamassa, sobre a qual se abrem para sudeste as principais janelas da casa paroquial. A uma altura superior ao telhado ergue-se uma torre sineira provida por um carrilhão de sinos destinado a marcar o ritual dos atos de culto e de outros fins relevantes do calendário religioso, como o Natal. Momentos onde são bem audíveis vários temas tradicionais do coro de Santo Amaro de Oeiras e o hino da alegria, 9ª Sinfonia de Ludwig Van Beethoven, sonoridades educativas e que a população já não as despensa dos seus quotidianos.

Neste exercício de anotações, registamos ainda a presença no adro da igreja de um palco a céu aberto destinado a reunir, promover e divulgar as atividades culturais da comunidade, com destaque para os seus bailados etnográficos e canções de romagem dos seus seis sítios da paróquia, por ocasião das festividades de verão. Se neste palco as romagens cantam a história de vida da comunidade, a entrada principal do adro descreve cronologicamente em pedra calcária as datas mais marcantes e conturbadas do seu passado de resistência, com realce para os casos da ocupação da igreja por sete dezenas

de polícias em 1985 e a proibição da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima em entrar no seu templo para oração dos fiéis, em 2009. Por conseguinte, nestas anotações, achamos ser relevante apontar estas, entre outros momentos, por onde discorrem o registo da história local, enquanto for lugar de memória a resistir aos pós dos tempos.

4.2. Trajeto religioso na afirmação da cidadania ativa

Na década de 60 do século passado, nalguns países da América Latina, ocorreu uma crescente perceção e denúncia sobre determinados poderes que cresciam e que acumulavam níveis de prosperidade à custa do subdesenvolvimento de muitas franjas das suas populações. Esse fenómeno, sobretudo de natureza social e económico fez correr muita tinta, debates, conferências e outras formas de abordagem à volta da distribuição da riqueza concentrada em classes minoritárias recostadas ao poder económico, político e religioso dominantes. Daí que, entendemos ser pertinente para a nossa dissertação frisar a existência desses factos históricos, que predominavam no seio das vivências dos mais excluídos de determinadas sociedades dominantes latino-americanas. Reconhecemos também que nessas geografias se assistiu a uma tomada de consciência por parte de bispos e padres contra o estado de empobrecimento económico, social e cultural que as suas comunidades atravessavam, como a falta de rendimentos justos de trabalho, de comida sobre as mesas e do direito a uma educação capaz de transformar o subdesenvolvimento em prosperidade social e cultural. Resultado de políticas estatais que constituíram, ao nosso ver, falhanços sociais e culturais, e que deste modo abriram frentes ao acolhimento da edificação e disseminação da chamada Teologia da Libertação, a qual interventivamente foi "...postulando mudanças que vão contra a corrente dominante, mas que se ligam organicamente ao rio subterrâneo e profundo dos anseios de libertação dos pobres" (Boff, 1991, 1ª ed. 1981, p. 26).

Essa corrente teológica¹⁷ também chegou à Europa por altura dessa mesma década e, consecutivamente, à Madeira, por intermedio de um grupo de padres, que imbuídos

¹⁷ A **teologia da libertação** é mais conhecida no contexto latino-americano, especialmente dentro do catolicismo na década de 1960 após o Concílio Vaticano II, onde se tornou a práxis política de teólogos como Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff e jesuítas Juan Luis Segundo e Jon Sobrino, que popularizou a frase "opção preferencial pelos pobres". As teologias da libertação também se desenvolveram em outras partes do mundo, como a teologia negra nos Estados Unidos e na África do Sul, a teologia da libertação palestina, a teologia dalit na Índia e a teologia minjung na Coreia do Sul.

Teologia da Libertação, in *DI – Dicionário Informal*. Disponível em <<https://www.dicionarioinformal.com.br/teologia+da+liberta%E7%E3o/>>, [consultado em 27 de fevereiro de 2023].

dessa consciência teológica, pensamos nós, marcaram o arranque de uma nova primavera social e cultural entre camadas de jovens e adultos da sociedade funchalense da época. As suas iniciativas encontraram espaço num modesto imóvel da Rua do Pombal, Funchal, o seu lugar de trabalho, direcionado essencialmente para o ensino recorrente de adultos, dotando-os de conhecimentos para uma melhor integração profissional, social e cultural. Entretanto, foram vistos por uns como “Homens de cultura, verticais na sua personalidade de ‘antes quebrar que torcer’, numa incondicional entrega à transformação das mentalidades anquilosadas da ilha, modelos de comportamento cívico e eclesial”¹⁸ e, por outros, como padres vermelhos do contra corrente dos poderes instalados na ilha, como o da igreja madeirense.

Destacamos como primeiros percursores da Teologia da Libertação e como seus orientadores pedagógicos na Madeira os padres Lino Cabral, João da Cruz, Sidónio Figueira e João Rufino Silva. Destacamos este último (1929-2016), natural de Câmara de Lobos, pela sua exímia pedagogia como professor de canto gregoriano e de música, pelos seus artigos de investigação nas revistas *Isleña* e *Girão*, pela sua participação no lançamento do livro *a Madeira e a Música* o que, por si, achamos ter sido muito pertinente toda a sua atividade nas componentes formativa e pedagógica dedicada a este projeto académico, que retirou muitos adultos dos baixos níveis de escolaridade e dos trabalhos mais penosos da cidade. Um projeto cuja concretização se tornou no Centro de Cultura Operária, tendo funcionado a custo zero e em período pós-laboral, contribuindo para a importância da consciencialização de direitos e valores acerca da cidadania participativa da classe operária. De um certo modo, registamos que uma pequena franja da igreja madeirense esteve perante uma nova primavera no seu papel social e cultural por “... meados da década de sessenta que os ‘Padres do Pombal’ iniciaram esta, então estranha, forma de exercer o sacerdócio ao serviço de causas”¹⁹

Inteiramo-nos ao longo do nosso trabalho de pesquisa, que nessa altura, outros sacerdotes madeirenses irmanados dessa mesma corrente da Teologia de Libertação se juntaram a essa iniciativa, aprofundando e contribuindo para o papel social e cultural da igreja madeirense, como aconteceu com os padres Mário Figueira na paróquia de São Tiago na zona das Corticeiras, sítio do Marco - Jardim da Serra e Martins Júnior na

¹⁸ OS PADRES DO POMBAL: Memória de uma primavera na Igreja, in blogue *senso&consenso* <<https://sensoconsenso.blogspot.com/2016/07/os-padres-do-pombal-memoria-de-uma.html>>, [consultado em 17 de janeiro de 2022].

¹⁹ *Idem*.

paróquia de Nossa Senhora do Amparo – Ribeira Seca. Com os meios que disponham, dinamizaram nas suas comunidades da Madeira Rural profunda uma Igreja de rua e interventiva, criando sobretudo espaços para a valorização dos seus paroquianos, especialmente para os jovens e adultos que não tiveram oportunidades, por motivos diversos, em concluir a 4ª Classe ou o ensino preparatório.

Nesse sentido, e através das nossas entrevistas procuramos a existência de fragmentos vivos e expressivos sobre essas iniciativas e os reflexos dessa maneira de fazer Igreja dentro ou à margem das orientações da Diocese do Funchal. Essa procura baseou-se essencialmente nos factos relatados pelos intervenientes das nossas entrevistas, que os vivenciaram sobretudo na Ribeira Seca, esse estilo novo de construir Igreja centrada no movimento da Teologia de Libertação. Na sua maioria manifestaram a importância dessa igreja de caminho ao lado das reivindicações da sua comunidade, quer pelo fim da exploração dos rendimentos das terras de colónia, quer pelo direito a melhoria das condições das infraestruturas escolares, de saúde, e por outras condições, como o direito a acessibilidades rodoviária. Manifestaram também a importância da liderança nessas ações reivindicativas, reconhecida em Martins Júnior, sacerdote, com um percurso de vida de largas experiências que, inevitavelmente, contribuíram para a elevação de uma reconstituída identidade da Ribeira Seca, despolida de conceitos bíblicos tradicionais e comprometida com as melhorias das condições de vida da sua comunidade, a partir de um sistema de formação e educação inclusivo. Afirmou a nossa entrevistada Virgínia Franco que “... depois do senhor padre vir para a Ribeira Seca reuniu um grupo de alunos que não chegaram a fazer a 4ª Classe. Então esses alunos vieram para a escola do Salão, do Salão e deram a 4ª Classe com o senhor padre” (vide anexo 1.6).

Outras iniciativas decorrentes desta nova primavera de fazer Igreja, constatamos que dos cancionários de romagens e religioso da comunidade sobressaem essa consciencialização traduzida em forma de músicas e do cantar dos adultos e jovens transmissores genuínos da história das vivências, nomeadamente dos seus antepassados. Nesse sentido, analisamos em particular o CD «*A IGREJA é do povo o povo é de DEUS*» edição e música de Martins Júnior, letras de Josefina Melim, Júlia Ribeiro e de Encarnação Bacanhim, o qual descreve as motivações dessa nova era social e religiosa da população local, principalmente através da faixa - *Balada Magoada*, pertencente ao ciclo das primeiras canções de intervenção de 1969. Uma narrativa em que descreve como em baixo se indica as assimetrias sociais e o seu descontentamento, bem como a falta de liberdade de expressão, cantada pela primeira vez na festa de verão da Nossa Senhora do

Amparo, sob censura política da “... Câmara Municipal de então e da PIDE²⁰, que responderam com apertada vigilância e muita retaliação...” (CEFISA-RS, 2014, p. 38).

“A Senhora do Amparo
Já está muito magoada
De ver os paroquianos
Beber água da levada

A luta dos nossos campos
Não é um caso isolado
É a história de todo o Povo
Que vive espezinhado”.

O teatro foi outro meio de libertação do povo da Ribeira Seca, que através dele



verificamos também ter-se afirmado culturalmente, ganhando por estes lados adeptos, alguns de poucas letras, facto que não impediu de levar à cena «*A terra do Senhorio para quem trabalha*», uma peça em verso da autoria de Júlia Ribeiro. Foi apresentada pela primeira vez neste local, no verão de 1974 e, mais tarde, em outubro desse mesmo ano, em Lisboa, tendo sido notícia no periódico O Jornal «A Voz do Trabalhador», a qual

Figura 21. Peça de teatro em verso – A terra do Senhorio para quem trabalha. (ft. O Jornal” A Voz do Trabalhador” Lisboa, outubro de 1974).

envolveu um enredo de intrigas entre Senhorio e Caseiros. Uma outra peça não menos simbólica, surgida nesse período de mudança cultural, intitulava-se «*O Golo do Regional*», foi alvo de muitos aplausos no Jardim Municipal do Funchal, em 1979. Ensaiada pela atriz de renome nacional, Lia Gama, que teve como autores um grupo de jovens e adultos amadores da terra, a qual a imprensa escrita e falada regional não fez qualquer referência à sua realização, segundo nos confidenciou informalmente o padre Martins Júnior.

Na continuidade desta análise verificamos a existência de uma missão de pedagogia cultural e civilizacional e que o exercício da memória assume um papel relevante nos Estudos Regionais e Locais em particular sobre as vivências e o pulsar das dinâmicas das populações. Sendo assim, pareceu-nos também pertinente para a complementaridade

²⁰ PIDE – Foi criada 1945 como polícia política internacional, sucedendo à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), por sua vez criada em 1933, em substituição de outras organizações anteriores, constituídas depois de 28 de Maio de 1926. In Glossário 25 de Abril. Disponível em < <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/774> >, [consultado em 10 de março de 2022].

deste trabalho investigação, mencionar a existência ou não de iniciativas sobre a causa ambiental tão relevante e atual, e que direta ou indiretamente assumem pela sua atualidade um lugar de destaque na identidade cultural das populações. E isto, conduziu-nos a colocar as seguintes questões: tendo em conta as dinâmicas preconizadas por este estilo de fazer Igreja ao longo destes últimos 60 anos, as alterações climáticas, teriam sido tema de debate pela população? Havendo várias necessidades básicas por conquistar neste pequeno lugar da ‘nossa casa comum’ faria algum sentido dissecar e aprofundar esta temática? Questões que omitimos nas nossas entrevistas, mas que, ao nosso ver, fariam todo o sentido nesta investigação, como forma de constatar a diversidade e a consistência do elevador cultural do povo da Ribeira Seca, que pelas suas lutas na expectativa de um melhor lugar dentro da nossa casa comum se associa “...àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo”. (Francisco, 2020, 1ª ed. 2015, p.13).

É nesta contextualização que percecionamos por meio de palavras simples e descomplexadas de normas convencionais ou de conceitos puramente académicos a manifestação dos pilares desta forma de fazer Igreja entre as franjas mais frágeis do povoado de Machico e seu conseqüente enquadramento na ação teológica praticada pela comunidade da paróquia da Senhora do Amparo, durante estes últimos 60 anos.

4.3. Reportório religioso um ativo da identidade cultural

Em regra geral, tanto as missas como outros atos religiosos são animadas com cânticos, seguindo um ritual devocionário a Jesus Cristo e à sua Mãe, ao orago das paroquiais e a outros Santos mártires, cujas vivências deixaram sementes que perduram direta ou indiretamente na temporalidade das identidades das comunidades católicas. Vivências que, entretanto, reconhecemos terem sido inspiradores na transmissão de valores no âmbito da elevação religiosa, da cultura e do campo social das populações disseminadas pelas diversas geografias do mundo. Neste contexto, constatamos que a comunidade da Ribeira Seca professa da Nossa Senhora do Amparo, se manifesta nos seus cânticos religiosos através de um cancionário muito particular, inspirado nas suas dificuldades de trabalho, nas suas aspirações por uma educação e ensino sadio, na valorização da sua labuta diária, um devocionário reconstruído desde os finais dos anos 60 do século passado, com letras e arranjos musicais da autoria do reverendo padre Martins Júnior. Como observamos, a sua matriz inspiradora é desassossegante e

controversa pelo seu distanciamento e pragmatismo tornando-se, apesar de tudo, uma fonte de cultura na diversidade religiosa e que marcou inegavelmente a identidade do povo desta terra.

Fomos conhecer as suas causas, o seu germen umbilical e o crescente entusiasmo entre a comunidade praticante do catolicismo, arredada até há bem pouco tempo da sua Diocese. Nesse intuito, pesquisamos e analisamos esse reportório, o qual, e segundo a nossa análise crítica, resulta da miséria social, do vazio cultural, das agruras dos trabalhos das terras de Senhorios, da falta de meios de saúde capaz de combater particularmente a mortalidade infantil local, das primeiras décadas do segundo quartel do século XX. Além desses motivos, outros havia, como a ausência de cuidados de saúde e sociais com os mais idosos que, na sua esmagadora acabavam por “... morrer em casa à mingua de acessos, transportes e assistência médica, em resumo, o comum quotidiano da maior parte das zonas rurais mais recônditas da Madeira” (CEFISA-RS, 2014, pp. 5, 6). Realidades que se verificou existirem configuradas também este cancionero, um dos suportes da afirmação da identidade cultural local. Essa coletânea composta por canções e músicas encontramos-la reunida no CD, 2008, *Viva a Vida!* com 12 temas, cada um com uma mensagem bíblica assente nas realidades acima descritas e que após analisadas asseguramos existir uma dialética entre o conforto espiritual e o ânimo contido nas histórias de vida individuais e coletivas da população local. Como observamos, há temas cujos arranjos musicais foram pensados para tempos mais assinalados pela igreja, como o da Quaresma e o da Páscoa. Daí que, as faixas 5, 9 e 11, ou seja, Pão da terra, Glória a Cristo e Viva a Vida, respetivamente, são exemplo disso, como também, consideramos terem nascido das dificuldades da vida em comunidade, nos tempos em que iniciaram a reconstituição da sua identidade cultural, principalmente, a partir do seu distanciamento com a Diocese do Funchal, depois da Revolução do 25 de Abril de 1974.

Como percecionamos da entrevista do padre Martins Júnior (vide anexo 1.9), este reportório musical tem assumido as honras da casa a “Teólogos de renome nacional e internacional (Andrés Torres Queiruga, Anselmo Borges, Bento Domingues) bispos (Martinho da Costa Lopes, bispo de Dili, e Manuel Martins, de Setúbal, já falecidos) sacerdotes de marcante acção sócio-cultural (Armando Rodrigues, de Aveiro, Jardim Moreira, da Rede Europeia Anti-Pobreza) “ que registamos terem passado pela Ribeira Seca, deixando aqui, como outros vultos de intervenção pública da Madeira, a marca inesquecível da sua presença no processo de afirmação da identidade local, reforçada pelas mensagens de todas as canções vertidas no presente cancionero:

1. *É Dia de Amor* / letra e música de Martins Jr.
2. *Domingo Santo* / letra e música de Martins Jr.
3. *Alleluiah (Evangelho)* / letra e música de Martins Jr.
4. *No meio da festa (Ofertório)* / letra e música de Martins Jr.
5. *Pão da terra (Comunhão)* / letra e música de Martins Jr.
6. *NÃO à fome NÃO à guerra* / letra e música de Martins Jr.
7. *Festa do Pão* / letra e música de Martins Jr.
8. *Somos um Povo* / letra e música de Martins Jr.
9. *Glória a Cristo (Domingo de Ramos)* / letra e música de Martins Jr.
10. *Alleluiah (Páscoa)* / letra e música de Martins Jr.
11. *Viva a Vida (Espírito Santo)* / letra e música de Martins Jr.
12. *Bate o sino pequenino (Natal)* / letra e música de Martins Jr.

Orquestração: Duarte Andrade. Gravação e mistura: Saul Ferreira e Paulo Ferraz; SPA Paufer CD106.

4.4. O sino da igreja do Salão no eco dos relatos

Desde os primeiros tempos da fundação da igreja do Salão, o repicar do sino sempre exerceu na população residente um certo sentimento de pertença e de cumplicidade no cumprimento dos atos religiosos. Além dessa cumplicidade foi um meio de alerta à população em situações preventivas relativas a riscos de catástrofes naturais, aos avisos sobre a chegada ou a partida de personalidades queridas ou *personas non gratas*, bem como os de hora de reunião, dispersão ou de intervenção imediata em espaços fora dos centros urbanizados. Com os seus repiques passa todo este tipo de linguagem de mensagens cifradas que estas populações apreenderam a descodificar com os seus diversos quotidianos e perdurou em todo o espaço humanizado, nomeadamente nas nossas aldeias, onde, no alto dos campanários repicavam, humanizando as paisagens circundantes, assinalando as alegrias e as adversidades comunitárias, assim como a passagem das horas no tempo.

Um mundo de memórias e de quotidianos repetitivos, que se vão perdendo, mas que ainda fazem parte das vivências dos povos mais distantes dos centros urbanos, coisa que passa despercebida ao ouvido e ao coração da frenética vida dos residentes das cidades. Neste seguimento, um dos maiores poetas da língua portuguesa, Fernando Pessoa (1888-

1935), descreveu em verso o poder humanizante deste instrumento sonoro na quotidianidade das aldeias, como a da Ribeira Seca:

Sino, coração da aldeia
Coração, sino da gente
Um a sentir quando bate
Outro a bater quando sente.

Uma caracterização poética do tempo do movimento do modernismo literário, mas que nos pareceu calar bem fundo no sentimento dos nossos informantes, observado ao longo das nossas entrevistas. Sentimos que ainda nutrem um respeito profundo pelo seu velhinho sino, principalmente no tocante ao papel relevante que desempenhou no andamento das vivências reivindicativas.

Passadas quase cinco décadas sobre esses momentos históricos, e apesar dessa



Figura 22. O sino da memória. (Ft. do próprio, de 21/02/2022)

estima profunda, intuímos que esse apreço já viveu melhores dias, apesar de ainda se apropriar de uma reserva sobre a memória dos acontecimentos revolucionários, lembrando o passado reivindicativo da gente desta terra. Guarda também a história que fez sair à rua os camponeses destes lados explorados pelos Senhorios e que sempre quando foi necessário” ... juntar

e defender o povo das arremetidas dos poderosos...” (CEFISA-RS, 2014, p. 34). Recordou, Lurdes Freitas, na entrevista que nos concedeu, sublinhando a importância do sino como elemento insubstituível das lutas, dos momentos para ajuntamentos, debates ou mesmo para avanços das ações reivindicativas. Descreveu com fervor o dia em que o tocar do sino se demorou por entre o casario, assinalando o momento da partida em camionetas dos encarregados de educação, alunos e catequistas para a cidade, onde se manifestaram junto da Junta Geral do Funchal (JGF) exigindo a construção de uma escola nova. Lembrou que esta iniciativa ocorreu um ano após a greve realizada em 1976 junto da escola do Amparo, em que pais e alunos exigiram pela primeira vez a construção de uma escola nova. Contestação que levou a que “...nenhuma criança foi à escola... isto, durante mais de uma semana. Mesmo

assim, as autoridades não deram um passo para a construção da nova escola. Pais e filhos não desistiram.” (CEFISA-RS, 2014, p. 36). Avivou ainda que, poucos meses depois, o povo assistiu com grande emoção à chegada das máquinas para as escavações num terreno perto da capela do Amparo, onde acabou por nascer com avanços e recuos a nova escola. Um edifício com dois pisos, cada um com quatro salas de aula e com mobiliário estreado pelos alunos, professores e pelo pessoal operacional (Contínuos) que, pela primeira na história da escola primária da Ribeira Seca, forma ali colocados.

Do livro explicativo sobre o registo dos quatro CDs do cancionero de romagem da comunidade local, extraímos das notas descritivas sobre a faixa 8 do CD «*A igreja é do povo o povo é de Deus*» duas quadras em rima cruzada, que contam as circunstâncias de como a luta se desenvolveu pela construção desta escola:

“Tantos anos esperámos
Uma escola p´ra aprender
Quem manda foi obrigado
A cumprir o seu dever”.

” As crianças reunidas
Diziam, mas com razão
Não se quer escolas velhas
Que não têm condição”

(CEFISA-RS, 2014, pág. 37).

Perto do final da entrevista, narrou-nos, ainda, que em 1985, o sino se manteve em silêncio profundo durante 18 dias e 18 noites na sequência da ocupação da igreja da Ribeira Seca por um contingente de 70 policiais, proibindo os paroquianos de entrar no adro e no templo para cumprirem a sua fé. Consideramos de facto, que foi o capítulo mais empolgante da história contemporânea desta comunidade. Descreveu-nos que o povo disponível, na madrugada do dia 27 de fevereiro, correu em grande número à igreja, acabando uns por ser espancados e outros a serem levados pelas carrinhas da polícia. Em pouco tempo trancaram a igreja “...com barrotes frente ao presidente (Câmara Municipal), o presidente Jorge Gomes e o padre Martinho (pároco da igreja matriz de Machico), que vieram cá, deram um assalto à igreja, levaram os livros de batizados, de casamentos deram um assalto e depois trancaram a igreja a martelo” (vide anexo 1.7). Afirmou-nos, também, que nos primeiros dias ninguém atravessava o adro, nem sequer o Carteiro, que todos os dias úteis do ano passava por ali a pé, e a pé percorria com chuva ou com sol toda a vereda em terra batida que circundava a Ribeira Seca. Testemunhou que, por fim, a força policial já consentia a aproximação e entrada do povo no adro da igreja e que, apesar de tudo, a população não estava contra os polícias a quem, alguns

populares chegaram a oferecer chá quente e outros mantimentos para ajudar a mitigar o cansaço e o desconforto daquela força daquelas noites frias de fevereiro.



Figura 23. Ocupação da Igreja da Ribeira Seca por um contingente 70 agentes da PSP. (ft. Funchal Notícias, 1985).

Depois da retirada do contingente policial a igreja passou a ser vigiada por algum tempo pela população. Disse que durante o dia, as mulheres ocupavam-se dessa missão, aproveitando o tempo para adiantar o bordado, cujo rendimento era fundamental para ajudar a pagar a conta da venda, no final do mês. À noite, era a vez dos homens, que após um dia de trabalho na construção civil ou nas terras de agricultura substituíam as mulheres na tarefa de vigilância. Colocavam-se em pontos estratégicos das veredas de acesso à igreja, controlando eventuais aproximações de pessoas desconhecidas, a difusão pela calada da noite sobre eventuais alertas de um possível regresso da polícia e atentos a investidas bombistas pelo movimento independentista da Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira (FLAMA), muito ativo nessa altura na cidade do Funchal.

Sobre a ocupação registamos o comunicado da Comissão Executiva e Financeira da Igreja da Senhora do Amparo (CEFISA) enviado à redação do Funchal Notícias, pela ocasião da passagem dos 34 anos da ocupação policial da igreja, referindo entre outros aspetos os momentos difíceis que a população atravessou com “... lágrimas, gritos e até prisões. Durante 18 dias e 18 noites. À revelia da lei e dos tribunais. Mas no meio de tanta repressão, a população manteve-se firme até o fim...”²¹.

²¹ Ribeira Seca assinalou 34 anos de intervenção policial na igreja, in *Funchal Notícias*. Disponível em <<https://funchalnoticias.net/2019/02/28/ribeira-seca-assinalou-ontem-34-anos-de-intervencao-policial-na-igreja/>>, [consultado em 9 de novembro de 2021].

Para constatação dos factos deste comunicado, pesquisamos nos matutinos da Madeira de maior distribuição dessa altura (JM e DN), registos sobre esse acontecimento que abalou profundamente a comunidade católica da Ribeira Seca, mas sem qualquer referência. Assegurou ainda Lurdes Freitas que, nessa altura, “Vieram jornalistas do



Figura 24: Panfleto de informação popular. (ft. Arquivo do CCCS-RS)

Continente e vieram do Funchal, mas eles para deitar as notícias (os jornalistas da Madeira) não deitavam as notícias. Só os do Continente há que escreviam e sabia-se que vinha tudo. Deitavam todas as notícias conforme ia seguindo... os da Madeira não, porque tinham receio do Alberto João...”. Para vencer o silêncio da imprensa escrita e falada da Região, populares da Ribeira Seca fizeram circular fora da freguesia de Machico o seu grito de revolta contra

a ocupação da sua igreja, denunciando a situação através de um panfleto “Portugal Informado, Madeira Desinformada...”, e a falta de liberdade de imprensa que há época se registava na Madeira. Esse silêncio foi tantas vezes localmente interrompido pelo dobrar do velhinho sino da igreja do Salão, sempre presente nas horas difíceis e nos momentos de contentamento do percurso da história recente da população. Citando o poeta inglês, John Donne (1572/1631) – “E por isso não perguntai: por quem os sinos dobram, eles dobram por vós”, pelos povos, e acrescentamos nós, dobram para manter a respiração da história e identidade das populações no tempo.

Capítulo V: Centro Cívico Cultural e Social - Ribeira Seca

5.1. Centro Cívico na preservação e divulgação da identidade cultural

A inserção do Centro Cívico neste trabalho de dissertação tem como objetivo dar a perceber a dinâmica das suas valências, principalmente as culturais, no seio da população local, bem como analisar o peso do seu contributo para a preservação e continuidade da identidade cultural da população local. Também, analisamos a forma como as suas atividades desde o tempo da sua fundação ocorrida em 19 de maio de 1999, por escritura pública, se enquadram num espaço rural, que apesar das suas limitações próprias registamos ser um catalisador de várias iniciativas culturais.

Acomodado nas instalações da ex-Escola Básica da Ribeira Seca, inaugurada em 1977, por pressão da comunidade educativa, a sua maior visibilidade tornou-se pública a partir de 2020, altura, em que foi transferido definitivamente de uma pequena divisão da casa paroquial da igreja local para esta escola desativada. Além desse ganho, adquiriu ao nosso ver nova vida com as novas



Figura 25: Edf. do CCCS-RS. (ft. do próprio, 07/05/2022)

instalações, tornando-se como pudemos observar numa referência estruturante na preservação e divulgação da identidade e da história recente do povo desta terra. Notamos que desde a data da sua transferência tem sido um polo dinamizador de “...muitas atividades que estão abertas ao público, como aulas de ginástica e aeróbica. Os ensaios dos bailados típicos da Ribeira Seca são feitos lá e a nossa Tuna de bandolins ensaia, onde a avó apreendeu a escrever!” (Catanho, 2022, pág. 24). Observamos através do funcionamento das suas atividades, que o Centro Cívico é uma centralidade de aprendizagens e de troca de saberes, cuja formalização oficial ocorreu segundo nos descreveu Irene Catanho (vide anexo 1.10), partiu de “... uma constatação expressa num dos habituais encontros entre o Sr. Padre José Martins Júnior e os jovens que participavam nos espetáculos culturais e demais eventos da nossa área da Ribeira Seca”.

Efetivamente, inteiramo-nos ao longo do tempo em que andamos a fazer as nossas entrevistas, algumas das quais realizadas na sala de ensaios da TCM, que o Centro Cívico tem sido a resposta a essa necessidade sentida mormente pelos jovens, mas também um

espaço de socialização e de debate envolvendo muitos interessados de dentro e fora da Ribeira Seca. Neste âmbito depreendemos da narrativa da nossa informante, que o debate e a reflexão em pequenos aglomerados populacionais assumem também uma posição importante nos seus corpos identitários, valorizados por iniciativas como aquelas que por aqui se praticam nomeadamente em determinadas "... datas que o CCCS-RS não pode deixar de lembrar: 4 de abril de 1931, a Revolta da Madeira contra o salazarismo nascente; o 25 de abril de 1974, a Revolução dos Cravos ou a conquista da Democracia; 1º de maio, Dia do Trabalhador..." como outras referentes a vultos da canção e da poesia de intervenção, como o "23 de fevereiro, evocação do cantautor da Liberdade, Zeca Afonso e o 30 de novembro, comemoração do nascimento do maior vulto da literatura madeirense, o sonetista Francisco Álvares de Nóbrega, cognominado de 'Camões Pequeno'..."

Nas atividades do Centro Cívico encontramos também espaço para a educação em redor de questões de cidadania, tendo para o efeito convidado figuras proeminentes da intelectualidade portuguesa, como Hasse Ferreira, engenheiro civil e deputado europeu, ilustres historiadores e investigadores, como Nelson Veríssimo e Manuel Rufino Teixeira, que dissertaram sobre a problemática do Achamento da Madeira, ocorrido em 2 de julho de 1419, como nos informou a narradora desta entrevista.

Outras iniciativas que reforçam esse corpus identitário, prendem-se com um número muito expressivo de jovens na aprendizagem instrumental de vários instrumentos de corda como bandolim, bandola, bandolocelo, guitarra clássica e contrabaixo, sendo também os primeiros a beneficiar da abertura à comunidade da biblioteca e arquivo documental do padre Martins Júnior, contendo centenas de volumes essencialmente referentes a vultos da nossa intelectualidade literária, complementada com a produção literária do CCCS-RS, como 'Olhares Múltiplos sobre um Homem de Causas' (2012), 'Poemas Iguais aos Dias Desiguais' (2018), 'Legado' (2018) e 'A Festa que o Povo É!' (2022), entre outros.

Além de todo esse envolvimento em torno de ações de dinamização cultural e de cidadania, o CCCS-RS, tem vindo a partilhar o edifício com outras organizações artísticas e educativas como é o caso do ensino recorrente da Escola do 1º Ciclo do Engenheiro Santos Costa, ali representada através do seu anexo 1, onde os alunos(as) sob a orientação dos professores Sandra Gouveia e Nuno Nicolau, relembram e desenvolvem tarefas de compreensão oral e escrita com destaque para a importância das histórias de vida no âmbito do ensino recorrente, aliado à aprendizagem musical em cordofones

madeirenses . Sandra Gouveia é de opinião (vide anexo 1.12) que os seus alunos “...foram pessoas que na sua infância e por razões de trabalho (...) não tiveram oportunidade de melhorar aquilo que tanto gostavam de fazer: saber ler melhor, escrever melhor e agora com esta idade têm a liberdade de optar e fazer aquilo que elas nunca tiveram oportunidade”.

Da narrativa de Irene Catanho depreendemos, ainda, que todas as atividades culturais desenvolvidas e mantidas pelo Centro Cívico convergem para a garantia do vigor da identidade cultural deste sítio da banda de dentro de Machico, promovida por um conjunto de iniciativas por onde passam os grupos de romagem, que sentem o cantar da terra, os seus saberes e tradições dos pais e avós. Nesta conjuntura acrescentou, que o trabalho da Tuna “... tem sido uma verdadeira escola de música para muitos, que de outra forma nunca teriam oportunidade de aprender a tocar um instrumento...”.

5.2. A Juventude XXI na dinamização musical e educacional

As vivências e as experiências destas últimas seis décadas da população local têm sido diferentes para aqueles que nasceram em cada um dos decénios do período em estudo. Uns nasceram com a utopia da viragem sócio-cultural, outros, no tempo de reivindicações levadas a cabo pelos seus pais e avós, com vista a melhorar as condições de vida e fomentar iniciativas com vista à reconstituição da identidade cultural, vertida principalmente no seu património imaterial constante no cancionero local. Durante o espaço temporal em estudo, as gerações se foram renovando, ficando a irreverência das causas reivindicativas que contribuíram, segunda a nossa perspetiva, para o entendimento das marcas identitárias da Ribeira Seca.

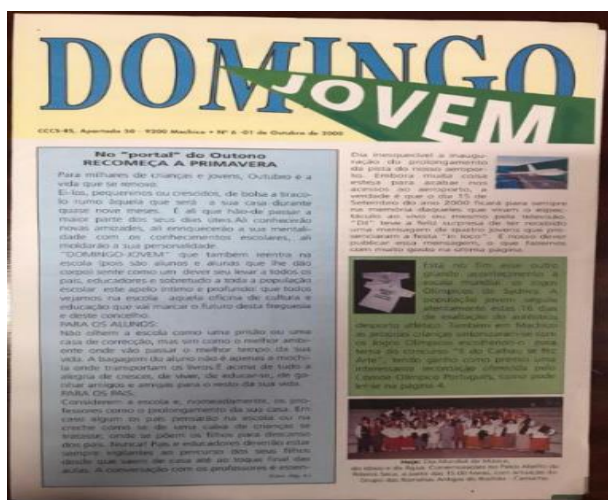


Figura 26: Jornal ‘Domingo Jovem N°6’ de 01/10/2000. (ft. Arquivo do CCCS-RS).

O especial ‘Domingo Jovem’ foi uma dessas marcas, que durante alguns anos foi editado e distribuído pelos jovens à comunidade. Foi uma espécie de ‘semanário’ redigido e coordenado pelos jovens com o intuito de informar a população sobre diversas problemáticas que afetavam o presente e o futuro dos jovens, como o reconhecimento da importância da

continuidade educativa em contexto da inclusão social, da aprendizagem para a vida e do enriquecimento comunitário. Outras questões de interesse regional e de outras latitudes eram também afluídas, com vista a uma maior consciencialização e conhecimento por parte dos mais novos e da população em geral. A edição Nº6 de 01/10/2000, do ‘Domingo Jovem’ foi disso exemplo, com artigos sobre o «Dia Mundial da Música» e o arranque de mais um ano letivo 2000/2001, bem como a abertura dos Jogos Olímpicos em Sydney e a inauguração a 15 de setembro de 2000 do prolongamento do Aeroporto Internacional da Madeira. Esta e outras edições tratavam de assuntos de cidadania pedagógica e de informação da atualidade, apoiadas pelo Centro Cívico, visto ter sido também um contributo gerador de energia jovem tão importante na alavancagem da identidade desta terra.

Carlos Gois Martins, instrumentista de bandolim da TCM, representante do CCCS-RS no Conselho Municipal de Juventude de Machico e participante ativo do grupo ‘Juventude XXI’, colaborou ativamente na dinâmica do ‘Domingo Jovem’ num tempo marcado por interrogações e desafios do processo identitário da Ribeira Seca. Na prossecução desses desafios, descreveu-nos no inquérito que lhe propusemos (vide anexo 1.11), que o projeto da Juventude XXI surgiu da vontade de os mais novos se organizarem em torno das iniciativas culturais já existentes neste espaço rural, considerado por muitos, como uma reserva cultural no seio da freguesia e da cidade de Machico. Acrescentou que este movimento tem sido “...liderado por jovens que já possuíam bagagem, conhecimento tanto artístico como cultural, uma vez que faziam parte das outras dinâmicas da área, nomeadamente da TCM (Tuna de Câmara de Machico) e Grupo de Cantares da Ribeira”.

A alegria e o entusiasmo das tradicionais romagens das festas de verão, bandeiras de história destas últimas seis décadas continuam a fazer o seu caminho de consciencialização e memórias dos tempos difíceis desta comunidade junto das gerações mais jovens. No entanto, referiu Carlos Martins que no momento é necessário procurar “...expandir, cultivar, partilhar e desenvolver dinâmicas diferentes das tradicionais (...) de forma a cativar e agregar as várias gerações que já estavam incluídas nas outras dinâmicas como também de outros jovens que ainda não estivessem associados a nenhum grupo dos acima referidos”.

No que diz respeito ao desenvolvimento de atividades enquadradas no programa



Figura 27: TCM. (ft. Arquivo do CCCS-RS)

cultural e anual do CCCS-RS, a ‘Juventude XXI’, composta em parte, por elementos da TCM, a qual tem vindo a ser uma presença habitual em vários eventos comemorativos no concelho de Machico e em outros espaços fora dele. Descreveu também, que a convite de várias entidades têm divulgado a identidade cultural da

Ribeira Seca em encontros internacionais de bandolins no Funchal e em outros acontecimentos como as comemorações do 25 de Abril; as festas do Concelho e os concertos de Natal integrados no programa da edilidade machiquense.

Numa das questões colocadas ao nosso interlocutor quisemos, ainda, saber a sua opinião sobre a importância da preservação e divulgação da identidade cultural das pequenas comunidades rurais. De acordo com o seu ponto de vista, transmitiu-nos uma visão holística dos jovens de hoje baseada no aliciamento dos avanços tecnológicos e de mais formas atrativas de ocupação dos seus tempos livres, em prejuízo de iniciativas fundamentais conducentes à salvaguarda da identidade histórica, social e cultural de um povo, em tempos de globalização. Nesse sentido, assegurou que a criação da ‘Juventude XXI’ veio ao encontro dessa perceção, contrariando essa inevitabilidade e sedimentando a valorização das atividades culturais como um dos instrumentos capaz de “...partilhar e promover a história, tradições e celebrações da Ribeira Seca e do Concelho de Machico, através dos vários polos culturais...”.

Perguntamos também como pretendem dentro do seu espaço de ação dinamizar e garantir a continuidade do património imaterial cultural da Ribeira Seca. Mencionou que existem projetos e que alguns destes se encontram a ser delineados e outros já tornados públicos com o intuito de garantir o dinamismo da estrutura da identidade da local. Entretanto, já neste verão, pretendem fomentar no CCCS-RS o «Conversas da Ribeira» gerido pelos jovens no “...qual se pretende partilhar ideias, conhecimentos, debater a história e abordar realidades...”. A utilização das redes sociais, as estradas da era digital, serão tidas em conta como plataforma de informação na divulgação das atividades entre as camadas mais jovens, sendo uma das premissas a concretizar em breve.

No que concerne à participação da ‘Juventude XXI’ nas iniciativas da TCM, perspectiva organizar e realizar um encontro de Tunas “...com o intuito de ganharmos mais reconhecimento, mostrar o mais recente reportório e criar outras dinâmicas com as Tunas convidadas”, uma ambição que nos parece importante e imprescindível na consistência estrutural da identidade da Ribeira Seca.

5.3. A biblioteca do padre Martins Júnior no exercício da cultura

No passado, as bibliotecas públicas eram praticamente inexistentes nos pequenos centros urbanos fora da capital madeirense. A vila de Machico não escapou a esse fenómeno, com resultados precários principalmente a nível do desenvolvimento escolar e do direito à cultura e à sua difusão. Nesse propósito, salientamos a decisão irrefutável do tenente coronel João Carlos de Sousa, presidente da Câmara Municipal de Machico, em 1964, ao propor ao Diretor da Fundação Calouste Gulbenkian a instalação nesta vila de uma biblioteca. A inauguração não se fez esperar, tendo sido efetuada a 14 de setembro desse mesmo ano com o “... apoio dado pela fundação, tanto em livros como em todo o mobiliário...”²². Ao município, segundo a nossa consulta, competiu a responsabilidade da instalação da biblioteca no edifício da Câmara e a nomeação do responsável bibliotecário. Por indicação da Câmara Municipal, foi chamada a munícipe Carolina da Conceição de Ornelas Afonso que, a título voluntário, e sem qualquer renumeração, desempenhou a função por um período longo, até os primeiros anos do 25 de Abril.

Nesse intuito do direito à cultura e à sua disseminação pelas gentes dispersas pelo vale de Machico, foi em 2019 disponibilizada ao público machiquense a biblioteca particular do último proprietário do Solar de São Cristóvão (século XVII), Carlos Cristóvão da Câmara Leme Escórcio de Bettencourt, com várias obras de géneros literários diversos, entre os quais, poesia e romance, um legado que, segundo entendemos, é de grande valor para o exercício da descentralização e do acesso aos meios da cultura, sobretudo pelos mais novos da freguesia, traduzindo uma época em que os livros eram um bem escasso e inexistentes nas casas da grande maioria das famílias machiquenses.

Na base da educação e do acesso à leitura, verificamos através do nosso trabalho de campo, que no ano seguinte, em 2020, o padre Martins Júnior decidiu também transferir a sua biblioteca particular para o CCCS-RS, tornando-a, assim, pública e enquadrando-a

²² Instalação da Biblioteca Municipal de Machico em 1964, in *CM Cultura Madeira*. Disponível em <https://cultura.madeira.gov.pt/pesquisa.html?searchword=biblioteca%20municipal%20de%20machico&searchphrase=al>, [consultado em 21 de outubro de 2021].

nos princípios da responsabilidade social, do desenvolvimento do conhecimento individual e coletivo, especialmente, das camadas mais jovens residentes na Ribeira Seca. Entretanto, quisemos perceber que papel desempenha a biblioteca no conjunto das valências oferecidas pelo Centro Cívico. Em primeiro lugar, constatamos, que a sua transferência para um novo espaço veio proporcionar um novo lugar de pensamento e de reflexão, principalmente no seio dos utilizadores do Centro. Em segundo, vem oferecer e gerar hábitos de leitura saudáveis sobretudo aos mais novos, a faixa etária, que mais garante a continuidade das dinâmicas culturais desenvolvida neste edifício, um símbolo de resistência e de valor afetivo para a comunidade local. Com esta transferência a divulgação da cultura passou neste meio rural a dispor de centenas de livros, nomeadamente dos grandes vultos da intelectualidade literária universal e de um vasto acervo documental da imprensa nacional e internacional de duplo relevo para trabalhos de consulta e de investigação.

O desenvolvimento e o gosto pela leitura na procura e melhoria do conhecimento, da prosperidade e da liberdade individual e coletiva são caminhos que as sociedades têm vindo a construir, não dispensando, entretanto, desses direitos democráticos fundamentais, conquistados em grande medida com a disseminação geográfica das bibliotecas abertas às comunidades. Com esse avanço civilizacional, as bibliotecas fixas, apesar dos avanços tecnológicos na área da informação, continuam a desempenhar um papel crucial no apoio ao conhecimento, especialmente, às classes mais desfavorecidas em contexto escolar. Mesmo, fora deles, proporcionam valores indispensáveis à pedagogia da transformação social e cívica, e promovem em simultâneo uma maior consciencialização na defesa da cultura e das tradições.

Neste sentido, perguntamos qual o sentido faz a presença das bibliotecas públicas, junto das comunidades mais desfavorecidas? Pensamos que a sua inserção no seio das comunidades contribuiu para alavancar culturalmente as populações marginalizadas, quer a nível do lançamento e partilha de projetos de natureza artística e cultural, quer ainda gerar sinergias capazes de dinamizar conhecimento e práticas de leitura imprescindíveis à expansão de sistemas sustentáveis de literacia educacional. Portanto, entendemos ser essenciais no desenvolvimento cultural e social destas e de outras camadas populacionais, conforme expressa o manifesto da UNESCO de 1994 “A biblioteca pública, porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem

permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais”²³.

Enquanto força viva, a biblioteca denominada de *Padre Martins Júnior*, com centenas de obras literárias passou a ser mais um meio de disseminação cultural, no contexto da formação para a cidadania ativa, nomeadamente, para os jovens da localidade, a par de outras dinâmicas formativas já existentes, como descreveu a nossa informante, Irene Catanho, no seu relato (vide anexo 1.10), mencionando que, desde a década de 60 do século passado, “... as nossas ‘escolas’ de música, de dança, de teatro, de declamação de poesia...” têm sido apostas para o crescimento da identidade cultural local.

Além do reconhecido papel das bibliotecas públicas na missão de elevar os povos, quer no contexto da luta contra o analfabetismo, quer na promoção dos direitos humanos, entre outras funções, as bibliotecas particulares abertas ao público, especialmente nos meios rurais, como a do CCCS-RS, têm sido, no ponto de vista da complementaridade da rede pública de bibliotecas, veículos importantes no desenvolvimento das populações locais, sobretudo, a nível da elevação da dignidade humana, da cultura da justiça e dos valores da democracia .

5.4. Murais – Uma aposta do Centro Cívico na transmissão da identidade

A arte de rua ou a arte urbana como hoje a entendemos resulta da tradução do inglês ‘Street Art’, que representa um movimento voltado para a inspiração artística, que se realiza em espaços públicos essencialmente abertos, mesmo correndo riscos em determinados lugares do mundo, contrariando em muitos casos a legislação em vigor. Nasce nos anos 60 do século passado em Nova York, nos Estados Unidos, como proposta para fazer passar propaganda e publicidade sobre a realização de determinados eventos culturais e, principalmente, como forma de protesto contra determinadas normas e orientações de regimes políticos tradicionais e da instituição artística mais conservadora. Todavia, tem sido também uma das formas artísticas mais usadas no mundo inconformado das minorias para poder comunicar ideias reivindicativas, motivacionais e histórias de vida, através de poemas, imagens e de outras criações artísticas como forma mais acessível de interagir diretamente com o público. Tem sido uma expressão de comunicação revolucionária com o desígnio de ser uma arte

²³ Missão da Biblioteca Pública, in *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994*. Disponível em <<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>> , [consultado em 21 de outubro de 2021].

democrática, acessível a qualquer artista, mesmo para aqueles que se iniciam grafitando paredes de prédios, muros, bancos, portas e outro mobiliário urbano descaracterizado por critérios da governação pública e pela prolongada exposição a que estão sujeitos aos rigores das condições climáticas.

Entretanto, a arte de rua vem de tempos muito antigos, uma vez que, já os gregos e romanos a usavam para transmitir mensagens pelas ruas das cidades sobre aspetos relacionados com a música, teatro e dança. Apesar deste registo e da sua dificuldade em colocá-la no alinhamento da história da arte, o que acontece é que ela tem vindo a assumir no panorama comunicacional um claro papel na divulgação das características identitárias de um povo. E isso dá-lhe uma originalidade e uma trajetória de independência em relação a outros movimentos artísticos com maior relevância na transmissão de ideias e de correntes mais expressivas ao longo de séculos da história da arte. Essa independência tem vindo a pautar-se por formas diversificadas de comunicar, consoante os marcos temporais da história dos povos compaginados nas críticas sociais, políticas, religiosas e económicas transvasando assim a criatividade comunicacional dos primórdios da arte urbana. Dependendo do meio em que está inserida, pensamos que incorpora em si um valor cultural marcante dos centros urbanos, que em simultâneo transmite vivências e o carácter civilizacional, sobretudo das minorias mesmo daquelas que se têm enraizado pelas periferias dos centros urbanizados por onde, na maioria dos casos, essas populações se reinventam e se dão a conhecer através da arte urbana.

Pelos seus enredos históricos e artísticos pensamos que este tipo de arte se tornou numa bandeira de difusão reivindicativa e cultural dos povos que lutam pela sua identidade nas mais diversas geografias do mundo. Contudo, apesar de ter tido um passado de perseguição, atualmente, é referência no palco internacional das artes contemporâneas por onde diversos artistas se consagram pelo seu novel de inspiração e criatividade. Neste palco, mencionamos a existência de alguns trabalhos por algumas ruas da cidade de Machico e do Funchal promovidos através da iniciativa ‘Arte de Portas Abertas’, que contou com a experiência criativa de um grupo de artistas conhecedores da importância que a arte urbana representa para a projeção social e cultural de uma localidade, de um bairro, ou simplesmente de uma rua. A rua de Santa Maria, na zona velha da cidade do Funchal, é um caso de certa forma de sucesso, que confere através deste tipo de faculdade expressiva do engenho humano o conhecimento da história das gentes daquela rua, a reconstituição e divulgação das suas vivências.

Um outro caso que estudamos e registamos incide sobre o uso de murais para fazer passar a história recente e a identidade cultural das gentes da Ribeira Seca. Os murais



Figura 28: Mural - divulgação da identidade. (ft. arquivo CCCS-RS)

(vide anexo 3) presentes no recinto do adro da igreja da Nossa Senhora do Amparo, refletem, segundo percebemos as marcas da identidade da população local, em torno de palavras de ordem, poesia e canções de cantores do palco nacional, como o trovador da liberdade, Zeca Afonso.

Inferimos também deste tipo de arte de rua que o processo de afirmação identitário do povo deste sítio de Machico nem sempre conheceu bons ventos de feição, tornando-se ao longo de algumas décadas num processo resultante de várias vicissitudes reivindicativas. E, neste sentido, descreveu Martins Júnior, no seu Blogue, que os murais como parte do edifício da identidade local partilham “... o ânimo das nossas romagens com versos e canções que espelhavam as nossas mágoas e reivindicações, vigiadas pela polícia do “pide”, vinda do Funchal e disfarçada no nosso adro”²⁴.

Os murais da Ribeira Seca exaltam causas e sentimentos de histórias coletivas de vida recentes, envolvendo as mais recentes gerações, com destaque para aquelas que formam as derradeiras herdeiras, sobretudo, do tempo da escravidão do regime da colônia: São memoriais à resiliência de uma população determinada, que reivindicativamente mudou o seu paradigma de vida, aproveitado por uma equipa de artistas liderada pelo madeirense RIGO 23 (Ricardo Gouveia) e que a título gracioso fizeram erguer do seio das suas tradições e aspirações sociais e culturais expressos nos murais, como arte de comunicar e de reivindicar das gentes desta localidade. Dessa equipa fizeram parte engenhosos artistas como António Alves, Eduardo Freitas, Daniel Melim, Ângela Costa, Cristiana de Sousa, Carlos Costa, Hugo Brasão Octávio Pinho e Susana Figueira.

²⁴ Gratidão e Partilha: “Estamos Juntos”!, in *blogue senso&consenso*. Disponível em <<https://sensoconsenso.blogspot.com/2023/02/gratidao-e-partilha-estamos-juntos.html>>, [consultado em 13 de fevereiro de 2023].

Capítulo VI: A viragem cultural e a sua visão no exterior.

6.1. Marcos de viragem cultural

Na maioria das geografias rurais da Madeira, em particular a da Ribeira Seca, manteve-se até os verdes anos do 25 de Abril de 1974, uma conjuntura de tempos difíceis, sobre a qual, o nosso estudo, descreve como reveladora de uma terra onde os meses corriam com os seus ciclos rotineiros, sem perspetivas de um futuro galvanizador. Percecionamos pelos relatos dos mais idosos que, sobreviver a essa realidade exigiu da esmagadora maioria das famílias um espírito resiliente, baseado na luta pela sobrevivência à custa dos proventos do trabalho das jornas quando calhava, do rendimento indispensável da produção de leite de vaca e dos bordados urdidos até altas horas da noite, pelas mãos calosas de mães e filhas. Pensamos ter sido neste ambiente de sobrevivência, que por aqui reinou, e que fomos desconstruindo ao longo do nosso trabalho de campo, que permitiu-nos registar apontamentos singulares implícitos em algumas canções de intervenção do Cancioneiro de Romagem, como a proibição de cantar pelos agentes da PIDE, que ocorriam à Ribeira Seca na ocasião das suas festas de verão.

Entretanto, com o 25 de Abril, esses protestos através de canções intensificaram-se como outras formas reivindicativas, abrindo assim o caminho para a viragem social e em particular a cultural, com impacto nos mais diversos aspetos da vida individual e coletiva da população local. Esta viragem, apesar de ter raízes nos factos acima registados assume maior preponderância com a nomeação em 1969 do padre Martins Júnior para pároco da paróquia da Ribeira Seca. Josefina Melim na entrevista que nos concedeu (vide anexo 1.1) refere a par das nossas outras interlocutoras, que o início mais marcante desta viragem cultural surge com a chegada do padre Martins há 60 anos atrás e que “Aí o povo despertou! Aí foi um elemento fundamental para a cultura da Ribeira Seca e Machico (...) conseguiu revolucionar Machico da serra ao mar, cantando. E foi cantando que toda a luta envolveu o povo de Machico”.

Contudo, este dinamismo reivindicativo ocorreu num período em que na Europa algumas universidades reorientavam várias disciplinas das ciências sociais e das humanidades para a temática da «viragem cultural» que só se estabeleceu institucionalmente nas universidades portuguesas nos finais do século XX. Neste propósito, salientamos que este movimento de ideias não teve um acolhimento de vanguarda dentro e fora das nossas universidades. O País político, social e cultural era

visto do exterior como periférico, autoritário e envolvido numa guerra colonial, onde fora deste contexto da época, resistia a um crescente empenho de ações artística e culturais levadas a cabo por certos universitários, escritores, editoras e revistas de cultura e literatura. Iniciativas que nos levam a ter presente a existência de movimentos de arte e cultura em torno de uma viragem cultural, alguns dos quais, também provenientes das margens esquecidas das populações, com reflexos assinaláveis nos seus processos de mudança.

Consequentemente observamos que a viragem cultural ocorrida no seio da população da Ribeira Seca se enquadra no espírito dos movimentos reivindicativos, artísticos e culturais nacionais e europeus nessa altura em ação. Essa mudança baseia-se simplesmente em literatura de intervenção, principalmente de inspiração popular alinhada com o surgimento de bandas e músicos do palco nacional como os Trovante e Pedro Barroso, entre outros, que passaram pela Ribeira Seca, assim como diversos palestrantes convidados como Luís Moita, professor catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa, por ocasião do ‘Dia da Europa’, João José de Sousa e Rui Carita, historiadores, na evocação do 25 de Abril, e outros ilustres convidados como apançou Irene Catanho (vide anexo 1.10). Presenças essas, que julgamos terem contribuído ao longo do período em estudo, para o amadurecimento e consolidação da viragem cultural das gentes desta localidade. Ainda dentro deste contexto sinalizamos a presença de arte urbana, a arte de rua, em torno do adro da igreja da Nossa Senhora do Amparo, como meio de afirmação e de divulgação de retratos da história da emancipação cultural e religiosa da comunidade local.

6.2. Convergência das entrevistas na mudança cultural

Verificamos que a convergência de factos relatados por pessoas feitas e crescidas no pó das terras da Ribeira Seca, assume um papel determinante dentro das abordagens qualitativas centradas no quadro de vivências sociológicas e psicológicas dos nossos informantes exímios das histórias de vida aqui tratadas. Não obstante, uma grande parte das entrevistas reunidas neste trabalho, refletem por si, a importância dessas vivências no contexto da identidade, descritas pelos nossos entrevistados que as experienciaram no espaço temporal da investigação. Neste seguimento e nos discursos de convergência das entrevistas relatou Júlia Ribeiro (vide anexo 1.8), que “O povo tinha aquela sede do 25 de Abril de querer sair, querer se libertar daquele massacre que tinham, que era ... demais. Eh... começamos... prontos, nunca mais fomos para trás, sempre para a frente”. Josefina

Melim (vide anexo 1.1), expressou que o rosto da convergência para esta mudança cultural partiu, além das repressões impostas pelo regime de colônia, do padre Martins, que alertou para o porquê de “... não reclamar à Senhora do Amparo o porquê de não termos água, não termos luz e não termos estradas? E, foi aí que o povo despertou ...”. Por seu turno, expressou o sacerdote (vide anexo 1.9) que quando chegou à Ribeira Seca, em finais da década de 60 do século passado, fez à comunidade através do mesmo processo pedagógico e cívico utilizado na sua anterior paróquia (Porto Santo), recorrendo nomeadamente à arte dramática “... uma amostra de teatro de revista à portuguesa, inspirada em temas locais e regionais. Para o sucesso desta realização (...) deram-nos um contributo inestimável dois consagrados artistas de palco, Lia Gama e Edgar Gonçalves Preto (...) que se deslocaram de propósito à Ribeira Seca”. Ainda, dentro deste âmbito, exprimiu Irene Catanho (vide anexo 1.10) que desde essa altura, as festas de verão, além de terem sido palco de canções de romagem de intervenção, serviam também de lugar de passagem de “... figuras proeminentes do melhor elenco musical português, como José Mário Branco, Júlio Pereira, Sérgio Godinho, Luís Represas, Amélia Muge, Vitorino e Janita Salomé, Francisco Fanhais, entre outros”, as quais, ao nosso entender, reforçaram as iniciativas culturais e de cidadania subentendidas no elo da convergência das narrativas em análise. Também, Carlos Martins, membro da Tuna de Câmara de Machico e da Juventude XXI, (vide anexo 1.11) referiu ainda dentro deste contexto, que o “movimento organizado pelos jovens da Ribeira Seca, liderado por jovens que já possuíam bagagem, conhecimento tanto artístico como cultural, uma vez que faziam parte das outras dinâmicas...” acaba por se cruzar, segundo o nosso entender, com a conexão da convergência das entrevistas atrás dissecadas e com a viragem cultural da identidade da população local.

6.3. Observatório de opiniões de fora

No desenrolar do nosso trabalho de investigação, saímos dos limites geográficos da Ribeira Seca, a fim de percecionarmos a concordância ou discordância sobre a maneira de ser e de agir da população local no seu processo de construção da sua identidade. Nesse sentido contactamos possíveis informantes residentes na cidade de Machico e fora dela com a finalidade de nos oferecerem os seus testemunhos, com os quais pudéssemos aferir nos seus argumentos discursos mormente de convergência em relação aos produzidos pelos informantes da Ribeira Seca. Não obstante, o nosso esclarecimento ter sido direcionado para o âmbito cultural, nem todos os contactados aceitaram colaborar e aos

que o fizeram, foi solicitado que apresentassem a sua visão de uma forma independente, impessoal e que o fizessem com sinceridade.

Nos questionários dirigidos a estes entrevistados focamo-nos também nas vivências reivindicativas da população desta localidade, para que as respostas pudessem ser centradas no ónus da perceção circunscrita na forma de ser do povo, nomeadamente, no tocante às dinâmicas do seu processo construtivo da sua identidade cultural. Analisadas as suas respostas constatamos a existência de uma perceção convergente sobre os motivos das reivindicações, ocorridas no período em análise, e que de certa forma marcaram a mudança social e cultural diferenciadora em relação às populações vizinhas, pertencentes às comunidades paroquiais da Ribeira Grande/Maroços, Caramanchão e Machico. Nesta análise sobre as opiniões vindas de fora (vide anexos 1.12; 1.13; 1.14; 1.15), descreveu Sandra Gouveia, professora do ensino básico da Escola do 1º Ciclo Engenheiro Santos Costa, a lecionar no Anexo 1, na Ribeira Seca, que tem vindo a constatar através dos trabalhos propostos em sala de aula, que a maioria dos seus alunos já com idades avançadas, revelam ter uma forte ligação com as exigências reivindicativas acontecidas neste lugar. Informou que o espaço onde leciona é muito marcante para os seus alunos e que “... sente que a escola em conjunto com as pessoas que na altura lutaram para isso, que lhes deu a liberdade de pensar, de ser reivindicativos e este símbolo é isso, representa isso” (a identidade). No dia-a-dia de aulas verifica um empenho coletivo dos seus discentes, quando se trata particularmente de descrever e falar das suas raízes, das suas histórias de vida. Alegou que “Este povo tem um sangue muito aqui de Machico, muito da Ribeira Seca. Um Povo de luta, de garra e sente-se isso na sala o querer manter as tradições”.

Por sua vez, José Rodrigues, residente no Funchal, tem presente (vide anexo 1.13), que quando entrou para o Seminário Diocesano do Funchal, em 1982, falava-se sobre a Ribeira Seca, das suas reivindicações sociais e o seu caso dentro da igreja madeirense. Descreveu que a grande maioria dos seus colegas diziam mal, mas, nem por isso, deixou de se interrogar e acompanhar de perto o evoluir das duas situações em que a PSP isolou à igreja da Nossa Senhora do Amparo da comunidade da Ribeira Seca. Proveniente do Jardim da Serra, uma freguesia rural do Concelho de Câmara de Lobos, com problemas também experienciados no desumano regime de colônia, seguia de perto a forma de agir da população Ribassequense, perante as adversidades que ao longo destas últimas seis décadas foram enfrentando.

Culturalmente, acha que essas reivindicações” ...foram momentos importantes para unir o povo da Ribeira Seca à volta de uma causa, que tinha em vista a promoção, a dignidade e o desenvolvimento de uma comunidade votada ao esquecimento, sem escolaridade, mergulhada na pobreza e explorada a todos os níveis”. Na narrativa que desenvolveu, com base no nosso questionário, ressaltou que o caso que opôs a paróquia à Diocese “Serviu para marcar uma identidade própria, eu diria única no âmbito geral das comunidades madeirenses. O testemunho da comunidade da Ribeira Seca fica como exemplo de como deve ser um povo inteiro protagonista na sua libertação e promoção humana, social e culturalmente...”.

Intuímos do conteúdo da sua narrativa, que as festas de verão, as canções das suas romagens, os presépios temáticos, as exposições, as palestras para a educação de uma cidadania ativa, proferidas por diversas figuras da intelectualidade nacional e estrangeira personificam a sua admiração. Contudo, através das citações anteriores sentimos que, apesar deste sítio ter atravessado os problemas comuns à maioria das populações rurais da ilha, soube com as suas ações interventivas de natureza cultural ultrapassar as amarras de uma ruralidade profunda.

Gabriel Martins, residente na freguesia de Água de Pena, deu-nos o seu depoimento baseado no questionário que lhe foi proposto (vide anexo 1.14). Com as questões colocadas pretendíamos obter um registo, em que a divergência de opinião pudesse confirmar a existência de um contraditório, não menos importante neste trabalho de dissertação. Nesse intuito colocamos-lhe entre outras questões a seguinte: como percebe as causas que levaram às divergências entre a paróquia da Ribeira Seca e a Diocese do Funchal?

Mencionou que, desde a menor idade, ouvia pela boca dos seus pais, que o povo da Ribeira Seca era muito trabalhador e determinado nas suas exigências, facto que levou-o a convencer-se que, todo esse processo acabaria por reforçar a unidade em volta do“...seu pároco, Martins Júnior, vincando ainda mais a sua identidade, nunca se deixando subjugar, ciente que mais tarde ou mais cedo haveria de ser feita justiça para com esta figura marcante da história da sua comunidade, mas também de Machico e da Madeira”. Apesar dessa sua convicção ter raízes na sua infância, nos seus progenitores, deduzimos pela leitura explanada nas suas respostas, que a sua opinião reforça a autenticidade dos factos baseados num espírito reivindicativo incomum na população da Madeira rural, ocorridos nestas últimas décadas em Machico. Salientou, mais do que uma vez, que é um povo muito unido em volta de causas, de lutas, e que quando saía à rua a reivindicar por

melhores estradas, escolas e por outras necessidades básicas fazia-o “... sem medo, tudo o que achava de elementar justiça e direito, algo que deixava perplexas as pessoas das outras localidades, que não tinham essa identidade cultural, nem o seu poder persuasivo perante o poder político”. Neste prosseguimento, entende, que o cancionero de romagens e o de cariz religioso se tornaram na maior expressão cultural da história das suas reivindicações, testemunhos bem acolhidos pelas novas gerações e que “... fazem menção de dar-lhes continuidade, pois sentem que são filhos de um povo que lutou para que eles pudessem usufruir de melhores condições de vida...” reconhecendo o sinuoso caminho que os seus pais e avós levaram para afirmar a identidade da sua terra.

Da freguesia do Porto da Cruz contactamos Lília Fernandes, para nos dar a sua opinião sobre determinadas questões, algumas das quais, já lançadas neste observatório. Assegurou-nos (vide anexo 1.15), que conhece a história destes últimos tempos do povo da Ribeira Seca, desde a altura em que foi estudante da Escola Secundária de Machico. Manifestou-se estar ciente, que as causas defendidas por esse povo ao longo do seu percurso reivindicativo, sobretudo, a partir do 25 de Abril de 1974, causaram um acordar de consciências em muita gente. Acrescentou que na sua freguesia essas reivindicações nem sempre foram bem compreendidas pelos mais idosos, com uma matriz mais conservadora. No entanto, defende que a luta da população em causa enquadra-se no espírito reivindicativo de um povo que lutou pelos seus direitos, pela liberdade de expressão e de manifestação. Afirmou, por fim, que “... a comunidade religiosa que se formou no sítio da Ribeira Seca...” tem sido a génese da sua identidade e que o caminho do seu reconhecimento cultural aponta para um singular case study, enquadrado na emancipação civilizacional dos povos.

Conclusões

Com este estudo sobre a memória e a identidade cultural da Ribeira Seca, sobre estas últimas seis décadas, procuramos sobretudo através da literatura escrita e oral, de histórias de vida individuais e coletivas, decorrentes na sua maioria de circunstâncias reivindicativas, perceber em que medida todo o nosso trabalho pode contribuir para o registo da identidade cultural desta localidade. Nesse sentido, as entrevistas, a fonte principal do nosso estudo, proporcionaram-nos relatos de um período marcadamente contestatário em Machico e fora dos seus limites geográficos, assegurando-nos a existência de olhares diferentes, de outras sensibilidades, que foram essenciais para toda a nossa investigação.

Apesar deste meio de investigação e de análise parecer uma simples técnica do método biográfico, achamos ter sido determinante como processo metodológico da História Oral, permitindo-nos assim recolher dados sobre formas de ser e de viver desta população, um processo que, por um lado, permitiu também aos mais novos nascidos depois do 25 de abril, nesta localidade, participarem com o intuito de entendermos a maneira como percebem e valorizam a história recente dos seus pais e avós, trazendo-os para o debate da esfera da consciencialização, preservação e defesa do património da identidade cultural da sua terra. Por outro, possibilitou-nos avaliar através das entrevistas temáticas e inquéritos a sua envolvência em determinados eventos de animação cultural fora e dentro da localidade, como acontece com as atuações da Tuna de Câmara de Machico, do grupo de Cantares da Ribeira e de romagens de verão, dedicadas ao Santíssimo Sacramento e à Nossa Senhora do Amparo, a padroeira da comunidade local.

Depreendemos desse trabalho que são eles, os mais participativos nestas atividades de animação e de divulgação dos suportes culturais da identidade, sendo também a camada da população que menos se identifica com as histórias de vida reivindicativa dos seus antepassados, muitas das quais registadas e divulgadas através do Cancioneiro de Romagem, com maior divulgação pela ocasião dos festejos religiosos da paróquia, como observamos no verão de 2021²⁵. Percebemos, ainda, que são os mais novos, conforme extrapolamos da mesma fonte (vide tabela I), aqueles que menos possuem uma ligação intrínseca com a cultura reivindicativa levada a cabo pelos seus pais e avós.

²⁵ A canção do cancionero de romagem mais popular, in *NAMINHATERRA TV*. Disponível em <<https://naminhaterra.com/live.php?evento=4411&actvideo&clip=de4c3cf7>>, [consultado em 7 de novembro 2022].

Quanto às respostas dos adultos inquiridos, constatamos ter sido a faixa que demonstrou maior apego à identidade da sua terra, não só pelas entrevistas concedidas, mas também, pela pontuação expressiva atribuída à maneira como se identificam com as narrativas, que suportam as canções e as músicas do Cancioneiro local, algumas das quais com mais de meio século de existência. Por outras palavras, identificaram-se «Muito e Completamente» com as questões que lhes foram dirigidas, tendo sido a camada da população a que mais viveu o percurso reivindicativo do período em estudo, tanto a nível social, quer cultural.

Ao longo da nossa investigação, verificamos que existe por parte das forças vivas da terra um trabalho de pesquisa e de conservação da História Oral, traduzida em canções de natureza interventiva, que têm sido divulgadas nomeadamente através de CDs (vide anexo 2), tendo sido o primeiro lançado em 2004, com o tema *Machico Terra de Abril*. Reúnem, como analisamos, cantigas e músicas que descrevem em verso as dificuldades quotidianas de um passado e as ações que foram tomadas pela larga maioria da população, ocorridas particularmente depois do 25 de Abril, com vista à mudança das condições de vida dos residentes votados ao esquecimento dos que governavam o Arquipélago. São, como perscrutamos, narrativas de vida que unem as gentes desta localidade e que acompanham os seus emigrantes para os atuais círculos de acolhimento. A madeirensidade, essa espécie de alma de saudade, é também amenizada pelas músicas desses CDs, transportados de quando em vez no canto das suas malas de viagem, uma particularidade do âmbito da identidade de um povo, que reconhecemos ter ficado por investigar e seria importante abordar no âmbito da multicularidade, decorrente do encontro das correntes migratórias contemporâneas. É, pois, uma janela de investigação e seria importante abordar que neste projeto deixamos em aberto, e que reconhecemos ser de valor acrescido para a complementaridade do estudo da nossa temática.

Verificamos no decorrer do trabalho das nossas fontes principais, as entrevistas, o quanto foi importante para a Ribeira Seca a emigração, sobretudo, a clandestina, um reflexo do marasmo social e económico de um passado profundo e dos últimos anos do regime da colónia, mergulhado na ausência de condições básicas como estradas, luz elétrica, água canalizada e escolas com as mínimas condições de funcionamento para todas as crianças desta localidade. Anotamos com surpresa, que este tipo de isolamento baseado principalmente na falta de condições primárias, fez dos seus residentes um povo mais forte, reivindicativo e orgulhoso dos avanços e recuos da sua história recente.

Dessas entrevistas, constatamos que o período que se seguiu após o 25 Abril, foi um tempo fértil de acontecimentos contestatários, cujas raízes se encontravam a hibernar nos escombros das Revoltas do passado, particularmente na do odioso monopólio do sector da Farinha e do Leite, geradores de períodos de contestação popular no Arquipélago, terminados em prisões de centenas de contestatários das medidas políticas, económicas e sociais do Estado Novo. Segundo o nosso informante do sítio do Pastel, António Nunes, na entrevista que nos concedeu, em 10 de abril de 2022, afirmou que alguns dos revoltosos da Revolta do Leite eram camponeses da Ribeira Seca, que se juntaram ao protesto contra o monopólio do negócio dos lacticínios na Madeira, em 1936.

Este testemunho, bem como os que expusemos ao longo deste trabalho da literatura construída com base na oralidade das vivências de poetisas do povo desta localidade, levaram-nos a abrir o nosso estudo de dissertação com uma dessas poesias, que pela sua autenticidade popular é considerada, localmente, como um hino de contestação às condições de vida dos tempos da ditadura e à esperança de melhores tempos de mudança. Achamos que a sua pertinência visou orientar a direção do nosso ponto de partida e das suas margens no contexto da pesquisa deste estudo, facilitando a focalização do xadrez dos tópicos, que compõem o desenvolvimento dos aspetos que consideramos determinantes para este trabalho, centrado na viragem cultural da Ribeira Seca, que se iniciou nos finais da década de 60 do século passado, por intermédio dessa literatura do povo, transmitida em forma de canções de romagem de índole religioso, mas com carácter revolucionário e interventivo, plasmada num enorme descontentamento popular. Tal insatisfação impunha alternância de paradigma, recorrendo a população em última instância à ajuda de proteção divina, com as tais animações religiosas, muito devocionárias nos primeiros tempos da sua existência. Entretanto, e conforme descreveu na sua entrevista, Josefina Melim, do Moinho da Serra, esse devocionismo tradicional foi interrompido a partir dos anos 60, passando a cantares de intervenção. Além desta informante, Lurdes Freitas, Júlia Ribeiro, Virgínia Franco, Irene Catanho, entre outras, corroboram o mesmo pensamento, tendo sido exímias dinamizadoras dos diversos protestos, principalmente, os que ocorreram por estes lados entre as décadas de 70 e 80 do século passado. Neste âmbito, destacamos igualmente, um outro informante, o dinamizador maior de toda a epopeia de mudança, o timoneiro da cultura reivindicativa, o gerador criativo da identidade da Ribeira Seca – Martins Júnior.

Filho de gente do mar, foi nesta localidade, que mais se afirmou como ativista da Teologia de Liberação, como combatente contra a economia que mata, especialmente, a

disseminada pelo regime de colônia, que reinou desde os tempos do povoamento da ilha até finais da década de 70, do século passado. Da sua entrevista (vide anexo. 1.9) realçamos este e outros aspetos da sua controversa pastoral, que dedicou à resolução de carências sociais e culturais da sua comunidade. Em determinado momento do seu testemunho frisou que ao chegar à paróquia em 1969, um lugarejo da Madeira profunda, teve que “... soprar as cinzas que abafaram durante séculos o coração destes homens e mulheres e fazer brilhar a chama em brasa que traziam no mais dentro de si mesmos, a chama da libertação” (CEFISA-RS, 2014, p. 57), ou seja, o espírito reivindicativo da população lá estava, apenas, aguardava que alguém soprasse as cinzas, para que o processo contestatário voltasse de novo a emergir. Um processo, como analisamos, baseado em diversas frentes reivindicativas, animadas com iniciativas de grandes palcos, como as dos concertos de Sérgio Godinho, dos Trovante, entre outros, realizados no adro da igreja local, nos anos quentes após o 25 de Abril. Baseado, igualmente, em atividades formativas do conhecimento crítico, conforme nos testemunhou Irene Catanho, na sua entrevista (vide anexo 1.14), envolvendo conferências e palestras com personalidades das áreas da sociologia, política e religião, cujas ações achamos terem sido importantes para a afirmação da Ribeira Seca, no contexto do seu percurso de identidade.

Contudo, verificamos ter sido um percurso com episódios marcados também por ações de repressão policial, como o que ocorreu em 1985, levando ao encerramento do lugar de culto da comunidade local, através de uma força de 80 agentes da PSP, que durante três longas semanas impediram o povo de frequentar a sua igreja. Na nossa ótica e após toda a nossa investigação deduzimos ter sido a forma mais musculada que o bispo Dom Teodoro de Faria, encontrou para afastar o Pe. Martins Júnior da paróquia e fazer cumprir a suspensão a Divinis decretada pelo seu antecessor, Francisco Santana, sem processo canónico formado. Uma situação que se manteve durante mais de quatro décadas, em que o sacerdote procurou implementar junto da sua comunidade uma pastoral de causas sociais e culturais inspirada na práxis política de teólogos como Gustavo Gutierrez, Leonard Boff, entre outros, iniciada surgida na América Latina, nos alvares da década de 60, após o Concílio Vaticano II e, mais tarde, disseminada por alguns clérigos do continente europeu e ilhas atlânticas, como foi o caso do sacerdote Martins Júnior.

Sobre o desenvolvimento dessa práxis e da ocupação da igreja pelas forças de segurança, confirmamos a existência de um silêncio quase total de informação pelos meios regionais de comunicação social. Neste seguimento, assegurou a nossa entrevistada Lurdes Freitas, que os jornalistas “tinham receio do Alberto João, que nessa altura era o

Presidente e tomava conta de tudo (...) vieram jornalistas do Continente e vieram do Funchal, mas eles (os do Funchal) não deitavam as notícias. Só os do Continente há que escreviam e sabia-se que vinha tudo”.

Perante estas circunstâncias, alargamos as nossas entrevistas a populares com residência fora do espaço geográfico do nosso estudo, designando-as de ‘Observatório de opiniões de fora’, com o qual inteirarmo-nos que a falta de informação jornalística regional não condicionou a nível das povoações mais próximas o conhecimento do desenrolar dos acontecimentos reivindicativos da Ribeira Seca. Pelo contrario, visto que o Observatório permitiu-nos retirar desfechos surpreendentes, passados algumas décadas sobre os mesmos. Os testemunhos dos seus informantes não se afastaram do sentido dos aspetos centrais da maioria das narrativas produzidas pelos residentes do espaço geográfico principal do nosso estudo. Ressalvamos, no entanto, que essa convergência de opiniões resulta de uma pequena amostra de informantes que se disponibilizaram a responder, tendo havido também aqueles que preferiram não responder. Quanto a esses depreendemos, entre outros motivos, o desconhecimento da importância das histórias de vida individuais ou coletivas no estudo da história sociológica de um povo, com impacto relevante na definição da sua identidade.

Não menos revelante nesta pesquisa é a manutenção das dinâmicas em redor do aprofundamento e divulgação da identidade cultural da Ribeira Seca. Para tal, verificamos a existência de uma estrutura de dinamização cultural, intitulada de ‘Juventude XXI’, cujos elementos têm vindo a promover atividades culturais sob a égide do CCCS-RS, nomeadamente, em datas assinaláveis em Machico, como nas comemorações do 25 de Abril e do nascimento de Francisco Alvares de Nóbrega; nas festas do Concelho de Machico e em encontros internacionais de Bandolins.

Em suma, a nossa investigação pautou-se por resgatar da memória individual percursos de histórias de vida interventiva, na sua maioria coletivos, bem como abrindo caminho para uma melhor identificação e valorização de um romanceiro de canções inspirado nas carências de condições de vida de um povo com marcas de resiliência e de inspiração em áreas, como as da intervenção social e cultural, tornando-se num dos pilares de afirmação identitária do povo da desta localidade. Pautou-se ainda por pesquisar e analisar as razões motivacionais da criação do CCCS-RS e de que modos vem esta instituição assegurando e divulgando a vitalidade cultural da população da Ribeira Seca. Não obstante ao seu trabalho de recolha e divulgação através da ação das suas múltiplas atividades, ficamos convencidos que há muito mais por fazer nas áreas da Sociologia

Política e Religiosa, como também na Psicologia Social, entre outras, do campo das ciências sociais e humanas.

E, finalmente, afirmamos ter consciência das lacunas que este trabalho comporta e das muitas perguntas que suscita e que fica suspensas por responder. No entanto, deixamos em abertos caminhos para outros estudiosos, a fim de, melhor poderem aprofundar este e outros estudos sobre a temática da memória e identidade cultural de comunidades regionais e locais, com passados de resiliência e de intervenção nos destinos da sua história. Também por esses motivos, as narrativas de vida, devem ser estudadas para que possam ser compreendidas e valorizadas sobretudo no espaço acadêmico onde se produz, neste caso, conhecimento científico na valorização das populações, do seu lugar e da sua identidade.

Bibliografia

- Bergamaschi, L. S. (1996). *Colônia - Um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS.
- Bernardes, L. (1 de setembro de 2011). A Revolta do Leite - Madeira 1936. *Isleña N° 49*, p. 170.
- Bessa-Luís, A. (1987). *A Corte do Norte*. Lisboa: Guimarães Editores, Lda.
- Boff, L. (1991). *Igreja: Carisma e Poder*. Lisboa: Inquéritos.
- Caldeira, D. (2021). *A Agricultura Madeirense e Eu*. Madeira: ARTELEIA.
- Catanho, I. (2022). *A Festa que o povo é*. Ribeira Sêca: Centro Cívico da Ribeira Sêca.
- CEFISA-RS. (2014). *Cancioneiro Breve I*. Ribeira Seca: Comissão Executiva e Financeira da Igreja da Senhora do Amparo (CEFISA - RS).
- Esperança, A. (1958). *Trinta Dinheiros*. Lisboa: Ed. Guimarães Editoras.
- Francisco, P. (2020). *Louvado sejas - Carta Encíclica Laudato si'*. Prior Velho: Paulinas.
- Freitas, J. A. (2011). *A REVOLTA DO LEITE - MADEIRA 1936*. Lisboa: Edições Colibri.
- Garrett, A. (1999). *Viagens da Minha Terra*. Lisboa: Porto Editora - Biblioteca Digital (Coleção Clássicos da Literatura Portuguesa).
- Gouveia, H. B. (1ª. Ed. 1949; 4ª. Ed. 2008). *A Canga*. Funchal: Empresa Municipal "Funchal 500 Anos".
- Hugo, V. (2019). Ribeira Sêca e Diocese em paz. *Diário de Notícias - Madeira*, 2-3.
- Jean Poirier, S. C.-V. (1995, 1ª. edição em Português). *Histórias de Vida: Teoria e Prática*. Oeiras - Portugal: Celta Editora.
- Júnior, M. (2023). *Calhaus Falantes Pedras Cantantes - Episódios de uma história suburbana*. Machico: Centro Cívico Cultural e Social da Ribeira Seca.
- Lizardo, J. (2009). *Caseiros e senhorios nos finais do século XX na Madeira. O Processo de Extinção da Colônia*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Martins, L. B. (2017). *O 25 de Abril em Machico - Centro de Informação Popular 1974-75*. Machico: Câmara Municipal de Machico.
- Natividade, J. V. (1954, 2ª Ed.). *Madeira - A Epopeia Rural*. Alcobaça: Junta Geral do Distrito Autonomo do Funchal.
- Nepomuceno, R. (1994). *As crises de Subsistência na História da Madeira*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Nepomuceno, R. (2006). *História da Madeira - Uma visão atual*. Porto: Campo das Letras.

- Noronha, H. H. (1996). *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*. Funchal: CEHA/SRTC.
- Pereira, E. C. (1989). *Ilhas de Zarco*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Ribeiro, J. (2022). *Poesia Completa(-me)*. Machico: EB1 PE e Creche Eng. Luís Costa - Ensino Recorrente - Anexo 1 - Ribeira Seca.
- Ribeiro, J. A. (2001). *Machico - Subsídios para a História do seu Concelho*. Machico: Câmara Municipal de Machico.
- Rodrigues, R. H. (1947). *A Colonia na Madeira - Problema Moral e Economico*. Funchal: Tipografia Esperança.
- Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Sarmento, A. A. (1943). *Ensaio Histórico - Ilha da Madeira, Redemoinhos de Folhas*. Funchal: Ed. Tipografia do «Eco do Funchal».
- Sarmento, A. A. (1943). *Ensaio Histórico - Ilha da Madeira, Redemoinhos de Folhas*. Funchal: Ed. Tipografia do «Eco do Funchal».
- Silva, A. (2021). *Histórias de Vida das Gentes de Cima*. Ribeira Brava: Câmara Municipal da Ribeira Brava.
- Sousa, J. J. (1994). *Historia Rural da Madeira - A Colonia*. Funchal: DRAC.
- Sousa, L. (2008). *Antropologia Cultural*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Teixeira, M. R. (2004). *Um Olhar pelos primórdios da Capitania de Machico e das suas gentes*. Machico: CMM.
- Vários. (2019). *Memória e Identidade Insular*. Ponta Delgada - Açores: Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores; Casa da Misericórdia de São Jorge, Velas.
- Vários. (2021). *Anais do Município da Antiga Vila de Machico*. Machico: Câmara Municipal de Machico.

Fontes de oralidade local

- Entrevista com Josefina Melim, 66 anos
- Entrevista com João Joaquim, 89 anos.
- Entrevista com António Nunes, 79 anos
- Entrevista com Juvelina Gomes, 73 anos
- Entrevista com Irene Henle, 68 anos
- Entrevista com Virgínia Vieira, 72 anos
- Entrevista com Lurdes Freitas, 73 anos
- Entrevista com Júlia Ribeiro, 81 anos
- Entrevista com Martins Júnior, 85 anos
- Entrevista com Irene Catanho, 56 anos
- Entrevista com Carlos Diogo Martins, 21 anos
- Entrevista com Sandra Gouveia, 57 anos
- Entrevista com José Rodrigues, 53 anos
- Entrevista com Gabriel Martins, 62 anos
- Entrevista com Lília Fernandes, 43 anos

Outras Fontes:

- Diário de Notícias, Funchal, 15 de julho de 2019, p. 3, Ribeira Seca e Diocese em paz, ABM.
- Jornal da Madeira, Funchal, 26 de agosto de 2022, p. 7, Faleceu o padre José Pereira, ABM.
- Jornal da Madeira, 4 de dezembro de 1960, p. 1, Decreto sobre a atualização das Paróquias, ABM.
- Diário do Governo N° 216, Lisboa, 18 de setembro de 1931, Coimas ao aliciamento da emigração clandestina, DRE.
- O Jornal “A Voz do Trabalhador” Lisboa, outubro de 1974, peça de teatro em verso - A terra do Senhorio para quem trabalha, por Júlia Ribeiro, C. P.
- Panfleto de informação popular, fevereiro de 1985, Portugal Informado Madeira desinformada, Arquivo do CCCS-RS.
- Revista DN, 25 de fevereiro – a 3 de março 2007, O último colono, Funchal, DN Madeira N° 42552.

- Revista Islenha nº 42, 2008, A Água de Regadio na Lombada da Ponta do Sol: Conflitos e Discórdias na Levada do Moinho, Funchal, DRAC, ABM.
- Revista Islenha Nº 49, 2011, A Revolta do Leite – Madeira 1936, Funchal. DRAC.

Referências online

- ✓ Etimologia de romagem, in *Dicionário de Português*, disponível em <<https://www.dicionario.info/romagem/>>, [consultado a 12 de janeiro de 2023].
- ✓ Instrumentos musicais de corda centenares, in blogue *senso&consenso*. Disponível em <<https://sensoconsenso.blogspot.com/search?q=Septeto+Dr.+Passos+de+Freitas>>, [consultada em 20 outubro de 2021].
- ✓ Sesmarias, in *toda a matéria*, disponível em <https://www.todamateria.com.br/sesmarias/>, [consultado em 10 de julho de 2023].
- ✓ O aforamento, ou emprazamento, in *E-DICIONÁRIO*, disponível em <<https://edittip.net/category/aforamento/>>, [consultado a 10 de janeiro de 2023].
- ✓ União dos Caseiros da Madeira doa espólio ao Arquivo Regional e Biblioteca Pública, in *rtp-Madeira*. Disponível em <https://www.rtp.pt/madeira/cultura/uniao-dos-caseiros-da-madeira-doa-espolio-ao-arquivo-regional-e-biblioteca-publica-_30069>, [consultado a 14 de dezembro de 2022].
- ✓ Longe vai o tempo em que os escravos cantavam para que o trabalho árduo e desumano fosse menos pesaroso. A ceifa, a vindima, a apanha da erva para o gado, foram sempre motivos para escapar uma cantiguinha, para que o tempo e a dureza da tarefa fossem mais brandos”. Cantigas de trabalho, in *Regionalização do Currículo de Educação Musical do 2º Ciclo do Ensino Básico*, Disponível em <<https://regionalizacao-educacaoartistica.madeira.gov.pt/conteudo/CDROM/cantigastrabalho.html>>, [consultado em 11 de janeiro de 2023].
- ✓ Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários, in *observatório da emigração – Marinho Antunes*. Disponível em <

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224257153O5iFM4jp3Cy32UN4.pdf>],
[consultado em 10 dezembro 2021].

- ✓ Cantigas de trabalho, in *Regionalização do Currículo de Educação Musical do 2º Ciclo do Ensino Básico*, Disponível em <<https://regionalizacao-educacaoartistica.madeira.gov.pt/conteudo/CDROM/cantigastrabalho.html>>, [consultado em 11 de janeiro de 2023].
- ✓ Canção do emigrante, in *Cancioneiro de romagem da Ribeira Seca*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=XZdGh-WXKzM>>, [consultado em 22 de janeiro 2022].
- ✓ Romagem da Festa da Senhora 2017, in *Watch/Facebook*. Disponível em <<https://www.facebook.com/ribeirasecamachico/videos/850053375144339>>, [consultado em 25 de junho de 2022].
- ✓ Forte de Nossa Senhora do Amparo (Machico), in *Elucidário Madeirense*, volume segundo, F- N. Disponível em < <https://loja.madeira.gov.pt/product/elucidario-madeirense-3-volumes/> >, [consultado em 16 de fevereiro de 2023].
- ✓ Teologia da Libertação, in *DI – Dicionário Informal*. Disponível em <<https://www.dicionarioinformal.com.br/teologia+da+liberta%E7%E3o/>>, [consultado em 27 de fevereiro de 2023].
- ✓ OS PADRES DO POMBAL: Memória de uma primavera na Igreja, in blogue *senso&consenso* <<https://sensoconsenso.blogspot.com/2016/07/os-padres-do-pombal-memoria-de-uma.html>>, [consultado em 17 de janeiro de 2022].
- ✓ PIDE – Foi criada 1945 como polícia política internacional, sucedendo à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), por sua vez criada em 1933, em substituição de outras organizações anteriores, constituídas depois de 28 de Maio de 1926. In *Glossário* 25 de Abril. Disponível em < <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/774> >, [consultado em 10 de março de 2022].

- ✓ Instalação da Biblioteca Municipal de Machico em 1964, in *CM Cultura Madeira*. Disponível em <https://cultura.madeira.gov.pt/pesquisa.html?searchword=biblioteca%20municipal%20de%20machico&searchphrase=al>, [consultado em 21 de outubro de 2021].
- ✓ Missão da Biblioteca Pública, in *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994*. Disponível em <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf> , [consultado em 21 de outubro de 2021].
- ✓ Ribeira Seca assinalou 34 anos de intervenção policial na igreja, in *Funchal Noticias*. Disponível em <https://funchalnoticias.net/2019/02/28/ribeira-seca-assinalou-ontem-34-anos-de-intervencao-policial-na-igreja/>, [consultado em 9 de novembro de 2021].
- ✓ Gratidão e Partilha: “Estamos Juntos”!., in *blogue senso&consenso*. Disponível em <https://sensoconsenso.blogspot.com/2023/02/gratidao-e-partilha-estamos-juntos.html>, [consultado em 13 de fevereiro de 2023].
- ✓ A canção do cancionero de romagem mais popular, in *NAMINHATERRA TV*. Disponível em <https://naminhaterra.com/live.php?evento=4411&act=video&clip=de4c3cf7>, [consultado em 7 de novembro 2022].

Anexos

Anexo 1 - Entrevistas

Anexo 1.1 – Entrevista com Josefina Melim, 66 anos

Meio utilizado: Telemóvel com câmara e gravação

Duração: 14 minutos e sete segundos

Local: Centro Cívico Cultural e Social - Ribeira Seca, 25 de fevereiro de 2022

Elementos presentes: Josefina Melim e Entrevistador

Tema: Memória da colónia e do jornal «O Caseiro»

E: A Senhora Josefina participou nas ações de informação dos Caseiros. Que memórias guarda dessa altura?

JM: **Muitas. Guardo muitas memórias e ainda gostava de voltar a ler tantos panfletos que tenho que se chamava o “Caseiro” e ainda vou arranjar tempo para e vou rever toda essa história que se passou com os Caseiros. Tenho muita na minha memória. Mas os panfletos são a verdadeira história do que foi a luta dos Caseiros em Machico.**

E: Como eram organizadas na Ribeira Seca as contestações ou lutas dos colonos pela posse das terras?

JM: **Eram os próprios caseiros que reuniam, reuniam na... na igreja da Ribeira Seca, no salão, e depois essas reuniões alargaram-se a outras freguesias que, recordo muito bem, que um ano fomos reunir na Ponta Delgada com os Caseiros da Ponta Delgada. Reunimos num lagar.**

E: E o que é que se falava nessas reuniões?

JM: Era por causa... era a luta dos Caseiros. Porque os Caseiros trabalhavam e os Senhorios praticamente tomavam conta do que de melhor a terra dava. Era para os Senhorios. Os Caseiros cada vez ficavam mais pobres e com menos coisas nas prateleiras para poderem sobreviver. Porque os Caseiros... os Senhorios tomavam conta de tudo.

E: Nessa altura, há 60 ou 50 anos, existiam famílias consideradas numerosas, com muitos filhos para alimentar. Aquando das recolhas dos produtos da terra, os Senhorios tinham em conta o sustento da numerosa família do Caseiro?

JM: **Não. Não queriam saber da família que se tinha em casa, nem os Feitores. Eu recordo que no meu sítio, Moinho da Serra, havia um Feitor e no Lombo do Xeque**

havia outro. O do Moinho da Serra recebia em casa e o do Lombo do Xeque ia aos terrenos recolher os produtos. E, cheguei a presenciar cenas. A casa dos meus pais era junto à ribeira, perto da casa do Feitor. Cheguei a presenciar cenas de caseiros, do outro lado da ribeira, na levada, ir brigar com o Senhorio (Feitor) que vivia perto da casa do meu pai. Chamavam “Seu ladrão, tais a comer o comer dos meus filhos, seu ladrão...”. E, isso, eu era jovem. Eu sentia isso na pele, apesar do meu pai não ter terrenos de senhorios, mas a gente via o quanto as pessoas sofriam. Trabalhar para dar aos senhorios e os filhos a passar fome.

E: Qual era a relação que o Feitor tinha com o Senhorio?

JM: O Feitor era aquele, aquela pessoa privilegiada que, por vezes, também parte era para ele, o Feitor. E, claro que o Senhorio tinha interesse em assegurar muito bem um Feitor destes, que lhe levava tudo que ele precisava. Agora, esqueciam as famílias numerosas que fica em casa e que não tinham para dar de comer aos filhos e que tanto, que tanto trabalhava.

E: Então, o Feitor era um representante do Senhorio?

JM: Sim. Sim, era um representado do Senhorio.

E: Depois do 25 de Abril as coisas mudaram. Como foram organizadas as reivindicações pelo justo valor da produção da cana sacarina?

JM: **Eu sei que reunimos. Houve manifestações e foram ao engenho. Eu nunca fui. Mas, na altura, eles discutiram os preços e parece que tavam acertar para 25 cêntimos. Não cêntimos, eh... 25 cêntim... Não era escudos também. Não, eh... 25 cêntimos, 25 cêntimos ao quilo, ao quilo a cana sacarina. Era isso, que eles estavam a acertar. Não sei, agora neste momento, não me recordo bem qual o preço que foi, que ficou fixado entre o produtor e comprador.**

E: Então, os produtores da Ribeira Seca mobilizaram-se? E onde se manifestaram?

JM: **Sim. Manifestaram-se e foram ter até o engenho do Hinton, ao Funchal. Manifestaram-se as pessoas e foram de camionetas. Lembro de uma vez sair de junto da igreja da Ribeira Seca quatro camionetas de pessoas para o engenho reivindicar o direito do preço das canas, o valor da cana sacarina.**

E: Recorda-se da altura em que foi abolida a regime da colonia? E que medidas os Caseiros tomaram?

JM: Claro que as pessoas viveram essa... essa azáfama. Toda a gente foi tratar da papelada. Havia alguém na Ribeira Seca que tratava disso. A Alice Franco e a Conceição Gomes começaram a preencher papeis para ir para tribunal, para isso ser resolvido em tribunal. Isso deveria ser em que altura? O meu marido ainda era vivo! Eh...espera, espera...em 78, 79...78, 79. Já era casada. Foi em 78, 79...eu já tinha o meu filho.

E: Como foi o processo de compra e da legalização das terras?

JM: Para legalizar os seus terrenos compraram. Bem poucos os Caseiros compraram, porque eram muitos anos que já estavam a trabalhar. Eu acho que a posse do terreno e o trabalho, e tudo aquilo que o Caseiro trabalhou para o Senhorio foi o suficiente em contrapartida ao pagamento dos terrenos. Até a minha sogra, na altura precisou de legalizar os terrenos e quando foi legalizar os terrenos... os terrenos nem tinha nome do Senhorio. E a minha sogra... teve tantos anos a dar a papada do porco, a melhor galinha e tudo o que a terra dava de melhor ao Senhorio. A minha sogra quando foi legalizar o terreno não tinha Senhorio.

E: No seu tempo de infância, já não havia moinhos na Ribeira Seca para moer o trigo e o milho. Onde iam moer os cereais?

JM: Havia máquinas para debulhar o trigo. E depois, para moer, havia um moinho no fundo dos Maroços... no fundo dos Maroços havia lá um moinho. Então iam lá moer o trigo e milho.

E: Mas, consta que perto do seu sítio (Moinho da Serra) existiu um moinho onde a população da Ribeira Seca se dirigia, para fazer a moagem do trigo. Recorda-se ou tem alguma memória desse tempo?

JM: Tenho uma vaga memória dir porque o moinho ficava, fica mesmo frente da casa dos meus pais. Então tenho uma vaga ideia de ver as pessoas chegarem lá com os sacos às costas para moer. Mas, ainda me recordo que havia um moinho no sítio dooo... da... não é do Pinheiro... havia lá em baixo ao pé da Padaria Fé e Luz. Lá havia um moinho que ainda está de pé, as telhas já estão caídas, mas ainda se mantem. Lembro de ir lá moer milho, que pertencia ao Manuel Melim.

E: E o moinho que ficava perto da sua casa, a quem pertencia?

JM: Também era da família dos Melins. Era da mesma família dos Melins. Eram primos. O Melim da... da Terra da Vinha, porque lá em baixo se chama Terra da Vinha, eram ainda primos do Melim do Moinho da Serra. Mas, primeiro, foi o moinho do sítio do Moinho da Serra. E, depois... então passou para outro familiar que tomou conta. Ainda me lembra ir lá e moer. Era criança e eu aparava assim, aparava com as minhas mãos quando começava a moer.

E: Pelas nossas pesquisas, sabemos que fez muitos versos de romagem. A questão que lhe coloco é a seguinte. Em que se inspirava para fazer as quadras, os versos para a romagem do seu sítio?

JM: Eu era mais para as fardas (indumentária). Mas os versos eram tirados mais em grupo, mas ali em grupo. Havia uma vizinha entravadinha... havia uma vizinha entravadinha que ela acolhia as pessoas ali, em sua casa, e tiravam os versos em grupo. Os versos, antes da vinda do padre Martins para Ribeira Seca (1969) eram tirados... eram inspirados na bananeira que se louvava na romagem. Era no cesto das cebolas e nas abóboras. Era na... no sino da igreja, na cruz que se tinha na igreja. Era nisso tudo. Depois da vinda do padre Martins estávamos noites inteiras a preparar as romagens do verão. Então, o padre Martins alertou-nos o porquê de não dedicarmos uma canção à Senhora do Amparo. Então, porque não reclamar à Senhora do Amparo o porquê de não termos água, não termos luz, não termos estradas? E, foi aí que o povo despertou. Aí o povo despertou! Isso foi o acordar fundamental para o processo cultural da Ribeira Seca e Machico. E aí começamos a despertar. A senhora do Amparo... as pessoas começaram a se queixar em verso que não tinham água, não tinham luz e que as pessoas bebiam água da levada. Começaram a se queixar de tudo isso. E, não é por acaso que sempre disse e digo, o padre Martins conseguiu revolucionar Machico da serra ao mar, cantando. E foi cantando que se envolveu toda a luta do povo de Machico.

Fizemos uma ponte (abaixo da igreja) com tantos problemas, tanto massacre por parte da Câmara que não nos permitia, não nos dava autorização para fazer a ponte. Cantamos, lutando era lutando...

E: Na altura, inspiravam-se nas necessidades existentes, para compor os versos das romagens?

JM: Era... era tudo isso. E, depois as pessoas vibravam porque havia aquela necessidade de as pessoas crescer pra sociedade. E, isso foi muito importante para a Ribeira Seca e pra Machico.

E: Então, das suas palavras, depreende-se que todas as reivindicações do povo da Ribeira Seca, foram importantes para a sua mudança cultural?

JM: Sem dúvida nenhuma, sem dúvida nenhuma. E, depois as nossas lutas foram mais alargadas. Recordo que a primeira manifestação que fizemos foi em apoio os trabalhadores da Grão Pará, por causa de ordenados em atraso, por causa de reivindicações que não tinham, por causa de uma folga de serviço, porque não havia folgas. Não havia fins de semana e isso alargou-se. Houve toda uma luta que se ampliou na Madeira, nessa altura. Não é por acaso que, Alberto João, sempre é nos pões de parte.

Anexo 1.2 – Entrevista com João Joaquim, 89 anos.

Meio utilizado: Telemóvel com câmara e gravação

Duração: 10 minutos e 18 segundos

Local: Sítio do Lombo do xeque, 7 de novembro de 2021

Elementos presentes: João Joaquim e Entrevistador

Tema: Causas da emigração clandestina

E: Sempre viveu na Ribeira Seca?

JJ: Na Ribeira Seca, depois que nasci sempre na Ribeira Seca.

E: Na sua infância, onde ficava a escola? Tinha tempo para estudar?

JJ: Ora estudei, foi estudar depois dos 16 anos para cima, assim mesmo, e... e estudava aqui dentro no Amparo... duma, duma, duma escola ah...com um candieiro...com candieiro a petrol e estudava-se aqui dentro da escola, mas era à noite. Porque de dia era para se trabalhar enquanto fosse de dia. Então havia uma professora que dava escola.

E: Por que foi aprender a ler e a escrever à noite?

JJ: Porque meu pai não deixava, porque se tinha trabalho para fazer, cáde não, não se comia. Para comer uma hortaliça, uma couve ou coisa assim...tinha-se que trabalhar todos os dias.

E: Então o senhor João, antes de ir para a escola, tinha que primeiro lavrar a terra dos seus pais?

JJ: Trabalhava o dia na agricultura e, trabalhos, criar gados, cavar e plantar e acartar adubos para os terrenos e lenha para se cozer o comer ... mais, e mais e mais, e nunca dava para a nossa vida.

E: Sendo assim, as pessoas tiveram que arranjar maneiras para viver. Muitas tiveram que recorrer à emigração clandestina. O Senhor João também emigrou?

JJ: Foi o que me aconteceu. Apareceu uma emigração para o estrangeiro, para a França e eu fugi, fugi, porque eles não autorizavam. As nossas autoridades não autorizavam para se caminhar daqui. O governo não deixava. E, então, fui fugido de noite daqui para Lisboa, de Lisboa sempre de noite pelas montanhas.

E: Encontrou melhores condições de vida nesse país?

JJ: Antão lá já mudou, gostei muito da França, porque foi um país muito diferente daqui da nossa ilha da Madeira. Portanto, eu vivi lá, tive lá 20 anos. Aí já matei mais a fome e à família. Prontes, a vida é assim. Agora, uma coisa é certo, a gente aqui só se tinha era miséria, trabalhava-se e nunca se enchia a barriga. Prontes!

E: O senhor João emigrou sem a família. Como foram esses tempos sem a companhia da mulher e dos filhos?

JJ: A minha mulher foi lá de férias. Passou lá três anos, mas não trabalhou. Só passou lá três anos na minha companhia e, adepois, tive que vir para aqui. Tinha um pequeno trabalho que era no Posto de Leite. Desanatar... o leite e ela trabalhava nesse Posto, então, ela teve que vir para cá, que os patrões já nã admitiam mais que ela tivesse lá, não podia lá tar.

E: Durante esses três anos, a sua mulher escreveu uns versos sobre a emigração, a saudade da ilha e as dificuldades do emigrante. Então a esposa pode nos ler?

1. A França é a terra boa
Como muita gente diz
Mas sinto-me mais alegre
Vivendo no meu país.

2. Vou falar do imigrante
Que é a vida que me fadia
Saudades da minha terra
Da minha aldeia querida

3. Nesta terra que é madrasta
Tão longe, muito distante
Vais sofrendo a sua vida
O pobre do imigrante

4. Não deixo de lamentar
A vida que me rodeia
Tão longe da minha terra
Vivendo na terra alheia.

5. Estes nossos emigrantes
Dizem com muita razão
Vem ganhar o pão da vida
Longe da sua Nação.

6. Os anos foram passando
Vivendo a trabalhar
Sempre com grande esperança
Para a vida melhorar.

7. Ao pensar na sua terra
Dá-lhe pena de chorar
O dinheiro nunca chega
Para poder regressar.

8. O sol que me rodeia
Sobre a terra anda aquecer
O cantinho onde nasci
Nunca áde esquecer.

9. Minha terra tão querida
Tenho pena em te deixar
E andar assim distante
No mundo a trabalhar.

10. Deus é pai e criador
O mundo é admirado
Se tu tens estas maravilhas
Do trabalho foi formado.

11. O trabalho dá alegria
Das coisas maravilhosas
Das plantas do Jardins
Dos cravos e das lindas rosas.

12. Na vida de cada dia
O trabalho é uma virtudo
Faz coisas maravilhosas
Por toda a parte do mundo.

13. Vai vivendo em esperança
O tempo sempre a passar
Esperando qual é o dia
Que vai tornar a voltar.

14. Leva alegria no rosto
Alma cheia de vida
Vou passar as minhas férias
Há minha terra querida.

15. O tempo passa depressa
Com a família falar
Já pensando qual é o dia
Que vai tornar a voltar.

16. De novo deixa alegria
A saudade vai consigo
Ao se despedir da família
Fica todo comovido.

17. De novo parte o emigrante
Com a dor no coração
Despede-se da família
Seguindo para o avião.

18. Consigo levar saudade
Diz adeus até voltar
Quando entra no avião
Fica a família a chorar.

19. Com amor à minha terra
Aide voltar com certeza
O berço que me embalou
Foi a terra portuguesa.

20. Sei trabalho nada é feito
Podemos imaginar
O mundo nada seria
Sem o homem trabalhar.

21. Tudo se acaba com a morte
Pensando desta maneira
Sou português emigrante
Não troco a minha bandeira.

22. Dar valor a quem merece
É o dever do cidadão
Vivas à Ribeira Seca
Sítio do meu coração.

23. Sítio da Ribeira Seca
Terra de luta e canseira
És a aldeia mais bonita
Cá da Ilha da Madeira.

24. Minha terra é Madeira
Já vos dei a direção
Freguesia de Machico
Da paróquia do Salão.

E: Então, Senhor João, o que é que esses versos lhe dizem?

JJ: Olhe, foi o meu caso. Tive que emigrar também e, então, como já disse senti-me melhor um pouco.

E: Quanto emigrou nos anos 70 do século passado, ainda, se vivia o regime da colónia. Imigrar era a opção mais ajustada para que as pessoas pudessem melhorar vida?

JJ: Sim. Eh...estive lá uma média de 20 anos, mesmo 20 anos, em França.

E: Porque voltou à sua terra?

JJ: Eh... regresssei já tinha um dinheirinho de sobra, uma coisinha de dinheiro, poque nã assim. já se comprava melhor um pão. E antão aí trabalhei no que é meu, e criava um bichinho e passei o resto da vida na agricultura.

Anexo 1.3 – Entrevista com António Nunes, 79 anos

Meio utilizado: Telemóvel com câmara e gravação

Duração: 9 minutos e 11 segundos

Local: sítio do Pastel, 10 de abril de 2022

Elementos presentes: António Nunes e Entrevistador

Tema: O Posto do Leite na Revolta de 1936

E: O Sr. António foi funcionário de um posto de leite na Ribeira Seca. Onde ficava situado?

AN: Ficava, ficava ali baixo que era que se chamava o António Ribeiro, que pertence ao.... pertence ao...ao coisa. Aqui mesmo da ribeira prá cá... da ribeira para cá. Pertence como se diz, não era o Poço do Gil. Aqui a... sítio da Ribeira Seca, eh... sítio da igreja.

E: E quantos Posto de Leite existiam para além desse? E, onde se localizavam?

AN: Ora que eu conhecia, eh... mais três, mais três. Um ficava no Poço do Gil, que era o Senhor Carlinhos que tava na mácna e o outro havia aquela na... aquela na Júlia, a Júlia, que trabalhou comigo, do Lombo do Xeque. Um outro, esse tal, que tava lá em baixo, que já não sei dizer se era ou se não era.

E: Com que idade iniciou esse trabalho no Posto de Leite?

AN: Aos 14 anos, eh... 13 ou 14. Tinha, por exemplo... nasci em 43, 43. Por volta de 1957. Foi render um senhor que foi para o Brasil, que era o coisa que tava trabalhando com a... o senhor António Ribeiro e a filha trabalhava. Eu, depois, foi render esse que foi para o Brasil, esse rapaz, foi para o Brasil. E, eu, comecei a levantar o lugar dele.

E: Recorda-se para que fábrica de leite trabalhou?

AN: Olhe... não! Eu trabalhava era para o coisa. Trabalhava ali... Os que tinham o leite, as pessoas (produtores) que tinham o leite do... de vaca pra coisa levavam (traziam para o Posto de Leite). A gente media-se esse leite. Esse leite era feito (usado) ainda para fazer manteiga e daí a coisa (o leite) corria num fio, que eu puxava à mácna e tínhamos pratos de uma panela por cima de coisa (da máquina), eh ... que se deitava (se enchia). Pegava-se nos baldos, no baldo que tinha medido. Aquilo era medido, desde um decilitro a dois

litros. Havia aqueles canecos, aqueles canecos eh... era de alumínio. Já nessa altura havia alumínio. Depois eu pegava nos baldes pra cima (para encher a panela de leite).

A macna tinha duas bicas: Uma era para sair o soro para o cliente trazer para casa e a outra era para uma vasilha grande encher de natas, natas que tirava do coisa (leite). E a depois, no fim, eh... quande era mais ou menos 9 horas e meia, 10 horas, tava o leite dos fregueses lá todo. O coisa, o acarta a nata, já estava à espera para a levar a vasilha da nata às costas para baixo, para casa o Luisinho, pá vilha... pá vilha (para a vila de Machico). Ele levava uma vasilha de coisa (nata), não sei de quantos litros. Bem, a Júlia (Júlia Ribeiro) mais depressa sabia (soubesse) que eu. Eu era de puxar a mácna e coisa, e ela, era de apontar aos clientes. Tinha uma folha de papel «o rol do leite» pra apontar os litros: 2 litros, 3 litros, 4 litros, 5 litros, 6 litros de leite e coisa. Até se tivesse um ...um decilitro também era apontado. E, aquilo prontos. Eh... trabalhava-se ali e depois aquilo era... quando acabava os clientes.

Eu arriava as vasilhas da mácna e quande aviava do coisa... começava-se a lavar com água quente e tava uma panela a cozer na casa do senhor António, aquecer na casa do senhor António Ribeiro e trazia pra Posto, que ficava mesmo encostado. Começava a lavar e ela, a júlia Ribeiro, começava a somar as quantidades do coisa e metia no papelinho os litros de leite. De mês a mês vinha o Zezinho do leite (funcionário administrativo da empresa em Machico) pagar ao pessoal.

E: Nem todo o leite do mês era pago ao mesmo preço aos produtores. Como era feita essa diferenciação?

AN: Não, era igual. Agora, não pagavam ao mesmo preço? Eu vou dizer uma coisa que talvez alguém faz confusão. Proque se eu tinha dois litros de leite, dois litros de leite, o preço era todo igual, o preço era todo igual. Ora, quem aceitava (trazia) mais e que tivesse 5 litros de coisa (leite) não que dizer que fosse os dois (preços). Não se marcava, que um fosse mais caro ou mais barato, não senhor! Quer fosse 2 litros, quer fosse 5 o preço era o mesmo.

E: Apesar de o leite ser mal pago, a maioria das famílias da Ribeira Seca criava vacas de leite. Porque motivos?

AN: **Era o pão de cada dia! Era o pão de cada dia! Não havia trabalhos de ganho, não havia coisa (dinheiro)...eram vacas que, as vacas... E as pessoas apanham comida (erva) para as vacas darem um pedacinho de leite para o povo poder viver.**

E: Quando chegava ao fim do mês o Sr. António recebi o seu ordenado das mãos desse senhor Zezinho. Esse senhor trabalhava para a mesma fábrica?

AN: Isso era prá Ajuda, mas espera. Prá Ajuda... prá Ajuda, lá prá o Funchal. Esse senhor Zezinho dava também a ferramenta. Vinha tudo dele, e o dinheiro também. O Zezinho morava lá em baixo na vilha (vila de Machico). E, às vezes, era preciso coisas para a mácna, enfim. Eu ia lá buscar, também o que era preciso.

A fim do mês tocava buzo (búzio) para os clientes saber que havia pagamento. Eles já sabiam. Ele trazia o dinheirinho e ia pagando. Tinha... tava tudo somado, quantos litros dava e, ele, a que fazia o pagamento.

E: Quando o senhor António tocava o búzio para o pagamento, havia algum toque especial?

AN: Não. Quem tocava o buzo para o pagamento era o senhor António Ribeiro, o dono do Posto. Não sei se era dono... se era dono! Ele morava lá e a mácna era dele. Ele tinha um toque especial e as pessoas vinham todas ao coisa (ao Posto). Já sabiam. Olha, já chegou o dinheiro e tudo vinha atrás uns dos outros, por aqui e por acolá.

E: Em 1936 muitos camponeses se juntaram à Revolta do Leite. Chegou a conhecer alguém da Ribeira Seca, que tivesse aderido e por isso ter sido preso?

AN: **O meu pai foi um, mas não foi preso. É que descia, descia.... Estava a revolução ali no Posto do Leite do Carlinhos, no Poço do Gil, estava lá a coisa. O meu pai vinha com um molhinho. Tinha-se um poio lá em baixo e morava-se aqui dentro. E o meu pai vinha mais a minha mãe com um molhinho de milheiros para a vaca, pra trazer para a vaca. Mas o meu Pai não sabia de nada. Chegou lá e não deixaram o meu pai passar e as pessoas revoltadas disseram-lhe – aqui não passas, e jogaram-lhe o molho em cima da parede. Depois, chegou a polícia, começou aquela greve. O meu pai contava que foram alguns presos e naquilo, naquela confusão o meu pai pega no seu molhinho erva e veio embora. Disse que alguns foram presos. Mas o meu pai não fez revolução.**

Anexo 1.4 – Entrevista a Juvelina Gomes, 73 anos

Meio utilizado: Telemóvel com câmara e gravação

Duração: 11 minutos e 22 segundos

Local: sítio da Fazenda, 18 de outubro de 2021

Elementos presentes: Juvelina Gomes e Entrevistador

Tema: A Escola do Amparo – Um retrato social dos anos 70

E: Como foi a sua experiência de professora na Escola do Amparo?

JG: Chamo-me juvelina e sou professora reformada do 1º Ciclo. Foi uma das 19 privilegiadas que em 1968 concluiu o magistério primário, há precisamente 53 anos. Comecei a lecionar pela primeira vez na escola da Ribeira Seca. Permaneci neste local durante 34 anos. Era um meio rural com palheiros espalhados pelas encostas e com muitos terrenos cultivados. A maior parte das pessoas dedicava-se à agricultura de subsistência e apoiava-se do trabalho das crianças e dos jovens para sobreviver. Era preciso levar o leite à máquina, ajudar a regar e apanhar erva ao gado. Os recursos económicos das famílias eram fracos e a eles somavam-se a incidência do analfabetismo e as carências culturais que eram uma agravante de peso no abandono, nas faltas frequentes e no insucesso escolar. Não havia motivação nem gosto pelos estudos porque não viam utilidade da formação académica. As crianças chegavam à escola evidenciando sinais de pobreza. Vinham descalças trazendo uma bolsa de pano a tiracolo e dentro os livros gastos e usados pelos irmãos, primos e vizinhos. A roupa de verão era a mesma do inverno.

E: Nesses tempos difíceis, que dificuldades encontrou para motivar os alunos?

JG: Não havia um edifício escolar. As aulas eram ministradas em quartos adaptados sem luz elétrica e nem casas de banho. Ainda existia uma retrete sem porta e um quintal para recreio. Foi-me atribuído o quarto piso inferior da Capela do Amparo, antigo pequeno Solar, antigo pequeno Solar. A luminosidade era pouca e havia duas filas de carteiras de plano inclinado onde se sentavam três alunos em cada uma. As turmas tinham sempre mais 30 alunos e muitas vezes duas, três e quatro classes. Era difícil exercer a minha atividade. Não havia material de apoio para aprendizagem, apenas, uma caixa métrica e um quadro preto. Com os meus conhecimentos em didática, pedagogia e psicologia aplicada e com a formação da mocidade portuguesa eu tinha elaborado um planisférico com letras de cartolina e bolas de diversos tamanhos e cores para a composição dos

miúdos. Recordo-me que o lápis parecia um estilete de ferro nos dedos frágeis dos meus pequeninos. Mas os que aprendiam entre fevereiro e março já sabiam ler.

Não muito distante deste estabelecimento funcionava sempre em regime duplo um outro quarto de uma senhora de uma casa particular, cuja proprietária batia de vez em quando no soalho para não fazer ruído. Na hora do recreio os alunos serão mandados para a vereda brincar.

Não havia planeamento familiar e a população escolar era numerosa. Segundo registo cronológico eram 450 crianças nos anos 80. Os pais estavam descontentes e revoltados porque os seus filhos completavam sete anos e não entravam na escola. Então, o pároco cedeu o salão paroquial para servir de sala de aulas, que funcionava em regime triplo: das 9:00 às 12:00, das 12:00 às 15:00 e das 15:00 às 18:00. Se havia funeral recebíamos ordem para silêncio absoluto.

O ensino era livresco quase baseado em escrever, ler e contar. Vigorava a trilogia - Deus, Pátria e Família. As atividades extracurriculares não existiam e o teatro e os diálogos eram improvisados com os textos do manual. Como educação gera educação e a pobreza gera pobreza o rendimento familiar acaba sempre por condicionar o prosseguimento dos estudos. Sei, que muitos dos meus alunos ficaram pelo caminho na sua carreira escolar, por ausência de expectativas e por falta de condições. Não havia qualidade de vida nem uma habitação condigna.

Hoje, presto homenagem aos pais dos meus alunos pela sua capacidade de resiliência e pela habilidade que tiveram em transformar pedras em pão e por mais que as sabedorias mudaram a tristeza em alegria de viver.

Anexo 1.5 – Entrevista com Irene Henle, 68 anos

Meio utilizado: Correio eletrónico

Duração: Não registada

Local: Rutesheim, Alemanha, 09 de setembro de 2021

Tema: A Escola da Caçarola – Um sobrado de memórias

E: Que memória guarda da sala de aula num sobrado de uma velha habitação, na Ribeira Seca, e da realidade social e económica em que os seus alunos estavam inseridos?

IH: **No ano letivo de 1972-73, trabalhei em regime de acumulação de atividade letiva, devido à falta de professores naquela época, na “Escola” da Ribeira Seca, em Machico. Era o meu primeiro ano profissional como professora “primária” (como então se chamava). Tive a terceira e quarta classes em conjunto, sendo a maioria dos alunos, todos rapazinhos, repetente naquelas classes (nome de então aos anos escolares).**

Escrevo “escola” entre aspas, porque o nome é demasiado sério e pomposo para a realidade daquele tempo.

Era o quarto único do sobrado de uma velha habitação. A dona desta pobre casa, uma velhinha viúva, vivia no rés-do-chão. Para chegarmos a esta “escola”, situada no sítio do.....(já não me lembro do nome!) muitos dos meus alunos e eu tínhamos de percorrer quilómetros a pé por caminhos e atalhos em miseráveis condições, muitos perigosos. Chegados à escola, a velha senhora, trajada de preto e de lenço na cabeça, (o que lhe dava um ar sinistro), já nos esperava, de bordão na mão. As crianças tinham de estar muito quietas e caladas. Subíamos umas íngremes escadas feitas de pedra aprumada pela força de braços para entrarmos na “sala de aula”. A porta de madeira, estragada pelo tempo e pelo uso, tinha como fechadura um velho ferrolho (fui eu que pedi a um amigo carpinteiro para colocar lá uma fechadura que eu própria comprei).

Ao entrarmos na “sala de aula” o velho soalho carcomido e remendado com bocados de tábua, sobre o qual se encontravam quatro filas de velhas “carteiras de madeira”, nas quais os alunos se sentavam dois a dois, rangia e abanava.

Era então o momento em que a velhinha batia com o seu bordão no soalho, lá do rés-do-chão. – Fazíamos muito barulho ...

E: Passados estes 50 anos, como lembra os seus alunos?

IH: Lembro-me com emoção incontida dos olhos límpidos daqueles meninos concentrados em mim, silenciosos, educados, obedientes, tímidos. Eram crianças descalças, muitas pobremente vestidas, pobremente alimentadas, pobremente amadas. Filhos de famílias com muitas crianças e poucos recursos. Muitos pais (e mães) eram analfabetos. Uns trabalhavam arduamente como agricultores em terras de benfeitoria pertencentes a Senhorios que os exploravam sem piedade, outros eram trabalhadores assalariados mal pagos e que possuíam, pequenos canteiros “poios” onde praticavam uma agricultura de sobrevivência.

Muitos destes homens afogavam no vinho, nas tabernas, a miséria em que viviam, gastando o pouco dinheiro que tanta falta fazia às mães, cansadas de trabalho e de maus tratos, responsáveis pela casa e pelos muitos filhos e sem recursos próprios, que pediam “fiado” o resto do mês, para matarem a fome aos seus.

De regresso à nossa “escola”. A “sala de aula” tinha duas pequenas janelas, tão velhas como a casa, que deixavam entrar pouca luz, sobretudo nas tardes curtas e escuras do outono e inverno. Nesta sala não havia electricidade, assim como em toda a Ribeira Seca. Lembro-me de ter levado uma lâmpada eléctrica para explicar, no escuro, os eclipses ... materiais escolares não existiam, apenas um velho quadro a giz e os livros escolares que eram pagos pelos pais. Cabia ao professor a responsabilidade e o engenho de motivar os alunos para a aprendizagem, no cumprimento dos programas de então. Havia os exames de quarta classe, que correspondiam ao objetivo de escolaridade a atingir para a maioria dos pais das minhas crianças. Tinha 34 alunos.

Ah! A nossa “escola” não tinha casa de banho nem água potável nem outra. Havia uma latrina no exterior, no rés-do-chão, que pertencia também à velhinha e que era bem vigiada por ela.

O desinteresse das instituições escolares e governativas por esta região, a falta de edifícios escolares dignos desse nome e de infraestruturas como estradas e electricidade e a consequente falta de professores, aliados às fracas condições sócio-económicas e à ausência de formação cultural e académica dos pais dos alunos e do meio envolvente constituíam o principal travão para uma aprendizagem eficiente dos alunos e para o consequente aproveitamento escolar.

Crianças ainda, todos eles tinham de ajudar os pais e a família, trabalhando na agricultura, cuidando de animais (cabras, vacas), ficava pouco tempo para o estudo e para poderem sonhar com novos horizontes. Logo após o exame da quarta classe tinham de “procurar

um patrão” que lhes desse trabalho remunerado. Com 13, 14 ou 15 anos já trabalhavam na construção civil ou na agricultura por conta de outrem. O mísero salário iria ajudar a família a suprir algumas dificuldades e o círculo continuava desde o filho mais velho ao mais novo.

As meninas de quem ainda não falei, tive-as também como alunas, não tinham melhor sorte, nestas décadas.

Ajudavam nas lides da casa e a criar os irmãos mais pequenos. Tinham ainda que bordar ou trabalhar como “criadas” para ganhar o seu sustento e ajudar a família e ainda fazer o “dote” para o casamento que tinha que ser muito cedo. Muitas casavam ainda antes dos 18 anos. Também para elas a escolaridade limitava-se à frequência de quatro classes. Além da vida dura que viviam, eram ainda terrivelmente guardadas pelos pais e vigiadas por parentes e vizinhos. Tinham que se manter puras e virgens para o homem, futuro marido, quantas vezes encontrado pelo pai.

A possibilidade de seguir os estudos era quase nula e só poucas o conseguiram.

Foi neste “mundo” fechado ao mundo e ao desenvolvimento que gerações de homens e mulheres existiram e viveram, melhor sobreviveram neste canto da ilha da Madeira e em outros, nos quais o obscurantismo de um Regime cruel e desumano deixou marcas profundas nos olhos outrora límpidos.

O professor tinha um trabalho deveras difícil e tantas vezes inglório.

Era quase impossível convencer os pais destes meninos e meninas que eles e elas poderiam ter outras formas de vida, menos duras e precárias se continuassem os estudos.

O universo desta gente era limitado e ingrato de mais para poderem ver mais além.

Tu conseguiste, alguns, poucos também. Por esses sinto que valeu a pena.

Anexo 1.6 - Entrevista a Virgínia Vieira, 72 anos

Meio utilizado: Telemóvel com câmara e gravação

Duração: 9 minutos e 09 segundos

Local: CCCS-RS, 25 de fevereiro de 2022

Elementos presentes: Virgínia Franco e Entrevistador

Tema: A escola na igreja do Salão

E: Como se iniciou na Ribeira Seca a 4ª Classe para adultos?

VF: **Nasci num tempo de muitas dificuldades onde havia falta de tudo, principalmente escolas. Os meus pais ainda me deram escola até à quarta classe. Depois o senhor padre...depois do senhor padre (Martins) vir para a Ribeira Seca reuniu um grupo alunos que não chegaram a fazer a 4ªClasse. Então esses alunos vieram para a escola do Salão, do Salão, e deram a 4ªClasse com o senhor padre. Mais tarde o senhor padre deu o 1º e o 2º Ano e eu participei (frequentei). Depois quem quis continuar teve escola até o 9º Ano. Quem pode continuar acabou por se licenciar, como foram os casos de Conceição Gomes, em medicina, e Alice Franco, em advocacia, e, outros...**

E: Havia falta de salas de aula na Escola do Amparo? Como foi resolvido esse problema antes da construção da nova Escola?

VF: **Foi na igreja... na igreja da Ribeira Seca. O senhor padre cedeu um quarto da residência e lá se formou duas salas para adultos e, também, para crianças.**

E: Segundo o que apuramos preparou muitos adultos para fazer o exame da 4ªClasse. Como foi nessa altura essa experiência e, por quanto tempo se manteve?

VF: Sim. Era cada ano uns meses. Vinha (a autorização) sempre atrasada em relação ao calendário escolar normal. Quando era da direção escolar, não vinha na altura certa do início da escola normal. Vinha uns meses mais tarde. Então, eu, ia à noite dar a escola aos rapazes, que já eram rapazes... rapazes novos que saíram da escola com 15 anos e já iam trabalhar. Como não tinha a 4ªCalsse vieram comigo para fazer a 4ª Classe à noite. Dava escola das 7 da tarde, até as 10 da noite. Era sempre assim.

Para mim, foi uma experiência. Aprendi muito com eles, as ideias o que falavam. Eh, foi... foi um tempo para mim saudável, saudável.... e distraia. Eles falavam como se

fossemos mesmo família, nunca teve a mais pequenina (falta de respeito) de nenhum aluno.

E: Sabemos que muitos jovens saíam da escola sem a 4ª Classe. Quais as causas que levavam a essa situação?

VF: **Havia muitas crianças e havia poucas horas de escola. Aquelas que não deitavam atenção ficavam sempre repetentes. E, chegava-se aos 13 anos, já não tinham direito de estar na escola. Iam trabalhar. Depois, foi quando o senhor padre resolveu abrir a escola para os adultos e houve muita gente que fizeram (deram a 4ª Classe). O irmão (do padre Martins), o *Miguel*, também ensinou há noite e o senhor padre colaborava com esses alunos, que não tinham a 4ª Classe. Como a minha irmã, que só tinha a 3ª Classe, e uma prima minha e outros adultos. E, depois, isso terminou. Terminou por acolá.**

Meses mais tarde, foi quando o senhor padre resolveu abrir novamente a escola no Salão. Ainda, cheguei a ensinar com duas colegas, mas, as colegas desistiram e eu continuei.

E: Por quanto tempo vivenciou essa experiência de professora? E, em que altura?

VF: Penso que deveria ser por 2 ou 3 anos.

E: Em que ano?

VF: Depois da escola começar. Eh..., já não sei, não me lembro... antes do 25 Abril.

Foi em finais de 68, 69, depois do senhor padre vir para a Ribeira Seca. Já foi a partir da década de 70, talvez.

Quando eu terminava, era altura em que eles estavam mais ou menos preparados. Convidava as senhoras professoras para irem assistir ao exame, a fazer o exame eles (adultos). Êh... era a senhora professora Juvelina e uma da vila que se chamava a Banana, os pequenos há que diziam - esta é a Banana. Não sei bem quem era. Nessa altura não sabia quem era. Mas, depois conheci, porque foi à vila e conheci quem ela é. Ainda, é viva.

E: Qual era o sentimento dos seus alunos no dia em que faziam o exame da 4ª Classe?

VF: Tinham a preocupação de fazer certo para ficarem com o Diploma e manifestavam alegria. Ainda tive um homem com uns 60 anos, que era aquele, de-lá-de-lem, do

ovelhinha, que se chamava... que tinha um bar. Ele veio fazer a 4ª Classe. Tinha à beira de 60 anos, não sei quantos, mas tinha mais que 50, e ele veio fazer a 4ª Classe.

E: Nessa altura, no dia do exame da 4ª Classe do ensino normal, os alunos aprovados mostravam a sua alegria, lançando foguetes de canas. Essa tradição, também era cumprida com os seus?

VF: Não. Nunca davam foguetes. Tinha a 4ª Classe e era uma garantia que tinham em si. Muitos eram pessoas, rapazes que não tinham trabalho e com a 4ª Classe, nessa altura, eles ainda arranjavam.

E: Em que sentido o seu esforço e dedicação contribuiu para a prevenção e valorização social da Ribeira Seca?

VF: Sim. Mais desenvolvida. Sim, nessa altura, eles ficaram satisfeitos e eu também. Empenhei-me naquilo que melhor sabia para transmitir a eles. Já tinham a 4ª Classe e com o diploma já podiam pedir trabalho. Perguntavam-lhes qual era a sua escolaridade e eles diziam que já tinham a 4ª Classe.

Sim. Ficou mais evoluída a Ribeira Seca, a paróquia com o ensino para adultos. Os meus alunos diziam que não conseguiam lá dentro (na escola do Amparo) chegar à 4ª Classe, mas, aqui, na escola do Salão, conseguiam tirar. Era assim...

E: Quer acrescentar mais algum aspeto dessa sua experiência?

VF: Sim. Gostei muito de ensinar. Sempre que os encontrava cumprimentavam-me e falavam. Agora, que não os conheço... mas foi uma alegria para mim e um tempo de passar bem... de se esquecer dos problemas que eles tinham e ao conversar com eles sentia-me aliviada.

Anexo 1.7 – Entrevista com Lurdes Freitas, 73 anos

Meio utilizado: Telemóvel com câmara e gravação

Duração: 23 minutos e 57 segundos

Local: CCCS-RS, 11 de fevereiro de 2022

Elementos presentes: Lurdes Freitas e Entrevistador

Tema: O sino da memória na reivindicação da escola nova

E: Que memória guarda do velhinho sino da altura do 25 de Abril?

LF: A memória que guardo é que o sino dava o sinal, quando tínhamos que ir às lutas. O sino começava a tocar para chamar e reunir o povo. E daí, então, se reunia no adro da igreja da Ribeira Seca, para então irmos à vila de Machico, para lutar pelas nossas reivindicações.

E: De que forma o velhinho sino contribuiu para a construção da Escola Nova?

LF: O sino tocava para as nossas reivindicações, porque já se tinha (para além da escola do Amparo e da Caçarola) duas salas ocupadas na igreja para as crianças. Nessa altura elas tinham nove e dez anos. Não havia salas suficientes para caber as crianças. De forma que o sino tocava e a gente se organizava. Formamos eh... formamos uma comissão, para se lutar por uma escola nova.

Nessa altura era o Alexandre Teixeira, que era o presidente da Câmara e, como o senhor padre Martins lhe deixou o seu lugar na Câmara... deu ao senhor Alexandre, achava (o presidente da Câmara) que fosse cedido mais uma sala da casa paroquial, para fins da escola. Mas, como já tínhamos emprestado duas salas não íamos emprestar a terceira. Aí, nós pressionamos o senhor padre Martins para não ceder ao senhor presidente. Queríamos era uma escola nova.

O sino tocava e organizamos o povo e vinham ter ao adro da igreja. Nessa altura as pessoas contribuíram para se lutar. Dizemos que não se aluga mais, porque se nós vamos alugar mais uma sala nunca vamos ter escola nova. Então daí formamos uma comissão, fomos avisando a Câmara e lutamos pelas nossas reivindicações.

Tivemos uma escola nova com muito custo e sacrifício. Fomos muito ameaçados e, até for fim, já estávamos esgotadas da forma que o Governo e a Câmara atuavam. Diziam que sim, que sim, mas nunca nada. Começamos a organizar o povo até a Câmara e da Câmara... com as crianças juntas fomos ao

Governo no Funchal e as crianças começaram a gritar (exigindo uma escola nova). Mas, nessa ocasião a comissão entrou (na Junta Geral) e fomos falar com o senhor engenheiro Câmara, que se queríamos uma escola nova. Nisto, ele já tava com uma forma de chamar a polícia, para retirar a gente de... da sala para a rua.

Quando nessa... quando ele viu que, quando chegou umas camionetas da Ribeira Seca (com as crianças e pais) já não se o viu mais. Saiu por uma porta, que já não demos com ele. Antes de sair as crianças estavam sempre a gritar. Ele só dizia assim: O que é que as crianças vêm fazer? Só vêm sujar o adro!

E: Que palavras de ordem gritavam as crianças?

LF: “Queremos uma escola nova”; “queremos uma escola nova”. Ali estavam cerca de 400 crianças da escola da Ribeira Seca a protestar que não queriam escolas velhas. Havia cinco salas de aulas, contando com as duas da igreja, que era grave. Dispersas umas das outras onde as crianças não se uniam nem nos recreios, nem conviviam umas com as outras.

Depois o governo ao fazer a empreitada ia demorando a construir. Quando assim acontecia (várias vezes) nova luta começava até que o governo se viu obrigado arrumar quatro salas na parte de baixo (do novo edifício escolar) para se meter as crianças, mesmo com a obra em construção (o piso de cima). A obra continuava em construção e as crianças nas quatro salas ocupadas.

E: Mas, por que motivos a construção não seguiu um plano contínuo?

LF: Não havia falta de pessoal. Nessa altura havia pessoal para trabalhar. Era, para que eles se vingassem e amolassem (demorassem) para que a gente arrefecesse em andar lá em baixo, no Governo.

A gente vinha-se sempre aqui. Todas as semanas a comissão vinha cá ver o andamento da escola. Dava-se um prazo eles não faziam. Íamos ao governo. Chegava-se via-se que pouco avançava, até por fim, viram-se obrigados a construir e ficou concluída em 77, em princípios do ano.

E: E, como foi vivido pela população a chegada das máquinas escavadoras para iniciar o desaterro do novo edifício escolar?

LF: Foi vivido com muita alegria. Porque já se vimos que ia começar a escola e que a luta do povo deu resultado. Porque se não se fizesse aquela luta nunca mais se via escola pronta.

E: Segundo a nossa pesquisa a Senhora Lurdes foi uma cidadã muito interventiva nessas lutas. Como viu a igreja ter sido trancada e ocupada por polícias, em fevereiro de 1985?

LF: **Nessa altura, não se esperava essa coisa. Só que me lembra que quando se estava em casa, lembro que o senhor Francisquinho (Francisco Gomes) chamar «vamos para a nossa igreja que está a ser ocupada pela polícia». Viemos para a igreja e vimos a polícia lá em redor e não nos deixavam a gente lá passar. Perguntava-se o que é que os senhores (polícias) vêm para aqui fazer? Viemos cumprir o nosso dever. Então, começávamos a gritar «A igreja é do povo, o povo é de Deus o que vem faz a polícia na casa de Deus». Dentro dê-se verso... dentro disso. E, por fim, eles também achavam graça nas nossas palavras de ordem. Alguns deles animava o povo.**

A igreja foi trancada com barrotes frente ao presidente (CMM), o presidente Jorge Gomes e o Pe. Martinho que vieram cá e deram um assalto à igreja, levando com eles os livros de Baptismo e de Casamento. Deram um assalto e depois trancaram a igreja a martelo. Abarrotaram, deram um assalto, sob orientação do padre Martinho da igreja matriz de Machico, da polícia e do presidente da Câmara Municipal.

E: Antes de abarrotarem a porta da igreja o senhor bispo enviou sacerdotes para substituir o Pe. Martins. Como foi a reação do povo?

LF: A igreja era do povo e não se ia dar a outros ocupar. Na altura veio dois sacerdotes ... veio dois sacerdotes. O primeiro teve na Ribeira Seca. Foi o padre Luís Freitas e o outro senhor padre era dos carmelitas. Mas o povo não deixou. Eles entraram no adro até dentro da igreja. Entraram no adro com a polícia ali e chegaram ao altar para celebrar missa. As pessoas... havia divisões. Havia uns do lado oposto. Os que eram do oposto à nossa luta iam para a missa. O povo não deixou e eles se retiraram até que, o padre Luís, ficou muito chocado que pensava que o povo ia no aceitar, por já ter sido pároco da Ribeira Seca. Confessou que «não se esperava que o povo me fizesse isto». É verdade, foi muito estimado cá, mas, de qualquer maneira era uma traição que tavam a fazer ao povo.

E: Como atuou a polícia durante o tempo de ocupação?

LF: No princípio a gente chegava-se perto do adro e eramos corridas. A polícia deitava atrás da gente e nos íamos para o campo de futebol. Eles tavam sempre a correr as pessoas, porque as pessoas diziam que estamos no que é nosso e eles (polícias) diziam que tavam a cumprir o seu dever. Até que houve uma senhora que teimou, foi agarrada e levada ao posto da polícia, porque queria entrar no adro, para dentro, e agarraram e a senhora, Maria Viveiros, foi levada ao posto da polícia.

Em certa altura a gente já convivia com os polícias. A ocupação da igreja levou 18 dias... 18 dias e 18 noites, foram completas.

E: Como foi divulgada através dos meios de comunicação social regional a ocupação da igreja?

LF: Vieram jornalistas do Continente e vieram do Funchal, mas eles para deitar as notícias (os jornalistas da Madeira), não deitavam as notícias. Só os do Continente há que escreviam e sabia-se que vinha tudo... deitavam as notícias todas conforme ia seguindo. Os da Madeira não. Porque tinham receio do Alberto João, que nessa altura era o presidente e tomava conta de tudo e de todos. Era isso que o povo se revoltava dele. Uma pessoa tomar conta daquilo que não era seu, e nem sequer deixar os jornalistas fazer o seu trabalho, para que o mundo ficasse a saber o que se estava atravessando na Ribeira Seca!

E: Dizem que, enquanto decorreu a ocupação, a única pessoa que podia atravessar o adro da igreja era o carteiro. Lembra-se disso?

LF: Não... não, no começo não porque estava cercado. Veja, eles cercaram o adro. No início do o adro tinham piquetes da polícia. Depois, na porta da igreja, tinha outros piquetes e aí não se podia voltar, não se podia entrar. Até houve umas senhoras que se empurravam umas às outras e caíam no adro por causas dessas empurradelas.

E: Com a retirada da PSP houve outras retaliações por parte dos poderes instituídos na Região?

LF: Sei que... tirámos os barrotes da porta e voltamos à igreja e vigiamos aquelas veredas de dia e noite, uns cinco anos. A gente ocupamos, porque havia ameaças que iam vir, depois da polícia sair. A polícia saiu e ninguém sabe por que foi? Até, hoje, não nos contaram porque é que se retiraram do adro da igreja sem dar conhecimento. Nem na radio, nem ao povo da Ribeira Seca. Assim ficamos e ocupamos a igreja, porque havia

ameaças que iam deitar bombas. E como havia essas ameaças o povo teve que se assegurar para não explodirem a igreja, era a forma de matar o padre.

Os homens organizavam e faziam os seus piquetes e havia mulheres também que se juntou.... de noite. De dia ia-se para lá. As mulheres durante o dia iam para lá, sentavam-se afrente da igreja a bordar. Quem trabalha de dia à noite ocupava o seu posto de guarda. Era o meu caso, que trabalhava de dia e ia lá à noite. À noite a vigilância era reforçado pelos homens nas veredas de acesso à igreja. Uns ficavam à entrada do adro. Outros íamos para a vereda da Maria Vieira, em frente da coisa (figueiras) que havia. Outras vinham para ali, junto à venda do Gomes. Por ali poderiam (bombistas) subir por um lado ou por outro e largarem bombas. Era isso, que andávamos a fazer piquetes de vigilância para não acontecer nada à nossa igreja nem ao povo.

Havia sítios indicados para a vigia de cada dia. Cada dia tinha o seu sítio, porque o povo estava unido.

E: O Catecismo da autoria do senhor padre Martins para as crianças da paróquia, gerou polémica com a Diocese do Funchal. Lembra-se disso?

LF: **A primeira luta foi em 1974. A primeira luta na Igreja foi com senhor bispo Santana, por retirar a paróquia ao padre Martins. Em 1975, o padre Martins fez um Catecismo à maneira do povo e esse Catecismo tinha assim «Deus no meio do Povo» e o senhor bispo com aquilo pegou, queria que se retirasse o Catecismo. A gente dava-se catequese. Éramos catequistas e o Senhor padre dava a lição pela Bíblia e ensinava-se a lição às crianças. As parábolas dos Evangelhos eram catequese e dava-se oração, coisa.... mas ele (senhor bispo) pegou com isso.**

Na altura da primeira luta, ele ordenou a saída do padre Martins da paróquia e que lhe entregasse a chave da igreja. O padre Martins convocou o povo em plenário, em novembro desse ano, para informar da decisão do bispo. Nessa altura tinha-se povo, tinha-se mil ou mais pessoas no adro da igreja. Então, quando o padre Martins eh... levantava a mão para falar sobre a chave, o povo disse-lhe que não. Fique com a chave porque a casa (igreja) é nossa e o senhor padre não vai ao bispo. Nem ele (bispo) nem o Alberto João vão alterar uma decisão tomada pelo povo da Ribeira Seca, porque o povo não esqueceu que nem o Estado, nem a Diocese ajudaram em nada na construção da nossa igreja. Então, o povo mobilizou-se e fomos à Diocese do senhor bispo. Lembro-me que tivemos que arrumar camionetas e levamos cerca de 600 pessoas e, à frente da Diocese, no Passo Episcopal, gritamos

palavras de ordem para que o senhor bispo nos aceitasse. Aí tivemos a primeira derrota que a igreja nos deu. Então, como o senhor bispo não aceitava, não quis aceitar o povo e fomos gritando até que houve um paroquiano que assaltou a muralha do Paço Episcopal e abriu o portão. Olha... quando ele abriu o portão nós entramos por lá dentro. Foi a comissão em peso. O senhor bispo Santana viu-se perdido e recebeu a comissão e nós explicamos a razão que nos levou ali – porque é que quer deitá-lo (Pe. Martins) fora (da igreja)? Queremos o padre Martins e que mal é que ele lhe fez para agora, o senhor bispo, o retirar da gente. Ele escutou, ele escutou dizendo que «Deixa estar que vai ser resolvido». Saímos da sala, mas nada ficou resolvido. Foi, então, quando veio a polícia e cercou a Diocese para afastar o povo, atirando fogo. A mim, nunca tinha ouvido dizer de uma igreja religiosa, de um bispo religioso (católico) mandar buscar armas para atacar o povo!

E: Lembra-se de outra situação em que o velhinho sino tivesse sido determinante?

LF: Houve uma situação em que o sino também tocou. Foi quando o senhor padre Martins aban... saiu para o Continente. O sino tocou, tocou e o povo veio perguntar o que era. Depois, em nós, deu-nos uma lembrança pondo uma bandeira preta. Levantamos uma bandeira preta junto ao sino, para que o sino a tocar desse as badaladas de tristeza, de luto. Estávamos a fazer o luto pela saída do senhor padre Martins. Depois, uns dias mais tarde, o senhor padre regressou. Adivinhámos e fomos ao aeroporto à chegada dele. Foi outra vez um rebanho de pessoas, muita gente ao aeroporto e viemos todos a pé deste aeroporto até a Ribeira Seca com o senhor padre a tocar o cardeum. E, ficamos todos satisfeitos outra vez. O senhor padre regressar à casa que o povo lhe ofereceu, porque era dono de estar lá.

É um grande sino. Tocamos o sino da alegria e também tocamos o sino da tristeza quando o senhor padre saiu da... Nessa altura não era para... (ele voltar), mas o povo disse não... ele obedeceu e veio para cá.

Anexo 1.8 – Entrevista com Júlia Ribeiro, 81 anos

Meio utilizado: Telemóvel com câmara e gravação

Duração: 15 minutos e 16 segundos

Local: sítio do Lombo do Xeque, 7 de novembro de 2021

Elementos presentes: Júlia Ribeiro e Entrevistador

Tema: Cancioneiro de romagem no itinerário reivindicativo

E: Desde quando e durante quanto tempo fez versos para as romagens das festas do Santíssimo Sacramento e da Senhora do Amparo?

JR: Que me lembre, toda a vida. Para cada festa fazia versos dos sítios da... do Lombo do Xeque. E sempre na festa da Senhora. N festa do Senhor todos os versos foram eu que fazia. Também havia algumas pessoas que faziam alguns. Mas, a maioria, foi... era eu que fazia.

Também me lembra quando a juventude da Ribeira Seca fez a festa da Senhora, festa da Senhora. Eles tinham um arco muito lindo feito com muito trabalho e muita canseira, com ramos do campo. A juventude estava morta de trabalhar e os traidores da Câmara de Machico mandaram, acolálem, arrebentar o nosso arco. Não se deixou, não se podia viver com eles. Sempre aquela pressão em cima de nós, sempre aquela inveja que não deixavam a gente viver na Ribeira Seca. A Ribeira Seca, foi uma vítima das maiores.

E: Senhora Júlia, para que outro evento escreveu também versos?

JR: Olhe, eu comecei a escrever assim, desta maneira. Pensava e escrevia, notando num papelinho ou caderninho. Eh... dava um acontecimento, aí tava... prontes. Tinha aquilo de escrever.

E: De que falam os seus versos?

JR: De tantas coisas. Das lutas da paróquia, das lutas, das lutas da Câmara de tudo de toda a luta aqui na Ribeira. Aqui, eu escrevia e cantava os versos. Depois, cativava muito povo com os meus versos que eu fazia. Cativava muito povo. Falavam também da fome, da pobreza, do massacre que o povo tinha. Tinha-se falta de tanta coisa, de falta do pão para a boca. Falavam da miséria da colônia.

Tinha-se necessidade de melhorar a vida. Olhe no nosso caso. Fomos para Paris trabalhar. Tivemos que se entregar os terrenos aos Senhorios. Eles (Senhorios) eram

os donos do terreno. A gente só se trabalha na terra deles e eramos obrigados, mesmo obrigatório, lhes dar aquilo que gente trabalhava.

Depois, quando o 25 de Abril rebentou, olha, nunca mais entregamos nada a eles. Tudo tinha razão. Foi tudo assim. O povo tinha aquela sede do 25 de Abril de querer sair, querer se libertar daquele massacre que tinham. Era demais, eh... começamos. Prontes... nunca mais fomos para trás, sempre para a frente.

E: Existiram episódios, que são do conhecimento público, em que a PIDE proibiu os grupos das romagens de dançar e cantar também os seus versos? Como foram esses momentos?

JR: Olhe, esses momentos foram... eu cá por mim cantava. Porque tinha-se o trabalho, já se tinha ensaiado, perdido noites, cansada. Por mim cantava, mesmo que se fosse preso. Depois eu disse ao padre Martins no palco, eh... o padre Martins disse... não se canta porque está ali a PIDE, e vão levar, vão aprender a gente. Eu era a mais habilidosa e disse não. Trabalhamos vamos cantar.

E: Escreveu também versos para uma peça de teatro? Em que se inspirou e onde foi apresentada?

JR: Sim. Fiz os versos para a peça de teatro - O Senhorio, o Caseiro e o Senhor Doutor Juiz. O Juiz com as suas roupas de tribunal põe ordem nas discussões entre o Senhorio e o desgraçado do Caseiro, acusado de não entregar a devida quantia do vinho, das canas, do porco e das galinhas aquele engalgado (Senhorio). O povo encheu o adro da igreja do salão e eram palmas e mais palmas. Já se sabe, que Juiz tinha que impor orde, Ele, bem batia na mesa, mas nem sempre era respeitado. Quem fez de Juiz foi o meu vizinho, que já faleceu, o Agostinho Carvalho, que trabalhava no governo. E, foi assim!

E: Então, em que medida os seus versos, ou seja, as suas poesias, contribuíram para uma nova forma de pensar, agir e de ser da população da Ribeira Seca?

JR: Olhe, esses versos, as pessoas mais evoluídas como o padre Martins... eu já sabia uma letrinha e as pessoas, prontes. Mas sabe, não foi só eu que fiz versos, também pessoas fizeram versos para se cantar acolalém. Eh... eu, era um pedacinho mais atrevida e ia escrevendo e fazendo. O povo ia gostando e me aplaudindo. Contentei-me, foi seguindo sempre em frente e hoje em dia ainda tiro versos.

E: Mas, então, acha que os seus versos contribuíram para que o povo pensasse de outra forma e tornasse-se reivindicativo? Como é que isso foi?

JR: **Sim. Prontes. Eu também sofria da escravatura. Porque eu também tinha Senhorios. E trabalha para dar a eles. Daqui que começamos a lutar e a tirar versos contra o Senhorio. E, então, o povo todo gostou e prontes. Fomos seguindo sempre em frente, lutando por aquilo que se precisava.**

E: E, esses aplausos, foram uma forma do povo despertar e exigir os seus direitos?

JR: **Foi, foi uma forma muito grande deles... eles prontes. Com aqueles versos que eu fazia, estavam dentro daquele assunto e dentro daquele massacre, iam me aplaudindo e íamos se unindo todos uns aos outros para se acabar com aqueles traidores, esses Senhorios.**

Do seu vasto portfólio de poesias em verso registamos alguns, que configuram histórias de vida de um passado a perder-se nas brumas do tempo da população local. Manifestou não se lembrar se essas histórias em formato de versos foram utilizadas, como canções de romagem. De qualquer forma, registamo-los pela sua originalidade e pelo seu conteúdo identificativo da história e identidade das gentes destas paragens do alto do vale de Machico.

1. Há um século de anos atrás
Queremos acreditar
O que se passou com os nossos pais
Já cá não estão para contar.

3. Tudo o que eles comiam
Tiraram da terra mãe
Era batata, inhame, semilha e trigo
Tudo isto era a sua alimentação.

5. Era uma grande miséria
Era tempo muito duro
Até se pedia uma brasa
Para se acender o lume.

7. Uma podoa, uma foice
Um machado, uma enxada
Era a vida de um povo
Que andava sempre desprezada

2. Os nossos antepassados
Viveram grande miséria
Descalços com muita fome
Trabalhando do mar à serra.

4. Da ribeira até a montanha
Toda a gente trabalhava
A miséria e a fome
Toda a gente atravessava.

6. Para cozer o comer
Toda a gente ia à lenha
Era transportada as costas
Lá do alto da montanha.

8. Também havia palheiros
Onde a vaca se criava
O leite ia para máquina
Onde lá se desnatava.

8. Do campo até a Ribeira
Tudo era trabalhado
Havia grandes terrenos
Onde o trigo era semeado.

9. Vinha a máquina de ferro
Para o trigo desbulhar
Dava o pão para comer
E o restolho para as casas abafar

10. Nem uma estrada se havia
Para as coisas transportar
A carga vinha de barco
Para os bois acartar”.

Afiçou que os versos seguintes são de romagem, que foram escritos para serem cantados na festa da padroeira, a Nossa Senhora do Amparo, antes do 25 de abril. Mencionou com olhar de revolta que “... a PIDE veio acolá à paróquia e queria nos prender. Os versos são estes”:

1. “Povo da Ribeira Seca
Sofre de luta e pobreza
Por muito que se trabalha
Falta sempre o pão da mesa.

2. Andam estes senhores
No mundo só descansar
E o pobre do Caseiro
Trabalha para lhe dar.

3. Andamos a trabalhar
Vivendo no sofrimento
Como os ricos não querem dar
Aquilo que nos pertence

4. Com o 25 de Abril
O tempo tudo mudou
Começamos a lutar
A Ribeira Seca avançou.

5. Povo da Ribeira Seca
De lutar teve razão
Trabalhava noite e dia
Na mesa não tinha pão.

6. Foi luta contra mais luta
Com liberdade ajudar
Acabar com os Senhorios
Que não querem trabalhar

7. Com o 25 de Abril
A liberdade chegou
O povo da Ribeira Seca
A lutar continuou.

8. Povo da Ribeira Seca
A lutar tinha razão
Porque andava escravizado
Viva a nossa libertação”.

Anexo 1.9 - Entrevista ao Pe. Martins Júnior, 85 anos

Meio utilizado: Correio eletrónico

Duração: Não registada

Local: Igreja da Ribeira Seca, 30 de junho de 2022

Elementos presentes: Informador

Tema: Da pastoral social à reconstrução da identidade cultural

E: Quando chegou à Ribeira Seca, em junho de 1969, como encontrou social e culturalmente o povo da sua nova paróquia?

MJ: A resposta, que exigir-se-ia longa em virtude dos múltiplos factores envolventes, poderei sintetizá-la neste desabafo que várias vezes exprimi, em público e em privado: *Vim de uma África para outra África*. Tinha eu regressado de Cabo Delgado, Moçambique, 1969, onde fora capelão militar e, sendo nomeado pároco da jovem paróquia da Ribeira Seca, deparei-me com uma porção de terra - um vale cavado a norte do grande vale de Machico - colonizada por uma classe minoritária, residente fora da Ribeira Seca, quase sempre no centro urbano de Machico ou no Funchal e até em Lisboa. Era a classe dos *senhorios*, donos das terras que reduziam os moradores, *caseiros*, à mísera condição de servos da gleba, em tudo semelhante a uma outra forma de novo escravagismo, consentido e apoiado no regime jurídico vigente, daí decorrendo um ambiente sócio-económico-cultural deprimente, a vários níveis: sem água potável, sem iluminação pública, sem uma única ligação rodoviária, sem escola (apenas um pardieiro compartilhado por duas cabeças de gado bovino). A única fonte de rendimento era uma agricultura, quase toda de subsistência, alguns trabalhos de construção civil, poucos, a que acresciam frágeis contratos de prestação em obras públicas. Apertados pelo *senhorio*, os colonos (ou *caseiros*) eram impedidos de alargar mais uns palmos de habitação de colmo para poder abrigar os filhos. Um fadário de vida, um degredo social. A comprovar esta afirmação, poderia apresentar muitos casos concretos, confrangedores, como aquele em que fui chamado, altas horas da noite, a uma casota lá no cimo da montanha e quando lá cheguei vi-me confrontado com uma jovem mãe agonizando e, a seu lado, dois filhos recém-nascidos. Não foi possível estancar a hemorragia no parto nem havia hipótese de chamar uma ambulância porque na Ribeira Seca não havia estrada.

O espaço comunitário que recolhia os moradores era a igreja que, mesmo deficitária de construção, servia de acolhimento, conforto, resignação, enfim, o ninho da

comunidade. Mas, como a Igreja-Instituição também era comparte do domínio dos *senhorios*, em nada ajudava à libertação dos pobres caseiros. Funcionava como um anestésico eficaz.

E: Durante o primeiro quartel da sua permanência nesta paróquia compôs muitas músicas e letras para canções, com vista às tradicionais romagens ao Santíssimo Sacramento e à padroeira, a Nossa Senhora do Amparo. Onde se inspirou e que estilo de música compôs?

MJ: Além do efeito amaciador de mágoas, a Igreja proporcionava tempos de uma efémera felicidade: eram as duas festas de verão, mais precisamente, do Senhor e da Senhora. Aí, a população saía à rua, organizava motivos de diversão, alguns deles muito originais, de que se destacavam as romagens, quer dizer, cortejos alegóricos, marcados pela simplicidade e pela autenticidade rural, pois era nesses cortejos que traziam ofertas típicas da ruralidade, frutos da terra e similares, para serem leiloadas no adro para custear o melhoramento das obras da igreja local.

Foi neste cenário particular que se debruçou a minha atenção. Os rapazes e raparigas esmeravam-se para representar o seu sítio. Eram seis os sítios. Na indumentária, nas músicas, nas danças tipo folclore, e sobretudo nos versos, quadras em redondilha maior, ao estilo tradicional. Verifiquei que havia uma certa diversidade de concepção nos trajes, nos bailados, nos instrumentos acompanhantes, alguns até contratavam ‘tocadores de fora’. Mas num ponto eram quase todos iguais: as letras ou versos. Pareciam peças talhadas na mesma oficina, glosas do mesmo mote. Todos exaltavam o louvor do Santo ou da Santa da festa, faziam-lhes pedidos rimados até à exaustão. E, na mesma linha de panegíricos, lá vinha o *Senhor Vigário*, o pároco, figura de proa para aquelas gentes, como de resto, em toda a Ilha. Eram quadras e mais quadras, sublinhadas de uma ingenuidade inspirada na devoção religiosa. Recordo-me de uma delas (e até hoje ainda me divirto com o *naif* e a generosidade das pessoas) pois, sem ainda me conhecerem - tinha acabado de chegar - brindaram-me assim:

Foi no sítio da Banda'Além
Que nasceu esta felor
O senhor padre Martins
Para ser nosso pastor

Então dei-me de contas da intuição poético-popular da Ribeira Seca, capaz de transfigurar em verso as suas vivências, desde as mais eufóricas e hilariantes até às mais dramáticas. Entre a primeira festa (Julho) e a segunda (Setembro) conversei com as pessoas, algumas delas autoras dos versos tradicionais, perguntando-lhes se não achavam graça em contar episódios da vida da sua terra, histórias antigas, dificuldades, etc. Porque – dizia-lhes eu – Nosso Senhor e Nossa Senhora já têm louvores bastantes e são felizes para sempre.

Aí confirmei a excelência da filosofia maiêutica, isto é, a experiência pedagógica que faz uma pessoa (aluno ou aprendiz) descobrir em si mesmo o filão interior do seu talento, da sua criatividade. Foi o que aconteceu: a minha sugestão funcionou como um rastilho incendiário. No espaço de uma semana, trouxeram-me versos e mais versos, um turbilhão de ideias, relatos, anseios e protestos, enfim, ecos impressionantes dos sofrimentos, muitos, e das alegrias, poucas, de pais e avós. A falta de água potável, de luz eléctrica, de estradas, de centro de saúde e, sobretudo, as injustiças do ‘leonino’ regime da colónia.

Devo dizer que eu próprio fiquei surpreendido, algumas vezes assustado com a veemência assertiva dos versos, duvidando se seria aconselhável ou não fazer músicas para certas letras e cantá-las na festa. É que vivíamos em tempo de ditadura e de censura. E não queria expor a Ribeira Seca (e eu próprio) ao chicote da polícia do Estado (‘Pide’). Com algum remorso reconheço que eu mesmo é que fazia de ‘lápiz azul’ da censura.

E se eu mal desconfiei, pior aconteceu. Três episódios confirmam a pressão que os poderes públicos exerceram sobre as festas de verão da Ribeira Seca: 1º - a Câmara Municipal de Machico, através do delegado da Inspeção Geral de Espectáculos, obrigou-me a entregar previamente as letras de todas as canções que iríamos apresentar nas festas, uma exigência de que nunca tinha ouvido falar nem nesta paróquia nem em nenhuma outra da Madeira. 2º - A ‘visita’ presencial de dois elementos da PIDE, sediada no Funchal, para fiscalizar ‘in loco’ o programa das festas e muito cirurgicamente os grupos de cantares e bailados, em plena actuação. 3º - O processo em tribunal por causa de umas tábuas do estrado (excepcionalmente emprestado pela Câmara) que se haviam partido com o peso dos elementos quando exibiam as suas danças, acresce a inaudita recusa da Câmara Municipal em deferir os nossos requerimentos para a realização dos referidos arraiais, inclusive a da PSP para a habitual segurança do evento.

Mesmo assim, nunca deixámos de realizar as festas do Senhor e da Senhora e de cantar, a plenos pulmões, os versos produzidos pelos populares e musicados por mim, entre os quais:

1.A Senhora do Amparo
Já 'tá muito amagoada
De ver os paroquianos
Beber água da levada

2.Santíssimo Sacramento
Batemos à vossa porta
Valei à nossa miséria
Já que a Câmara não se importa

3.Viva o povo que trabalha
E dá toda a produção
Ele um dia há-de vencer
E mandar toda a nação

4. A Igreja é do povo
O povo é de Deus
Queremos a Igreja sempre ao nosso lado
Como Deus viveu com o povo explorado

Ainda está por fazer uma colectânea do imenso Cancioneiro da Ribeira Seca, onde se espelham as vivências, umas dramáticas e outras felizes, deste agregado populacional. Pode seguramente afirmar-se que a produção poética local revela a história deste povo.

E: Escreveu e dirigiu peças de teatro, bem como criou e dirige a Tuna de Câmara de Machico. Qual é a importância para a comunidade em mobilizar os jovens, para a aprendizagem destas atividades?

MJ: Machico sempre teve uma tradição assinalável na área da representação teatral. Lembro-me de, ainda era eu seminarista, ter posto em palco público no antigo 'Engenho da Cana Sacarina' a clássica obra de Sófocles, *Édipo-Rei*, além de outras peças menores, levadas a efeito no âmbito da antiga Acção Católica Rural, no seu segmento juvenil, a JAC.

Chegado à Ribeira Seca, prossegui o mesmo processo pedagógico, recorrendo à arte dramática, destacando neste 'item' uma amostra de teatro de revista, à portuguesa, inspirada em temas locais e regionais. Para o sucesso desta realização deram-nos um contributo inestimável dois consagrados artistas de palco, Lia Gama e Edgar Gonçalves Preto, um madeirense residente em Lisboa, que se deslocaram de propósito à Ribeira Seca. Mas o mais original foram as peças criadas e representadas pelos nossos jovens no palco aberto do nosso adro, integradas numa das iniciativas mais singulares do verão, o *DOMINGO JOVEM*, que deu nome a um semanário então produzido e publicado na mesma estação de férias.

A *Tuna de Câmara de Machico (TCM)* constituiu uma outra valência formativa, cultural e social para centenas de crianças e jovens que tiveram o primeiro contacto com o solfejo e, daí, com os clássicos da Música, como Mozart, Beethoven, Haendel, Strauss, Bizet, entre outros. Como a sigla enuncia, o objectivo instrumental dirigia-se ao estilo da denominada *musique de chambre* (‘música de câmara’), a que fomos juntando canções de animação popular e muitas outras de carácter religioso para acompanhamento das cerimónias litúrgicas. Além dos conhecimentos musicais adquiridos, a “TCM”, criada na década de 70 do século passado, mas oficializada em 1983, contribuiu decisivamente para uma sã socialização no meio rural e para uma experiência de associativismo cultural. É um prazer indescritível e de uma forte afirmação intergeracional ver hoje pais e filhos em plena atuação no mesmo palco.

E: Como administrador religioso desta comunidade há mais de meio século, tem recebido diversas personalidades ligadas ao mundo da música, das artes, da teologia, da sociologia e de outras áreas. De que forma a presença dessas individualidades tem contribuído para o reforço da identidade cultural da Ribeira Seca?

MJ: Não obstante o isolamento e o ostracismo a que as forças políticas e diocesanas condenaram a Ribeira Seca (basta dizer que durante 45 anos os sucessivos bispos da diocese recusaram-se a administrar o Crisma nesta igreja), apesar de tudo nunca estivemos sós. Teólogos de renome nacional e internacional (Andrés Torres Queiruga, Anselmo Borges, Bento Domingues) bispos (Martinho da Costa Lopes, bispo de Dili, e Manuel Martins, de Setúbal, já falecidos) sacerdotes de marcante acção sócio-cultural (Armando Rodrigues, de Aveiro, Jardim Moreira, da Rede Europeia Anti-Pobreza) e outras personalidades de intervenção pública, da Madeira e do Continente, todo um elenco de primeira água que não se dedignaram entrar na Ribeira Seca e abraçar o seu povo com mensagens de ânimo e fraternidade, deixando aqui a marca inesquecível da sua presença.

A nível musical tivemos a honra de receber no palco aberto do nosso adro vários cantores de intervenção, entre os quais Sérgio Godinho, José Mário Branco, Francisco Fanhais, Vitorino, Janita Salomé, Tino Flores e o famoso conjunto “Os Trovante”. Estas actuações, em tempos duros do ostracismo a que o poder político e o poder diocesano relegaram a Ribeira Seca, deram vigor e consistência às nossas justas reivindicações. Estávamos no caminho certo da vida social.

O povo não esquece mais o contributo de outros artistas, na área da pintura, os quais deixaram o seu nome e a sua mensagem gravada nas pinturas murais do adro e do campo de jogos pertencente à igreja. Foram eles: RIGO, Melim, Bruno, Eduardo Freitas, Mariana Sousa, Carlos Costa a que se juntaram artistas de Portugal Continental, destacando-se António Gouveia com um extraordinário painel dedicado a Zeca Afonso, evocativo do cinquentenário do lançamento da canção “Os vampiros”. É um prazer emocionante passar na estrada e deparar-se com aquele magnífico exaltação do Cantor da Liberdade sobressaindo na paisagem rural da Ribeira Seca.

Tal como indicia a pergunta do questionário, respondo com a evidência notória e profunda do contributo inestimável de todas estas personalidades no reforço da identidade idiossincrática da população da Ribeira Seca. Estamos e ficaremos eternamente gratos tão notável elenco.

E: A sua suspensão ‘a divinis’ em 1974, pelo então bispo da Diocese do Funchal, Francisco Santana, motivou reações de reprovação sobretudo por parte dos seus paroquianos. Mesmo suspenso, o que o motivou a continuar a exercer sobretudo os atos de culto?

MJ: Da minha suspensão *A Divinis*, em 1976, valeria encher toda a tese do meu amigo Dr. Severino Olim. Tratou-se do maior ultraje à Instituição Igreja Católica, perpetrada por um bispo aliado confesso do regime salazarista, de nome Francisco Santana, natural de Lisboa. *Mutatis mutandis*, só à ditadura fascista portuguesa e aos processos da Inquisição se podem comparar os trâmites dessa ‘Suspensão’, pois que não houve nenhum processo jurídico-canónico nem o suposto réu foi sequer ouvido nem achado. Há canonistas que entendem que a encenada ‘Suspensão’, por essa falha processual (o direito ao contraditório) foi pura e simplesmente nula. O certo é que o governo, a diocese e os media madeirenses condenaram-me irremediavelmente durante 45 anos consecutivos.

O que me pergunta é o porquê de ter continuado na igreja da Ribeira Seca, mesmo suspenso, a exercer funções. Desde logo, dir-lhe-ei que nunca me senti ao serviço da Instituição-Igreja, mas tão só ao serviço do Povo de Deus. Sempre afirmei que a “Igreja-Instituição-Império não merece ninguém que a sirva, Porque está nos antípodas de Jesus de Nazaré”. Em segundo lugar, a decisão do bispo carecia de qualquer causa fundamentante, adequada à pena. Terceiro – e como consequência lógica – caiu-me nas mãos o texto dos Actos dos Apóstolos, quando menciona a reacção de Pedro e João ao

sumo sacerdote juiz do Templo de Jerusalém que os proibiu de falar no nome de Jesus. Eles responderam: “É mais importante e é nosso dever obedecer a Deus antes que aos homens”.

Senti a força interior do contrato existencial, espiritual, holístico, embora não escrito, entre mim e o povo da Ribeira Seca. “Não é o bispo que precisa do padre. Somos nós que precisamos dele. Por isso, ele fica com a gente” – clamou a multidão reunida. Ao que um velhote acrescentou: “Até morrer”.

A população descreu do bispo e da diocese e manteve-se fiel e firme à sua modesta igreja. E começou a cantar o refrão que deu origem à capa de um CD, editado mais tarde: “A Igreja é do Povo e o Povo é de Deus” que continua assim: “Queremos a Igreja ao nosso lado, Como Deus viveu com o Povo explorado”.

Um pormenor ilustra bem a capacidade de argumentação própria das camadas rurais: “Os padres dizem que o casamento é para sempre” – desabafava publicamente uma mãe de oito filhos. “E o padre (casado com a Igreja) também é para sempre. Ou já muda?... Temos padre que chegue”!

E: Com a remissão da sua suspensão pelo bispo Nuno Brás, por seu decreto de 16 de junho de 2021 e a sua reintegração na diocese do Funchal, como analisa essa situação à luz da identidade da Ribeira Seca?

MJ: **A anulação da ‘Suspensão’ veio dar razão à luta persistente do Povo da Ribeira Seca, reforçou a sua autoestima e o seu bom nome em toda a ilha e não só. Mesmo assim, houve pessoas da paróquia que ficaram indignadas com o acordo feito entre o Bispo e o Padre Martins. “Nunca o padre devia ter aceite” – diziam. “Os bispos (ainda vivos) deviam, primeiro, vir pedir perdão ao Povo pelas maldades que fizeram à gente”.**

O Povo perdoa, mas não esquece. E a vida continua.

Como vejo o futuro?...

O importante é o pensamento que fica para lá de todos os contratempos e aleivosias lançadas contra este Povo robusto e resiliente. O importante, o que gostaria que ficasse no consciente das pessoas não é tanto a dedicação à igreja-edifício ou à Igreja-Instituição, mas sobretudo os valores humanos e cristãos pelos quais este Povo lutou. Temo que tudo volte – hélas! – ao ‘doce engano’ do devocionário pio e piegas de outras eras. O decisivo na fé não estar em encher igrejas (a religião-espectáculo e

folclore) mas levar para fora da igreja esses valores evangélicos, à maneira de Jesus, “ser o fermento na massa”. Oxalá!

E: Com a doação da sua biblioteca ao Centro Cívico Cultural e Social – RS, em que medida esse legado de conhecimento diversificado pode contribuir para a valorização cívica e cultural da população local?

MJ: Neste âmbito – o crescimento civilizacional da Ribeira Seca – é fora de dúvida que o CCCS-RS exerce uma força motriz insubstituível. Ele criou já uma nova centralidade urbanística e, acima de tudo, pedagógica, de carácter intergeracional, a todos os títulos vantajosa para os diversos segmentos sócio-culturais da população. Dele poderão falar, frente ao Futuro, com maior conhecimento de causa os dirigentes executivos e utentes do CCCS-RS. No entanto, daquilo que conheço, possui um auspicioso núcleo de jovens polivalentes, isto é, dotadas de aptidões e competências multiformes que muito prestigiam e irão prestigiar a Ribeira Seca e o concelho de Machico. Votos de ciência e resistência!

Anexo 1.10 – Entrevista a Irene Catanho, 56 anos.

Meio utilizado: Correio eletrônico

Duração: Não registada

Local: Sítio do Moinho da Serra, 23 de abril de 2022

Elementos presentes: Informante

Tema: O papel do Centro Cívico Cultural e Social na identidade da Ribeira Seca

E: Desde quando o Centro Cívico Cultural e Social da Ribeira Seca entrou em funcionamento?

IC: O Centro Cívico Cultural e Social foi registado em 19 de maio de 1999, no segundo Cartório Notarial do Funchal, tendo dado início às suas funções imediatamente após o ato da escritura.

E: No contexto social e cultural, quais foram as causas que levaram à formalização do Centro Cívico?

IC: **Precisamente o seu efeito jurídico. Na prática o CCCS-RS já existia, faltando-lhe, apenas, a formalização oficial. E esta iniciativa ficou a dever-se a uma constatação expressa num dos habituais encontros entre o Sr. Padre José Martins Júnior e os jovens que participavam nos espetáculos culturais e demais eventos da nossa área da Ribeira Seca. A constatação resume-se nestes termos: temos vindo a criar coisas novas, temos mobilizado vontades sinceras de trabalhar para uma causa comum, a valorização do nosso meio, sobretudo nas três vertentes, Pedagógica, cultural e Social, mas não possuímos um corpo organizacional que confira uma estruturação, consistência e perspetiva de futuro. Faltava, portanto, um estatuto de Pessoa Coletiva, com audiência e influência pública. Foi com base neste raciocínio que se fez a formalização do CCCS-RS.**

E: Que atividades têm sido desenvolvidas pelo Centro Cívico por forma a garantir a robustez da identidade cultural da Ribeira Seca?

IC: **São muitas as atividades desenvolvidas pelo CCCS-RS, através de ações concretas, junto das populações, na tríplice dimensão que caracteriza esta associação: Cívica, Cultural e Social.**

Começando pela vertente cívica, temos tentado fazer a nossa parte, com todo o voluntarismo, passando ensinamentos e troca de experiências entre os mais e os menos jovens. No nosso convívio aprendemos todos os dias.

Visto que temos tido um papel mais ativo no âmbito cultural, uma das nossas preocupações tem sido a ligação à terra e às tradições. Temos tido o cuidado de escutar e gravar as histórias contadas pelos mais velhos desta localidade, para que a nossa cultura não morra. Já compilámos mais de uma centena de quadras feitas pelas poetisas populares da nossa terra, para, mais tarde, compor o Cancioneiro da Ribeira Seca, de cujo conteúdo já fizemos uma edição reduzida.

O nosso grupo de dança denominado “Cantares da Ribeira” tem-se encarregado de levar a mensagem das nossas músicas, todas originais do padre Martins Júnior, às várias freguesias do nosso concelho, inclusive até já fomos ao programa “Praça da Alegria”, no canal público de televisão.

A Tuna de Câmara de Machico, (TCM) que já conta com 39 anos de existência, tem sido uma verdadeira escola de música para muitos, que de outra forma nunca teriam oportunidade de aprender a tocar um instrumento musical. Por esta Tuna já passaram centenas de jovens. Porque não podemos apagar ou esquecer o passado, há datas que o CCCS-RS não pode deixar de lembrar:

- 4 de abril de 1931, a Revolta da Madeira contra o salazarismo nascente.
- 25 de abril de 1974, a Revolução dos Cravos ou a conquista da Democracia.
- 1º de maio, Dia do Trabalhador.
- 23 de fevereiro, evocação do cantautor da Liberdade, Zeca Afonso.
- 30 de novembro, comemoração do nascimento do maior vulto da literatura madeirense, o sonetista Francisco Álvares de Nóbrega, cognominado de “Camões Pequeno”, mas “O Nosso Camões”.

Também promovemos palestras, quer sejam sobre saúde, ambiente, clima, alimentação, etc., sendo de destacar o Dia da Mulher em 8 de março, o Dia da Europa em 9 de maio, o Dia da Criança em 1 de junho, com a particularidade de serem convidados, como oradores, distintas personalidades da Madeira e do Continente Português.

A parte social tem sido uma das nossas preocupações, destacando-se, nestes últimos anos, especialmente, pelos novos problemas que esta pandemia nos trouxe. Contratámos uma Psicóloga para poder apoiar todos aqueles que precisaram ou ainda precisam da ajuda psicossocial.

E: No âmbito da formação para a cidadania, que tipo de eventos tem o CCCS-RS levado a cabo e de que forma contribuíram para a valorização da população local?

IC: São vários os eventos feitos para a formação da cidadania. Desde sempre as nossas “escolas” de música, de dança, de teatro, de declamação de poesia, mas principalmente a implementação, nas novas instalações do CCCS-RS, da biblioteca denominada “Padre Martins Júnior” com milhares de volumes, oferecidos pelo mesmo, colocada ao dispor de toda a população, mas, mais frequentada por jovens e crianças para consultarem, especialmente em tempo de estudo. No âmbito do conhecimento aproveitamos para divulgar os grandes vultos da nossa literatura.

A título de exemplo, precisamente na área da cidadania, recordo o parlamento infantojuvenil realizado no salão paroquial, sede provisória do CCCS-RS, aquando do Ano Internacional da Criança. Um acontecimento memorável, a nível local, porque foram os próprios alunos da escola a usar da tribuna para enunciar e debater com o público presente a complexa problemática dos Direitos da Criança.

Temos feito várias palestras sobre os mais variados temas no Centro de Convívio dos nossos idosos., bem como sessões de formação sobre segurança, educação alimentar, a importância de cuidar de um animal doméstico, etc.

Foi ponto de honra nesta fase pandémica trazeremos especialistas para fazerem palestras informativas sobre o uso correto da máscara, sobre a transmissão e a prevenção do SARS-CoV-2 covid 19, para crianças, jovens e idosos.

E: As festas de verão, religiosas, da Ribeira Seca, têm sido um dos pontos altos da afirmação cultural da comunidade. De que forma a participação nestas festas de bandas como Sérgio Godinho, Trovante, entre outras, têm contribuído para o desenvolvimento e maturidade cultural da população?

IC: As festas de verão da Ribeira Seca, apesar de não constarem dos calendários culturais regionais, atrevo-me a dizer que sempre estiveram à altura dessa distinção. Efetivamente, pelo palco aberto da Ribeira Seca, construído de raiz no adro da igreja, a expensas do povo, têm passado figuras proeminentes do melhor elenco musical português, como José Mário Branco, Júlio Pereira, Sérgio Godinho, Luís Represas, Trovante, Amélia Muge, Vitorino e Janita Salomé, Francisco Fanhais, entre outros. Embora oriundos de ambientes socio-musicais mais evoluídos, estes artistas facilmente sentiram que algo os unia à

sensibilidade e ao ideário libertador latente na ruralidade do povo da Ribeira Seca. E de tal forma, que ainda hoje os seus nomes e a sua influência perduram no ânimo e na voz da nossa gente.

Mas o fator mais relevante das festas religiosas de verão, a Festa do Senhor e a Festa da Senhora, é a posição central que a população local ocupa em todo o programa festivo, o qual posso resumir desta maneira: Dois meses antes dos festejos, os seis sítios em que está dividida a Ribeira Seca preparam as suas atuações no palco. São os rapazes e as raparigas que se ocupam desta tarefa com um entusiasmo tanto mais crescente quanto mais se aproxima o dia da festa. A letra das canções é produto exclusivo das pessoas de cada sítio e a música é da autoria do padre Martins Júnior. É facilmente perceptível a evolução das mentalidades, precisamente no que toca aos versos das canções. Quando um dia se fizer a análise atenta à sequência dessas composições (o que já vem sendo registado nos CDs editados) há de verificar-se que houve uma transição gradual, mas bem definida, entre um “antes e depois” na história da Ribeira Seca.

E: Na qualidade de Presidente do CCCS-RS, como pretende dinamizar as atividades culturais da Ribeira Seca, garantindo a perpetuidade da sua história destes últimos 60 anos?

IC: **Da dinamização contínua das atividades supramencionadas, nasce o ritmo normal da sua continuidade, de que destaco os registos dos acontecimentos nos livros já editados pelo CCCS-RS, “Olhares Múltiplos sobre um Homem de Causas” (2012), “Poemas Iguais aos Dias Desiguais” (2018), “Legado” (2018), “A Festa que o Povo É!” (2022), entre outros. É preocupação do CCCS-RS transmitir aos mais novos, muitas vezes oralmente, aquilo que viveram os seus pais, avós, bisavós, para que conheçam aqueles que povoaram a Ribeira Seca, sobretudo a partir de 1692, data da construção do pequeno templo de Nossa Senhora do Amparo, primeiro marco da história desta localidade.**

Com os grupos afetos a esta coletividade, quer seja o grupo “Cantares da Ribeira”, que levam mais longe as nossas canções e tradições, quer seja a “Tuna de Câmara de Machico” que, para além de executar composições clássicas, (Mozart, Strauss, Bizet, Haendel, Beethoven), cultiva também e transmite às nossas gentes composições de música ligeira e folclórica, como por exemplo a já consagrada “Rapsódia Portuguesa” que acompanha sempre o reportório da Tuna. É com atividades deste teor que o Centro Cívico oferece diariamente, por jovens para

jovens e para adultos, mas principalmente o trabalho que se faz com as crianças a partir dos seis anos. Estas crianças serão o garante da continuidade da nossa cultura, sabendo que tudo quanto esta pequena parcela de território possui foi fruto do trabalho de pais e avós, desde a luz elétrica, (com a construção do primeiro ‘transformador’), a água potável, outro bem essencial que esta terra não possuía, também com o seu trabalho conseguiu os caminhos melhorados e as estradas, que as pessoas além de oferecerem os terrenos ofereceram o seu trabalho. A existência da escola que foi fruto de uma luta de pais e filhos. Enfim, conhecedoras de tudo isto as crianças de hoje serão os portadores seguros da mensagem da Ribeira Seca. Neste aspeto, deixo para o fim a construção da atual igreja, que constitui um autêntico monumento à resistência e ao amor deste povo, sem que alguma entidade pública o ajudasse fosse com o que fosse.

É com a transmissão dos acontecimentos passados aos mais novos que o CCCS-RS garantirá a continuidade da história da Ribeira Seca.

Anexo 1.11 – Entrevista a Carlos Diogo Gois Martins, 21 anos.

Meio utilizado: Correio eletrónico

Duração: Não registada

Local: sítio da Igreja, 26 de abril de 2022

Elementos presentes: Informante

Tema: A Juventude XXI na dinamização do património imaterial local

E: A partir de que altura surgiu a Juventude XXI na Ribeira Seca?

CM: Enquanto membro da Tuna de Câmara de Machico, não consigo precisar uma data exata para a iniciação do grupo, projeto “Juventude XXI”. Contudo a “Juventude XXI” é um movimento organizado pelos jovens da Ribeira Seca, liderado por jovens que já possuíam bagagem, conhecimento tanto artístico como cultural, uma vez que faziam parte das outras dinâmicas da área, nomeadamente da TCM (Tuna de Câmara de Machico) e Grupo de Cantares da Ribeira, no qual é procurado expandir, cultivar, partilhar e desenvolver dinâmicas diferentes das tradicionais principalmente das históricas e tradicionais romagens de forma a cativar e agregar as várias gerações que já estavam incluídas nas outras dinâmicas como também de outros jovens que ainda não estivessem associados a nenhum grupo dos acima referidos. Com isto, podemos afirmar que a “Juventude XXI”, é um grupo criado por jovens para jovens onde procura-se diversificar e inovar, dentro do pensamento da “juventude do quotidiano”.

E: Qual tem sido o vosso papel nas atividades culturais promovidas pelo Centro Cívico – Cultural e Social da Ribeira Seca?

CM: Enquanto membro integrante da TCM, um dos vários polos culturais do CCCS-RS e representante do CCCS-RS no Conselho Municipal de Juventude de Machico, posso afirmar que a nossa atividade é desenvolvida ao longo do ano onde existem datas na vertente do concelho de Machico, na qual a nossa presença é assídua como: as comemorações do 25 de Abril, nascimento de Francisco Alvares de Nóbrega, as várias festa do concelho e concertos de natal, com o principal objetivo a dinamização musical, cultural e artística do concelho, dando a continuação às tradições do município e da própria Tuna. É importante referir que em todas as dinâmicas do CCCS-RS, existe a constante procura e abertura a novos membros, tanto que atualmente a TCM, é composta por dois grupos de jovens, onde os jovens com “mais anos de casa” procuram partilhar a

cultura da Tuna e ensinar os mais jovens as primeiras músicas de modo a partilharem e darem os primeiros passos nas atuações e concertos, de modo a criar a geração futura de forma a garantir a renovação e continuação de um dos polos artísticos mais antigos do município. Fora da vertente municipal, a TCM tem tido presença nas últimas quatro edições do encontro internacional de Bandolins no Funchal, atuações em outros concelhos como Camacha e Porto Santo.

E: Num meio rural como é o caso, as atividades culturais são cada vez mais importantes na afirmação e na preservação da identidade das pequenas comunidades, sobretudo em contexto do espaço insular. Neste sentido, como percecionam esta temática?

CM: **Sim, de facto é necessário manter as tradições mais do que nunca. É interessante perceber como os avanços tecnológicos e outras formas de ocupação de tempos livres, acabam por pôr em causa as tradições. Enquanto membro da TCM desde os sete anos de idade, sempre estive em contacto com as mais diversas tradições e celebrações, algo que hoje em dia é mais raro percecionar nas crianças dessa idade. As diferentes datas têm vindo a perder celebrações e até mesmo conhecimento das gerações mais novas, daí o CCCS-RS, ter como objetivo partilhar e promover a história, tradições e celebrações da Ribeira Seca e do Concelho de Machico, através dos vários polos culturais como também a partir da iniciativa da biblioteca do CCCS-RS, onde é procurado explicar a riqueza cultural que as pessoas da Ribeira Seca têm e o porquê de ser importante continuar a dar reconhecimento às pessoas, histórias e conquistas desta área.**

E: Dada a relevância dos jovens na participação do desenvolvimento de atividades culturais. Que ações pretendem dinamizar no futuro, de modo a garantir a continuidade do património cultural e identitário da Ribeira Seca?

CM: **Como já acima mencionado estão atualmente a ser delineados diferentes projetos com o intuito de garantir a continuidade do património e identidade da Ribeira Seca. Como exemplo temos o mais recente projeto apresentados, o livro “A FESTA QUE O POVO É!” lançando durante a Feira do Livro de Machico que também contou com a presença da TCM. Um outro projeto que está a ser pensado e possivelmente lançado no próximo Verão é “Conversas da Ribeira”, um Podcast, inserido na estrutura do CCCS-RS, idealizado e gerido pelos jovens, na qual se pretende partilhar ideias, conhecimentos, debater a história e abordar a realidade.**

Uma outra área que está a ser alvo de uma renovação e idealização são as redes sociais, que servirão de plataforma para partilhar atividades, iniciativas e tudo aquilo que seja inerente à Ribeira Seca de forma a estarmos mais enquadrados com a vertente tecnológica, ou seja a realidade dos jovens atuais. Dentro da perspetiva da TCM, estamos a organizar um concerto para o próximo mês de junho, com o intuito de ganharmos mais reconhecimento, mostrar o mais recente reportório e criar outras dinâmicas com as Tunas convidadas.

Anexo 1.12 – Entrevista a Sandra Gouveia, 57 anos.

Meio utilizado: Telemóvel com câmara e gravação

Duração: 10 minutos e 04 segundos

Local: sítio do Pé da Ladeira, Machico, 25 de fevereiro de 2022

Elementos presentes: Informante e Entrevistador

Tema: As dinâmicas da identidade vistas de fora

E: A partir de que altura leciona no Destacamento da Escola Engenheiro Santos Costa, na Ribeira Seca?

SG: Como docente comecei este ano 2021/2022. Mas ao longo destes últimos anos, aproximadamente sete anos como diretora da Escola vinha muitas vezes aqui à Ribeira Seca e assistia muitas vezes às aulas das colegas e inclusive fez muitas substituições.

E: Como é que a professora Sandra explica a ausência de crianças nesta Escola, quando há cerca de 50 anos existiam mais que quatro centenas?

SG: Penso que essa problemática existe presentemente em quase todos os concelhos da Madeira e não só aqui. Eh... a saída de muitas pessoas para o estrangeiro e levaram os seus filhos. Outras também que passaram a viver fora dos Concelho de Machico e penso que um número muito reduzido pretendeu colocar os seus filhos na escolha central por razões de trabalho, por razões de outras atividades que efetuam. Mas penso basicamente ter havido um decréscimo de nascimento de crianças.

E: Nas suas aulas frequentam alunos quase todos de idades avançadas. O que os motiva a regressar aos bancos da escola?

SG: **Os com idade mais avançada, por aquilo que me transmitiram até hoje, o que pretenderam era melhor os seus conhecimentos linguísticos, porque foram pessoas que na sua infância e por razões de trabalho e porque antigamente os pais assim não permitiam nem proporcionavam, não tiveram oportunidade de melhorar aquilo que tanto gostavam de fazer: preferiam saber ler melhor, escrever melhor e agora com esta idade tem a liberdade de optar e fazer aquilo que elas nunca tiveram oportunidade de fazer. Porque já criaram os filhos e agora querem tirar um tempinho para elas. E por tanto todas com esta característica, de quando eram novas gostavam muito da escola, mas não tinham eram possibilidades. Outros por convívio, por se sentir isoladas, e por achar que é um momento onde podem**

partilharem os seus sentimentos, onde podem estar um pouco tempo com os outros e que também é uma forma de esquecerem a vida árdua que estiveram ao longo dos tempos e que muitos ainda os têm presentemente.

E: Sente que a maioria dos alunos voltaram à escola por motivos que se prendem com o percurso reivindicativo que levou à construção desta escola?

SG: Sem dúvida. Verifico muito desse pensar naquilo que escrevem e naquilo que me partilham oralmente. Eh...este edifício, este lugar... tenho muitos trabalhos... tenho uma aluna que gosta muito de fazer poesia e em quase os seus trabalhos vem este pensamento, que é, o que esta escola representou para eles: as lutas que passaram para que ela fosse construída, para que fosse aceite. Ao longo dos anos o provar ao governo que havia necessidade desta escola estar aberta. O valorizar esta comunidade. O saber dar a esta comunidade aquilo que andava a ser tirado pelos governos de então. E, portanto, eu sinto isso. Eu sinto que escola em conjunto com as pessoas que na altura lutaram para isso, que lhes deu a liberdade de pensar, de ser reivindicativos e este símbolo é isso, representa isso.

E: De que modo estrutura as suas aulas de maneira a que os seus alunos mais idosos possam participar ativamente com as suas histórias de vida?

SG: Eu fiz um diagnóstico nos primeiros dias em que comecei a lecionar. Falei individualmente com as pessoas e depois com a minha sensibilidade comecei a sentir o que é que realmente fazia as pessoas felizes naquele momento que estavam aqui na escola. Mais do que ensinar a matéria que é seguida nos manuais, nas matrizes da orientação do ministério, eu faço uma educação para a vida. E, portanto, aqui o que eu quero é que com as suas experiências, com os seus passados, com as suas aprendizagens partilhemos. Isto é uma sala de aprendizagem mútua. Eu sou meramente mais uma. Portanto nos partilhamos ideias, nós partilhamos saberes, nós fazemos recolhas das tradições do seu passado. Recolha a nível musical, eh... com recolhas do xaramba, com recolhas de letras, com recolha de provérbios, o que é que os provérbios diziam nessa altura. E daí tiram-se lições e no meio disso envolve-se a escrita e sem darem por nada estamos a escrever, estamos a corrigir as frases, estamos a corrigir algum erro que possa existir, estamos a fazer matemática através dos jogos que tinham antigamente. E, portanto, a matéria é dada de uma forma que parece leve, parece que não foi preparada, parece que não está à altura de cada um, mas foi. Mas com o sentir de cada um, tem vários níveis, tem trabalhos

específicos, tem coisas que peço específicas, mas no fundo quando eles dão por si estão falando da sua história de vida.

E: Sendo residente de fora, como analisa essas histórias de vida e em que sentido elas expressam um sentimento coletivo de identidade da Ribeira Seca?

SG: **Eu acredito que sim. Porque sinto. Sabe há coisas que para se sentir temos que ter alma. Eh... como eu já disse anteriormente eu vejo nos seus querereres, na sua dedicação. Temos aqui pessoas que chegam cedo e saem tarde da sala. E que muitas vezes nem olham para o relógio para ver que horas são e já saímos, agora, no inverno, já a escurecer. Mas com uma grande alegria, porque querem dar continuidade àquilo que é identidade deste povo. Querem partilhar aquilo que aprenderam com os seus antepassados. Querem que os mais novos que estão na sala saibam o que esta geração mais velha passou e tudo o que tem hoje em dia a que se deve. Daí são pessoas que estão apresentando os seus trabalhos em espetáculos de poesias. Eh... já fomos ver uma peça teatral de uma comédia, para verem outros géneros, outras vivências. Vão lançar um livro sobre a vida de uma pessoa onde todos vão pôr um pouco da sua opinião sobre essa pessoa, sobre o estilo textual específico, mas que tudo se cinge a uma coisa – as suas raízes daqui desta terra, o sentir. Este povo tem um sangue muito aqui de Machico, muito da Ribeira Seca. Um Povo de luta, de garra e sente-se isso na sala o querer manter as tradições.**

Anexo 1.13 – Entrevista a José Rodrigues, 53 anos.

Meio utilizado: Correio eletrónico

Duração: Não registada

Local: Funchal, 27 de abril de 2022

Elementos presentes: Informante

Tema: As dinâmicas da identidade vistas de fora

E: Desde quando conhece a história reivindicativa da população da Ribeira Seca?

JR: Desde há muitos anos. Não sei precisar o ano. Provavelmente a partir do ano em que entrei no Seminário Diocesano do Funchal em 1982. Ouvia uns a falar bem e uma grande parte a dizer mal. E, como não podia deixar de ser, acompanhei as notícias relacionadas com as duas invasões policiais à igreja da Ribeira Seca. Outro elemento importante foi o convívio com o padre Mário Tavares, que era o pároco da minha paróquia no Jardim da Serra, São Tiago Menor. Algumas vezes nas férias fomos à igreja da Ribeira Seca, visitar o padre Martins. Nessas idas conheci o padre Martins pessoalmente, daí que nunca mais se tenha quebrado esta ligação.

E: Grande parte dessas reivindicações tornaram-se marcos dessa história. Como residente de fora de Machico, como as analisa culturalmente?

JR: **Acho que foram momentos importantes para unir o povo da Ribeira Seca à volta de uma causa, que tinha em vista a promoção, a dignidade e o desenvolvimento de uma comunidade votada ao esquecimento, sem escolaridade, mergulhada na pobreza e explorada a todos os níveis.**

E: Os diferendos entre esta comunidade e as cúpulas da Diocese do Funchal assumiram num passado recente posições extremas, que levaram ao isolamento da paróquia durante 43 anos. Na sua perspetiva, que ilações se podem retirar dessa situação no contexto da identidade da Ribeira Seca?

JR: **Serviu para marcar uma identidade própria, eu diria única no âmbito geral das comunidades madeirenses. O testemunho da comunidade da Ribeira Seca fica como exemplo de como deve ser um povo inteiro protagonista na sua libertação e promoção humana, social e culturalmente. Fazendo jus ao que diz insistentemente o Papa Francisco, «não deixando ninguém para traz».**

E: No âmbito do conceito de igreja popular, em que medida a situação da comunidade paroquial da Ribeira Seca contribuiu para a sua credibilidade e valorização?

JR: Contribuiu muito. O seu timoneiro, o padre Martins Júnior, soube iluminar-se e iluminar o povo, apontando para o caminho de que só faz sentido uma igreja amassada pelas mãos do povo, que parte de baixo para cima e não de cima para baixo. No fundo uma igreja popular, feita com o povo e para o povo, sem nenhuma forma de subjugação aos hierarcas dominadores que se consideram investidos de arrogância divina sem sentido nenhum do que é a fraternidade e a igualdade, anunciadas pelo Mestre da Galileia, Jesus Cristo.

E: Caso considere existir uma matriz de uma igreja popular na Ribeira Seca, em que medida essa matriz foi importante para a recuperação do desenvolvimento socio-cultural da população desta localidade?

JR: Penso que o exemplo da igreja da Ribeira Seca, é o corolário do que deve ser uma igreja popular. Assim, toda a motivação popular destes anos todos de história do povo da Ribeira Seca, deve ter suscitado uma consciência coletiva do que é um povo e uma comunidade unida à volta de uma causa e projeto. Nesse âmbito surgiu a militância geral de que a terra é de quem trabalha e o pão fruto do trabalho não pode faltar à mesa de quem o amassou. Não admira todo o movimento cultural que à volta da igreja da Ribeira Seca ferve: na música, nos enfeites para as festas de verão, nos presépios, nas exposições, nos concertos, nas personalidades nacionais e estrangeiras que a visitaram. Enfim, dentro e fora da Ribeira Seca, toda a manifestação social quer de âmbito religioso ou cultural, não dispensa a participação dos grupos da Ribeira Seca.

Anexo 1.14 – Entrevista a Gabriel Martins, 62 anos.

Meio utilizado: Correio eletrônico

Duração: Não registada

Local: Água de Pena, 30 de abril de 2022

Elementos presentes: Informante

Tema: As dinâmicas da identidade vistas de fora

E: Desde quando conhece a história reivindicativa da população da Ribeira Seca?

GM: Desde criança sempre ouvi pela boca dos meus pais que o Povo da Ribeira Seca era muito trabalhador, com uma identidade própria, pois era muito reivindicativo e demonstrava-o. Mas foi com o 25 de abril e a liberdade que finalmente esse Povo deu voz às suas reivindicações.

E: Grande parte das ações como as lutas dos caseiros, bordadeiras e como as exigências por uma escola nova, por estradas, redes de água potável e eletricidade tornou-se marcas identitárias da população daquela localidade. Como machiquense com residência fora daquele sítio como as analisa culturalmente?

GM: **Todas essas lutas mostraram que o Povo da Ribeira Seca era determinado e muito unido, saindo á rua e reivindicando, sem medo, tudo o que achava de elementar justiça e direito, algo que deixava perplexas as pessoas das outras localidades, que não tinham essa identidade cultural, nem o seu poder persuasivo perante o poder político.**

E: O cancionero de romagem traduz as histórias dessas iniciativas populares. Como viu essas atividades no contexto da identidade daquela população?

GM: **O cancionero de romagem traduz sempre os estados de alma da sua população e foram algumas das suas armas mais importantes nas lutas que muito incomodaram o poder político de então, que têm sido passadas aos jovens de hoje e que fazem menção de dar-lhes continuidade, pois sentem que são filhos de um povo que lutou para que eles pudessem usufruir de melhores condições de vida, nomeadamente o acesso ao conhecimento.**

E: Na sua perspectiva, e atendendo às divergências que num passado recente se verificou entre a comunidade da Ribeira Seca e os chefes da Diocese do Funchal, que ilações pode tirar dessa situação no âmbito da afirmação da identidade cultural?

GM: Tenho a plena convicção que mais do que vincar as divergências, foi o percebermos todos que foi um processo que não foi bem gerido, pois a comunidade da Ribeira Seca uniu-se ao seu Pároco, Martins Júnior, vincando ainda mais a sua identidade, nunca se deixando subjugar, ciente que mais tarde ou mais cedo haveria de ser feita justiça para com esta figura marcante da História da sua comunidade, mas também de Machico e da Madeira.

Anexo 1.15 – Entrevista a Lília Fernandes, 43 anos.

Meio utilizado: Correio eletrónico

Duração: Não registada

Local: Porto da Cruz, 19 de maio de 2022

Elementos presentes: Informante

Tema: As dinâmicas da identidade vistas de fora

E: Desde quando conhece a história reivindicativa da população da Ribeira Seca?

LF: Desde adolescente enquanto estudante da Escola Secundária de Machico, mais em especial enquanto frequentava o ensino secundário pois tinha colegas e amigas desde então naturais e residentes na Ribeira Seca.

E: As lutas dos caseiros, bordadeiras e, assim como as reivindicações por uma escola nova, estradas, redes de água potável e eletricidade constituem marcas de referência daquele sítio. Como residente na freguesia do Porto da Cruz, como analisa culturalmente essas iniciativas?

LF: **Foram iniciativas que seguramente pelo impacto no abalar de consciências rapidamente se “propagaram” às freguesias limítrofes nomeadamente à minha freguesia do Porto da Cruz. A cultura reivindicativa não era só por si uma característica das populações mais a norte, a meu ver com um ADN com um pendor mais resiliente, menos reivindicativo e insatisfeito: contudo as incursões por parte das gentes da Ribeira Seca à freguesia serviram para criar pensamento mais crítico quanto ao estado de coisas aceites como “normais” à época.**

E: O cancionero de romagem daquela comunidade, traduz as histórias em canções daquelas reivindicações. Como vê esse tipo de literatura de inspiração popular no âmbito da identidade daquela população?

LF: **A riqueza do espólio da literatura em causa traduz-se a meu ver num sentimento muito vincado de uma comunidade muito coesa, ligada por esse legado comum, em que cada família se revê: perpetua a memória coletiva de uma geração.**

E: Tendo em conta as divergências que se verificaram entre a comunidade da Ribeira Seca e a Diocese do Funchal, caso padre Martins, que ilações pode tirar dessa situação, principalmente, no âmbito da afirmação da liberdade religiosa daquela gente?

LF: Atrevo-me a concluir que a luta de uma população pelos seus direitos e por condições de vida melhores através da afirmação da liberdade de expressão e manifestação, orientados por um mentor destemido como o Pe. Martins traduziu-se também na defesa intransigente desse mesmo mentor e líder espiritual. O apoio incondicional ao senhor Pe. Martins é todo ele a génese da comunidade religiosa que se afirma no Sítio da Ribeira Seca e o reconhecimento de um sentimento de pertença na mesma fé.

Anexo 2 – Registo dos cancioneiros de romagem e religioso

Romagem:

CD, 2004 – *Machico Terra de Abril*



1. *Viva o povo que trabalha* / letra de Júlia Ribeiro.

2. *Desde a primeira hora* / letra de Egídia Catanho e Júlia Ribeiro.

3. *Casas brancas* / letra de Egídia Catanho e Júlia Ribeiro.

4. *Clarão da alvorada* / letra de Martins Jr.

5. *Cravo da liberdade* / letra de Josefina Mendonça.

6. *Machico verde Terra* / letra de Violante Teixeira.

7. *À pátria do autor* / poema de Francisco Álvares de Nóbrega.

8. *Viva quem de longe vem* / letra Martins Jr.

9. *O que é preciso é amar* / letra de Martins Jr.

10. *Terra de Abril* / letra Martins Jr.

Registado na Fonoteca Municipal de Lisboa Publicação: [Machico]: Martins Júnior, [2004] ISRC: Paufer 48 CD Aquisição: Oferta Museu da Presidência da República Descrição Física: 1 disco (CD) (38 min.): stereo; 12 cm Notas: O folheto contém as letras; No do Serviço de Aquisições e Tratamento Técnico Área: Tradições Nacionais Cota: 090.MAC.21690/X

CD, 2012 – *Terra da minha Saudade*



1. *Terra da Minha Saudade* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.

2. *Estrela da Felicidade* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.

3. *Lume Novo* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.

4. *Ilha Verde* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.

5. *Vindimas* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 6. *Tear* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 7. *Juventude XXI* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 8. *Levada Nova da Serra* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 9. *Ano 1936* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 10. *Homenagem ao Emigrante* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
- Edição de Martins Júnior; letra poetas populares: Josefina Melim, Júlia Ribeiro, Encarnação Bacanhim e Martins Júnior;
- Gravação e mistura: Saúl Ferreira e Paulo Ferraz; SPA Paufer CD168.

CD, 2014 – *A igreja é do povo o povo é de Deus* (1)



1. *Uma Igreja Popular* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 2. *Ano 60: Criação da nova paróquia* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 3. *“Espírito Santo”: história e tradição* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 4. *A Igreja é do Povo* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 5. *O Vira da Tribulação* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 6. *O Povo Quer a Vida* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 7. *O Velho Sino* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 8. *Cultura é Eucaristia* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 9. *Balada Magoada* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 10. *Chão Sagrado* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 11. *A Bandeira da Amizade* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 12. *Fátima – 2010* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
 13. *Cinquentenário 1960-2010* / letra de poetas populares e música de Martins Jr.
- (1) *A IGREJA é do povo o povo é de DEUS* – Um contributo autónomo para os 500 anos da Diocese do Funchal.

Edição: CEFISA-RS (Comissão Executiva e Financeira da Igreja da Senhora do Amparo); Textos em verso dos poetas populares: Josefina Melim, Júlia Ribeiro, Encarnação Bacanhim e Martins Júnior; Gravação e mistura: Saúl Ferreira e Paulo Ferraz.

Religioso

CD, 2008 – *Viva a Vida*



1. *É dia de Amor* / letra e música Martins Júnior.
2. *Domingo Santo* / letra e música Martins Júnior.
3. *Alleluia (Evangelho)* / letra e música Martins Júnior.
4. *No meio da festa (Ofertório)* / letra e música Martins Júnior.
5. *Pão da terra (Comunhão)* / letra e

música Martins Júnior.

6. *NÃO à fome NÃO à guerra* / letra Martins Júnior.

7. *Festa do Pão* / Letra e música Martins Júnior.

8. *Somos um Povo* / Letra e música Martins Júnior.

9. *Glória a Cristo (Domingo de Ramos)* / Letra e música Martins Júnior.

10. *Alleluiah (Páscoa)* / letra e música Martins Júnior.

11. *Viva a Vida (Espírito Santo)* / letra e música Martins Júnior.

12. *Bate o sino pequenino (Natal)* / letra e música Martins Júnior.

Orquestração: Duarte Andrade; Gravação e mistura: Saúl Ferreira e Paulo Ferraz;

SPA Paufer – CD106; Descrição Física: 1 disco (CD) (41 min.): stereo; 12 cm

Notas: O folheto contém as letras das 12 canções.

Anexo 3 – Murais: A arte urbana na transmissão da identidade



Anexo 4 – Termo de Autorização de uso de Minuta: Proteção de dados e imagem

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS E IMAGEM

Eu, _____portador(a) do CC n.º _____, data de validade _____, autorizo o registo da minha imagem, sob forma de vídeo e fotografia, captadas no âmbito da Dissertação de Mestrado intitulada ‘Ribeira Seca: memória e identidade cultural’, concedendo autorização ao mestrando de Estudos Regionais e Locais, Severino de Freitas Olim, de, a título gratuito, divulgar os meus dados e imagem, como testemunhos, durante as provas públicas de defesa da Dissertação, e apenas no seu âmbito, nos termos e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º e artigo 7.º, ambos do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e sem que daí possa resultar qualquer prejuízo para os titulares dos dados.

Mais se informa que, no âmbito do disposto no artigo 7.º, n.º 3 do Regulamento Geral de Proteção de Dados, poderei, a todo o tempo, opor-me a este tratamento, abstendo-se o aluno de realizar qualquer tratamento posterior à oposição.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que consinto o uso dos meus dados e imagem para fins exclusivamente académicos.

Data e local: _____, _____

Assinatura: _____

Contacto: _____